

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Fernanda Maria Munhoz Salgado

**“Deus, pátria, família” e homossexualidade:
um estudo psicopolítico de gays e lésbicas de direita no Brasil**

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

São Paulo

2023



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Fernanda Maria Munhoz Salgado

**“Deus, pátria, família” e homossexualidade:
um estudo psicopolítico de gays e lésbicas de direita no Brasil**

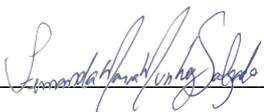
Doutorado em Psicologia Social

Tese apresentada à banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência para a obtenção do título de Doutora em Psicologia Social, sob a orientação do Prof. Dr. Salvador António Meireles Sandoval.

São Paulo

2023

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Tese de Doutorado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura:  _____

Data: 12 / 09 / 2023 _____

e-mail: RA00044094@pucsp.br _____

Salgado, Fernanda Maria Munhoz

“Deus, pátria, família” e homossexualidade: um estudo psicopolítico de gays e lésbicas de direita no Brasil / Fernanda Maria Munhoz Salgado. – São Paulo: [s.n.], 2023.

172p ; cm.

Orientador: Salvador António Mireles Sandoval. Tese (Doutorado) -- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social.

1. Consciência política. 2. Conservadorismo. 3. Homossexuais de direita. I. Sandoval, Salvador António Mireles. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social. III. Título.

Fernanda Maria Munhoz Salgado

**“Deus, pátria, família” e homossexualidade:
um estudo psicopolítico de gays e lésbicas de direita no Brasil**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia Social.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Dr. Carla Cristina Garcia – PUC/SP

Dr. Cecília Pescatore Alves – PUC/SP

Dr. Marco Aurélio Máximo Prado – UFMG

Dr. André Luis Leite de Figueirêdo Sales - York University (Canadá)

Dr. Domenico Uhng Hur – UFG (suplente)

Dr. Bader Burihan Sawaia – PUC/SP (suplente)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

AGRADECIMENTOS

A escolha por manter viva minha crença positiva quanto a vida acadêmica, apesar dos pesares, me levou, após exatos dez anos da experiência do mestrado, iniciar o desafio do doutorado em Psicologia Social. A boa filha a casa retorna, agora, com uma bagagem intensa de vivências profissionais e afetivas adquiridas ao longo deste período. Durante este dez anos, términos de relacionamentos e lutos se misturaram a encerramentos de vínculos profissionais, ao mesmo tempo em que novos cenários se apresentavam. No campo profissional: a docência e a pesquisa, e no campo afetivo: amigos (novos e antigos) e novos amores. A vida me foi grata por me fazer seguir amando em todos os seus âmbitos, e no campo profissional experienciado pela docência, me ofereceu motivos contundentes para continuar acreditando na produção do conhecimento como potência de ação.

Desse modo, agradeço, primeiramente, ao professor Salvador Sandoval, pela parceria e zelo durante todo o percurso do doutorado. Sua confiança, receptividade e paciência na condução das orientações foram valiosas e precisas para construção deste trabalho. Ademais, saliento a gentileza dos professores que aceitaram o convite de participar da banca de qualificação e de defesa.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior), pelo apoio financeiro cedido para o desenvolvimento deste estudo.

A todos os integrantes do NUPMOS (Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais), pelo acolhimento e cooperação vivenciadas ao longo destes anos. Os encontros semanais virtuais em meio ao isolamento da pandemia, serviram como amparo e guarida potentes diante das angústias e incertezas que vivíamos naquele período.

Aos meus familiares, em especial meus pais, Dona Maria de Lourdes e Seu Avelino, por não medirem esforços para me ajudar em todos os momentos da minha vida, e por estarem integralmente presentes aos oitenta anos para acompanhar mais uma etapa dessa minha trajetória.

A minha esposa, Bruna Fregonezi, por sempre me ver das formas mais lindas que, sem ela, eu jamais saberia. Sua paciência, coragem e delicadeza me trouxeram conforto nos momentos mais desafiadores da realização deste trabalho.

SALGADO, Fernanda Maria Munhoz. **“Deus, pátria, família” e homossexualidade: um estudo psicopolítico de gays e lésbicas de direita no Brasil.** 2023. 172p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

RESUMO

Com a vitória nas eleições presidenciais de 2018 de Jair Messias Bolsonaro, uma liderança política referenciada como ultraconservadora, pôde-se acompanhar a ascensão de novas personagens e grupos outrora pouco expressivos ou até historicamente inferiorizados no campo político da direita e extrema direita, sugerindo que grupos políticos conservadores se emularam para acompanhar as transformações socioculturais do comportamento político brasileiro. Portanto, o objetivo deste estudo foi investigar os elementos que compõem a consciência política de gays e lésbicas autodeclarados conservadores e ativos na defesa desta agenda política, e compreender como as questões identitárias de gênero e sexualidade foram instrumentalizadas para o avanço de agendas políticas de direita e extrema direita em notável ascensão nos últimos anos. Para além dos tradicionais estudos acerca do nazismo desenvolvidos por Reich em 1933, Fromm em 1941, e Adorno em 1950, buscou-se também apresentar uma movimentação teórica mais contemporânea sobre o conservadorismo e suas radicalizações, interseccionada com debates identitários sobre raça, gênero e sexualidade. No que concerne à metodologia, o uso do modelo de consciência política elaborado por Sandoval Salvador se mostrou estratégico e inovador para a produção e análise dos dados concernentes à formação e expressão da consciência política de homossexuais de direita. Inicialmente, os trabalhos de campo ocorreram através de observações etnográficas de perfis nas redes sociais, em particular no Instagram, e por reportagens de jornais e revistas virtuais divulgadas nas redes sociais dos perfis acompanhados. Posteriormente, estes sujeitos foram convidados a participar de entrevistas semiestruturadas, e, conforme divulgação em suas redes sociais, também foram realizadas observações em manifestações de rua. O levantamento realizado ao longo da pesquisa evidenciou esta ascensão da extrema direita no país, bem como as dinâmicas e transformações de grupos conservadores em seus esforços de diversificar os representantes de sua agenda política. Diferentemente de concepções generalistas que atribuem pouca relevância e capacidade de ação política a homossexuais conservadores, os sujeitos e grupos analisados dispunham de influência significativa neste campo político, com manifesto reconhecimento por parte de lideranças conservadoras importantes. Ademais, constatou-se habilidades na mobilização de sentimentos de pertença e redes de solidariedade entre seus pares, influenciando o desenvolvimento da consciência política e alargando a disponibilidade afetiva de seus apoiadores para ação política. Contudo, os discursos e ações radicalizadas com expressões antidemocráticas, identificados ao longo do campo da pesquisa, impactam a arena política contemporânea no sentido da manutenção do sistema democrático. Assim, para além dos aprofundamentos acerca da consciência política de homossexuais conservadores, esta tese chama atenção para o risco que atravessa a arena política democrática de não se observar as complexidades que estruturam e organizam a ação de indivíduos e grupos políticos de extrema direita em evidência a atualidade.

Palavras-chave: Consciência política. Conservadorismo. Homossexuais de direita.

SALGADO, Fernanda Maria Munhoz. "God, nation, family" and homosexuality: a psychopolitical study of right-wing gays and lesbians in Brazil. 2023. 172p. Thesis (Ph.D. in Social Psychology) -- Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, 2023.

ABSTRACT

With the victory in the 2018 presidential elections of Jair Messias Bolsonaro, a political leader considered ultraconservative, the rise of new characters and groups previously little expressive or historically marginalized in the right-wing and far-right political field could be observed, suggesting that conservative political groups have emulated to keep up with the sociocultural transformations in Brazilian political behavior. Therefore, this study aimed to investigate the elements that make up the political consciousness of self-declared conservative gays and lesbians actively engaged in defending this political agenda and to understand how gender and sexuality identity issues were instrumentalized to advance right-wing and far-right political agendas that have significantly ascended in recent years. In addition to the traditional studies on Nazism developed by Reich in 1933, Fromm in 1941, and Adorno in 1950, an attempt was made to present a more contemporary theoretical movement on conservatism and its radicalizations, intersected with identity debates on race, gender, and sexuality.

Regarding the methodology, the use of the political consciousness model elaborated by Sandoval Salvador proved to be strategic and innovative for the production and analysis of data concerning the formation and expression of the political consciousness of right-wing homosexuals. Initially, fieldwork was conducted through ethnographic observations of profiles on social networks, particularly on Instagram, and reports from newspapers and virtual magazines shared on the profiles being followed on social media. Subsequently, these subjects were invited to participate in semi-structured interviews and as advertised on their social media, observations were also made at street demonstrations. The survey conducted during the research revealed the rise of the far right in the country, as well as the dynamics and transformations of conservative groups in their efforts to diversify the representatives of their political agenda. Unlike generalized conceptions that attribute little relevance and political action capability to conservative homosexuals, the subjects and groups analyzed had significant influence in this political field, with explicit recognition from important conservative leaders. Furthermore, there were skills in mobilizing feelings of belonging and solidarity networks among their peers, influencing the development of political consciousness, and expanding the affective availability of their supporters for political action. However, the radicalized speeches and actions with anti-democratic expressions identified throughout the research field impact the contemporary political arena in terms of maintaining the democratic system. Thus, beyond the deepening of the political consciousness of conservative homosexuals, this thesis draws attention to the risk that runs through the democratic political arena of not observing the complexities that structure and organize the actions of individuals and far-right political groups currently in prominence.

Keywords: Political consciousness. Conservatism. Right-wing homosexuals.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 NOTAS SOBRE AUTORITARISMO, CONSERVADORISMO E AS FORÇAS REACIONÁRIAS	18
2.1 Histórico dos estudos psicopolíticos sobre o autoritarismo como fenômeno psicossocial	18
2.2 O conservadorismo, ideologia conservadora e retórica reacionária	25
2.3 As novas faces do autoritarismo contemporâneo	30
3 O CONSERVADORISMO BRASILEIRO E AS RELAÇÕES COM RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE	35
3.1 O conservadorismo no Brasil – raízes escravocratas	35
3.2 Novos ideários, velhas estruturas raciais	37
3.3 Modulações das políticas de gênero e sexualidade	41
4 AFETO E POLÍTICA	47
4.1 Estratégias de poder e a força dos afetos	47
4.2 Desejos <i>versus</i> Interesses	52
4.3 Ressentimento como mobilizador de militância política	55
5 A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA	61
5.1 Os estudos sobre consciência política	61
5.2 O modelo de consciência política	64
5.3 O MCP como ferramenta teórico-metodológica para estudos sobre Conservadorismo	70
6 RELATOS DOS CAMINHOS SINUOSOS DE UMA ETNOGRAFIA DIGITAL/ANALÓGICA	73
6.1 Desvendando a etnografia nas redes sociais	74
6.2 Primeiros passos	79
6.3 Escolha dos perfis observados no Instagram	82
6.3.1 Renato, 32 anos, gay	84
6.3.2 José, 26 anos, gay	85
6.3.3 Mariana, 29 anos, lésbica	87
6.3.4 Fernando, 27 anos, gay	88

7 A CONSCIÊNCIA POLÍTICA EXPRESSA NOS MATERIAIS DE CAMPO	91
7.1 Dinâmicas dos perfis no Instagram	91
7.2 Dinâmicas das entrevistas	112
7.3 Dinâmicas nas manifestações de rua	131
8 ANÁLISE DO ENGAJAMENTO POLÍTICO DE HOMOSSEXUAIS DE DIREITA	146
8.1 O fenômeno	146
8.2 Perfis individuais	151
8.3 A militância	155
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS	165

1 INTRODUÇÃO

O cenário onde se “inaugura” o tema desta tese se “desenhou” no primeiro ano do doutorado, durante o Colóquio de Psicologia Política, do qual participei e auxiliei na organização, ocorrido em junho de 2019. Nele, tive a oportunidade de mediar a primeira mesa que deu início aos trabalhos do evento, composta por Beatriz Brambillia e Patrícia Bueno Netto, intitulada “Novas formas de representação”. Propositamente, a comissão organizadora optou por colocar palestrantes com espectros políticos ambivalentes. Beatriz, presidente do Conselho Regional de Psicologia, com posicionamentos políticos no campo progressista e de esquerda, e Patrícia, representando o campo conservador e de direita.

Minha função como mediadora era trazer questionamentos disparadores de discussões entre elas e organizar as perguntas da plateia. A primeira a falar foi Patrícia sobre a sua participação orgânica no movimento “Vem pra rua” e “Endireita Brasil”. Dentre todos os seus posicionamentos, o que mais me chamou atenção foi sua defesa enfática da “roda dos enfeitados” como uma solução mais eficaz que o aborto legal. Ficou nítido o desconforto da plateia, majoritariamente de esquerda, acompanhando a apresentação. Já quase no fim da fala de Patrícia, Beatriz me alertou em voz baixa que iniciaria sua apresentação fazendo críticas a ela, adiantando desculpas a mim pela argumentação que traria em seguida.

Beatriz fez, então, diversas críticas aos posicionamentos trazidos por Patrícia. A plateia reagiu com tons de aprovação à sua fala. Os ânimos foram esquentando entre os participantes do encontro, e, como mediadora, tive que pedir a tradicional “questão de ordem” para que pudessemos dar prosseguimento aos trabalhos. Percebi-me impactada pela cena, não só pelo breve caos que rapidamente se reorganizou naquele encontro, mas principalmente por conta do discurso conservador de Patrícia. Foi o primeiro contato que tive com este público, com seus valores e crenças. Defrontar-me com o discurso conservador, com suas características tão bem exemplificadas na fala de Patrícia, trouxe sentimentos de repulsa, raiva e indignação, muito parecidos com boa parte daquilo que os demais participantes também expressaram naquele momento. Porém, para além dos sentimentos comuns a todos ali, algo me diferenciava: a curiosidade. Talvez tenha sido naquele momento que saí de minha zona de conforto político para fazer o exercício de disponibilizar minha escuta a uma ideologia tão estrangeira a mim.

Naquele mesmo dia, andando pelos corredores da universidade, comentei despreziosamente com meu orientador sobre o quanto a situação da mesa havia me instigado a compreender melhor o fenômeno do conservadorismo atual no Brasil, mais especificamente nos grupos de gays e lésbicas de direita. Ainda que naquele momento meu comentário tenha

sido sem intenções reais, sabia que algo havia mudado nas minhas pretensões para o desenvolvimento do doutorado. O que fazer? Manter intacto o projeto original ou enfrentar o desafio de estudar um público tão distante da minha realidade e de difícil acesso para a realização da pesquisa? A pergunta era simples, mas o enfrentamento dos impactos da escolha, nem tanto.

O ano de 2020 começou com a dura realidade imposta pela pandemia de Covid-19. O isolamento, as novas formas de comunicação e trabalho, bem como as sucessivas mortes que se iniciaram naquele ano, trouxeram mudanças sem precedentes para as pessoas em todo o planeta. Impactada por este cenário e entre leituras, reflexões e tentativas de escrita, passei o ano de 2020 rascunhando os passos da mudança do projeto, que se efetivaram em 2021. A partir dos aprofundamentos teóricos da Psicologia Política, e diante do cenário contemporâneo de ascensão das forças conservadoras na agenda política brasileira, escolhi o desafio de elaborar um novo projeto, mudando o foco para gays e lésbicas de direita inseridos em ações políticas na atualidade, individual e coletivamente. Conforme veremos nesta tese, grupos políticos conservadores se emulam para acompanhar as transformações socioculturais do comportamento político brasileiro. Durante e após a eleição de 2018, indivíduos e grupos conservadores conquistaram maior visibilidade, principalmente por ter seu representante, Jair Messias Bolsonaro, eleito como Presidente da República. No entanto, esta nova ascensão das forças conservadoras trouxe à tona grupos com características pouco expressivas dentro da perspectiva ideológica da direita e extrema direita brasileira. Movimentos com nomes como Gays com Bolsonaro, Gays de Direita Brasil, e uma vereadora eleita no pleito de 2020 que se identifica como “lésbica conservadora” são exemplos deste fenômeno, agregando inúmeros seguidores e apoiadores. Na trajetória final desta tese, outros perfis individuais e coletivos de homossexuais de direita surgiram nas redes, demonstrando suas capacidades de articulação e capilaridade em meio as disputas polarizadas da arena política atual no país. Sendo assim, a mudança do foco foi um enquadramento estratégico e contextual, objetivando acompanhar a efervescência deste fenômeno no cenário político brasileiro naquele momento.

Outra alteração significativa foi a escolha de utilizar o modelo de consciência política de Salvador Sandoval (2001) como categoria de análise, que serviu tanto como estrutura para observação de postagens no Instagram quanto como indicadores para organizar o roteiro das entrevistas, ambos baseados nas sete dimensões que compõem o modelo de consciência política. Portanto, o modelo de consciência política foi utilizado como embasamento teórico-metodológico, a fim de possibilitar a análise dos elementos que compõem a consciência política do público-alvo da pesquisa.

Contrariando a suposição de que gays e lésbicas não seriam “por definição” conservadores, os elementos que compõem a expressão da consciência política nas redes sociais, nos perfis de indivíduos e grupos de gays e lésbicas de direita, são norteados por uma agenda conservadora, fortemente alinhada com a situação política do país naquele momento, ainda que, na expressão de suas identidades, houvesse espaço para vivenciar suas orientações sexuais não-hegemônicas. Este suposto antagonismo reflete tanto a multiplicidade de posicionamentos políticos desta população quanto os interesses de grupos conservadores em diversificar os representantes que apoiam sua agenda política.

A mudança do projeto de pesquisa, que, de modo geral, se justificaria em decorrência das inúmeras limitações de atuação presencial por conta da pandemia de Covid-19, acabou agregando outros motivos que elucidam a relevância do tema a ser abordado na atualidade. A ascensão de forças políticas conservadoras brasileiras na última década trouxe consigo nesta transformação, formas de comportamento político, individual e coletivo, e de participação política, que aderem às necessidades desta agenda.

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa foi investigar elementos que constituem a consciência política de gays e lésbicas conservadores, e compreender como as pautas identitárias de gênero e sexualidade foram instrumentalizadas para o avanço de agendas políticas de direita e extrema direita em evidência na atualidade. Os homossexuais de direita desafiam a agenda política dos movimentos de gênero e sexualidade historicamente vinculados ao campo progressista, disputando a hegemonia da identidade política de homossexuais. Isto porque a ideia de identidade política desta população foi significativamente influenciada e representada pelas conquistas sociais dos coletivos progressistas, restringindo sua expressão no senso comum a este espectro político. Portanto, há um conflito entre uma identidade política de homossexuais, historicamente construída e representada pelos movimentos sociais de gênero e sexualidade do campo político progressista, e uma identidade política deste mesmo público que se politiza e se coletiviza a partir de uma agenda conservadora.

Inicialmente, os trabalhos de campo ocorreram através de observações de perfis nas redes sociais, em particular no Instagram, e por reportagens de jornais e revistas virtuais divulgadas nas redes sociais dos perfis acompanhados. Posteriormente, estes sujeitos foram convidados a participar de entrevistas semiestruturadas, e, conforme divulgação em suas redes sociais, também se realizaram observações em manifestações de rua. No que concerne à metodologia do trabalho, a escolha estratégica de obter as informações do público-alvo a partir de três fontes diferentes — postagens no Instagram, conteúdo das entrevistas, e das

manifestações – teve por intuito agregar as especificidades das dimensões que compõem a consciência política dos participantes da pesquisa.

Em fevereiro de 2021, iniciei o campo com o acompanhamento diário, durante três meses, das postagens de dois perfis escolhidos para pesquisa, compostos por um homem cisgênero e gay, e por uma mulher cisgênero e lésbica. Além da homossexualidade, os sujeitos eleitos para esta fase da observação apresentavam uma frequência significativa de postagens de cunho político conservador, sendo que o perfil masculino era presidente de um grupo político de homossexuais de direita com um número relevante de seguidores, cujo nome fazia referência ao sobrenome do então presidente da república em exercício, Jair Messias Bolsonaro. Já a mulher cisgênero e lésbica, também conservadora, havia sido eleita vereadora em sua cidade nas eleições municipais de 2020.

Durante esta etapa inicial de acompanhamento, um universo muito amplo se apresentou, em que postagens com pautas defendidas tradicionalmente pelo campo político conservador se misturavam entre posicionamentos sobre a pandemia do Covid-19 e enfáticas convocações para eventos e manifestações de rua. Em meio a esta infinidade de conteúdos, os perfis acompanhados articulavam suas informações para gerar engajamento nas redes e angariar mais seguidores para os seus perfis. Ao longo das observações, surgiram oportunidades de estar presente em manifestações de rua divulgadas previamente nas redes sociais dos sujeitos observados, e conhecer mais dois perfis de homens cisgênero e gays, que posteriormente também tiveram suas páginas no Instagram acompanhadas e aceitaram participar de uma entrevista para pesquisa. Ao todo, foram quase dois anos de interação com o campo e com os materiais advindos dele, resultando em observação de quatro perfis no Instagram, no acompanhamento presencial de cinco manifestações de rua, e na realização de três entrevistas semiestruturadas.

O uso do modelo de consciência política elaborado por Sandoval Salvador (2001) se mostrou estratégico e inovador para a coleta e análise dos dados, tanto os estéticos quanto os discursivos. Este modelo foi concebido a partir das ideias de consciência operária descritas por Alain Touraine (1966), bem como influenciado por estudos de movimentos sociais e ações coletivas (KLANDERMANS, 2002; MELUCCI, 1989; TILLY, 2006, 2008). O entendimento de consciência política apresentado no modelo de Sandoval se baseia na dinâmica entre “dimensões psicológicas e sociais interrelacionadas de significados e informações que permitem aos indivíduos tomar decisões sobre o melhor curso de ação dentro de contextos políticos e situações específicas” (SALVADOR, 2001, p. 185).

Em 2021, Salvador e os integrantes do Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP iniciaram um levantamento de trabalhos acadêmicos que fizeram uso teórico e metodológico do modelo de consciência política, desde sua criação oficial, em 2001. Uma das frentes de trabalho surgidas deste levantamento buscou compreender como as variadas formas de uso do MCP contribuí para o seu desenvolvimento, concomitante ao debate conceitual e metodológico no campo da Psicologia Política no Brasil. Para tal, dentro de um universo de mais de 90 trabalhos acadêmicos dos mais diversos formatos, escolheu-se analisar 28 artigos publicados em periódicos brasileiros num período de 20 anos, entre 2001 e 2021, que utilizaram o MCP para pesquisar uma variedade significativa de objetos de investigação, tais como, movimentos sociais, consciência política e conscientização, participação política e memória política (SALES; SALGADO; ARAGUSUKU, no prelo). Já na primeira fase de aproximação com o material levantado, não foram identificados estudos que trabalhassem com indivíduos e grupos do campo político da direita e extrema direita.

A constatação da inexistência de estudos balizados pelo modelo de consciência política com este público-alvo é dissonante em relação ao aumento expressivo de ações coletivas com indivíduos e grupos norteados por ideias conservadores e de extrema direita na atualidade. A capacidade de articulação política desses indivíduos e grupos tem como repertório de ação elementos familiares ao campo progressista (manifestações de rua, marchas, petições etc.). O projeto populista reacionário, como apontam Lynch e Casemiro (2022), mobilizou a militância de direita no Brasil, que utilizou a noção de consciência (tão cara ao campo progressista) no intuito de alargar as disposições afetivas de seus apoiadores e efetivar seu engajamento político para materializar este projeto. Em uma linha de raciocínio paralela e mais detalhada, Nunes (2022) nos convoca a refletir sobre o atual crescimento da extrema direita brasileira considerando as matrizes discursivas destes sujeitos e grupos, para assim compreender como se relacionam aspectos de conjuntura e processos subjetivos que expressam a ascensão de ideários extremistas e radicalizados no campo político conservador.

Desse modo, autores brasileiros contemporâneos como Solano (2018), Nunes (2022), Cesarino (2022) e Nobre (2022) alertam sobre a ascensão de grupos conservadores dispostos a se radicalizarem para se tornarem hegemônicos na arena política. Ademais, esses autores, em especial Cesarino (2022), salientam o avanço das plataformas digitais como recurso primordial que viabilizou a ascensão destes grupos, outrora pouco expressivos em relação a participação política. O aumento da visibilidade e as novas ferramentas digitais para articulação da ação política desses grupos surtiram efeitos expressivos ao redor do mundo na última década, como

as vitórias eleitorais obtidas por parte de lideranças de extrema direita nos Estados Unidos, Israel, Itália e Brasil. No caso dos Estados Unidos e do Brasil, onde atualmente ambos os candidatos perderam para adversários progressistas a oportunidade de serem reeleitos, a herança deixada pelos seus governos são significativas e mobilizadoras para manter seus apoiadores ativos na atual disputa polarizada da arena política.

As informações levantadas ao longo da pesquisa trouxeram uma amostra desta ascensão da extrema direita, bem como as dinâmicas e transformação dos grupos conservadores para diversificar os representantes de sua agenda política. Diferentemente de concepções generalistas que atribuem pouca relevância e capacidade de ação política, individual e coletiva de homossexuais conservadores, e uma suposta ausência de representatividade dentro da agenda política conservadora, o que se encontrou na prática foi outro cenário. Os sujeitos e grupos analisados dispunham de influências significativa neste campo político, com evidências de reconhecimento por parte de lideranças conservadoras importantes. Ademais, constatou-se habilidades em mobilizar sentimentos de pertença e redes de solidariedade entre os seus pares, influenciando no desenvolvimento da consciência política e alargando a disponibilidade afetiva de seus apoiadores para ação política.

Contudo, os discursos e ações radicalizadas com expressões antidemocráticas, identificados ao longo do campo da pesquisa, são demonstrações nocivas às arenas políticas contemporânea no sentido da manutenção do sistema democrático. Portanto, para além dos aprofundamentos acerca da consciência política de homossexuais conservadores, o trabalho desta tese também buscou alertar para o risco de não se observar as complexidades que estruturam e organizam a ação de indivíduos e grupos políticos de extrema direita atuais.

Sendo assim, os argumentos acima salientados embasam o modo como foi organizado esta tese. Basicamente, a revisão teórica se desenvolveu ao longo dos quatro primeiros capítulos, e os posteriores se debruçaram na apresentação dos materiais levantados, análise e considerações finais. A partir das valiosas orientações trazidas durante a banca de qualificação, alargaram-se as temáticas abordadas, definindo os oito capítulos a seguir.

No primeiro, intitulado *Notas sobre autoritarismo, conservadorismo e as forças reacionárias*, abordo os principais estudos sobre autoritarismo, conservadorismo e as forças reacionárias, bem como suas expressões contemporâneas. Já no segundo capítulo, intitulado *O conservadorismo brasileiro e as relações com raça, gênero e sexualidade*, faço o escrutínio das transformações no uso de raça, gênero e sexualidade como forma de modulação do poder na estrutura do conservadorismo com o intuito de agregar estas temáticas, antes operadas de formas restritas em seu campo ideológico. Em seguida, no capítulo *Afeto e política*, busco

compreender o funcionamento da mobilização dos afetos no campo político da extrema direita, considerando os novos modos de articulação e expressão conservadoras e autoritárias na atualidade. A revisão teórica se encerra com o capítulo que apresenta o modelo de consciência política desenvolvido por Salvador (2001, 2016), intitulado *A formação da consciência política*. Nele, trago as reflexões acerca do processo de subjetivação da consciência no campo político utilizado como fundamentação teórico-metodológica deste trabalho.

Os capítulos seguintes discorrem sobre o processo de mapeamento e levantamento dos materiais de campo. Em *Relatos dos caminhos sinuosos de uma etnografia digital*, exponho um panorama inicial do percurso metodológico da pesquisa no ambiente digital, bem como um breve detalhamento dos perfis observados e entrevistados. Em seguida, o capítulo *Material de campo à luz do modelo de consciência política* apresenta todo o material de campo levantado durante a pesquisa, dividido entre conteúdo das plataformas digitais, entrevistas e observações das manifestações de rua.

Já na trajetória de encerramento desta tese, o capítulo intitulado *Os homossexuais de direita: análise de engajamento político* analisa a formação e expressão da consciência política dos sujeitos e grupos estudados a partir de três caminhos: fenômeno, perfis individuais e militância, embasados no modelo de consciência política aqui adotado (SALVADOR, 2001, 2016). Por fim, nas *Considerações finais*, convoco o leitor a refletir acerca das complexidades salientadas ao longo do trabalho relacionadas a outros personagens da arena política brasileira atual, bem como os seus impactos negativos para o sistema político democrático vigente.

Neste sentido, as escritas que disponho a seguir são um convite para sair da zona de conforto, seja qual for sua preferência política. Os últimos anos recolocaram de vez a extrema direita na arena política mundial. No Brasil, ainda que sua derrota nas urnas tenha se efetivado nas eleições presidenciais de 2022, o legado deixado pela presença de quatro anos da extrema direita na política institucional brasileira é potente e altamente competitivo no campo político. Espero que as palavras trazidas aqui reverberem na urgência e importância de rompermos ideias predeterminadas sobre as identidades políticas de homossexuais, bem como servir de ponto de atenção para articulações mais precisas e estratégicas na preservação de uma arena política democrática.

2 NOTAS SOBRE AUTORITARISMO, CONSERVADORISMO E AS FORÇAS REACIONÁRIAS

Este capítulo busca apresentar as principais teorias que se debruçaram no fenômeno do conservadorismo e suas expressões autoritárias e reacionárias em experiência como o nazismo e o fascismo, além de trazer debates atuais sobre exemplos de autoritarismos políticos contemporâneos. Inicialmente, são abordados os principais estudos na literatura acerca da personalidade autoritária, passando pelas definições de conservadorismo e retórica reacionária, para, em seguida, abordar aspectos estruturantes do conservadorismo no Brasil colonial e da ascensão neoconservadora representada pelo atual presidente Jair Messias Bolsonaro e seus apoiadores.

2.1 Histórico dos estudos psicopolíticos sobre o autoritarismo como fenômeno psicossocial

Os fenômenos sociais do conservadorismo, autoritarismo e as retóricas reacionárias são recorrentes desde o início do século XX na história ocidental. Obras seminais de Le Bon (1896), Freud (1913, 1921, 1930, 1933), Reich (2001), Fromm (1983), Adorno (1950) buscavam compreender as especificidades do conservadorismo, em seus aspectos psicológicos, sociológicos ou ambos, motivados pela conjuntura política e social naquele momento histórico.

Na análise do cenário nazista, a obra *Medo da Liberdade* de Erich Fromm (1983) apresenta a reflexão sobre o autoritarismo advindo de aspectos psicológicos que são organizadores dos processos sociais. O sentimento principal mobilizado pelo autoritarismo seria o medo, e, através dele, se estrutura a definição de liberdade.

Como ponto de partida para desvelar os meandros do comportamento autoritário, Fromm (1983) ressalva a necessidade de delinear o conceito de liberdade como intrínseco à existência humana:

Refiro-me ao conceito de que a liberdade caracteriza a existência humana como tal e, outrossim, que seu significado muda de acordo com o grau com que o homem se percebe e concebe a si mesmo como um ser independente e separado. (FROMM, 1983, p. 29).

Para o autor, a autopercepção do bebê acerca de sua própria existência é um processo que acontece a partir de sua socialização. Vagarosamente, a criança identifica outros elementos ao seu redor, experimentando um universo extrínseco a si mesma. A partir da educação, se

acelera o processo de individuação, onde as frustrações e proibições colidirão com os desejos da criança, tornando viável a distinção do “eu” e do “tu”. Nesse sentido, Fromm (1983) aponta para importância das condições sociais no processo de formação do “eu” e do “outro”, pois são os valores compartilhados socialmente através da cultura que constituirão os limites de crescimento da individuação.

A solidão crescente é outro aspecto relevante no processo de individuação para Fromm (1983). A separação do mundo que a formação do eu convoca faz com que a criança comece a ter a percepção de estar só, separada de todas as outras coisas. Surge o medo de perceber-se responsável por suas ações, gerando uma sensação de impotência e angústia.

Enquanto se era parte integral daquele mundo, sem perceber as possibilidades e responsabilidades de ação individual, a gente não tinha de ter medo. Quando se passa a ser um indivíduo, fica-se só e enfrenta-se o mundo em todos os seus aspectos perigosos e avassaladores. (FROMM, 1983, p. 33).

Neste sentido, o preço pago pelo processo de individuação é alto. O dilema em ter renunciado à própria individualidade para sublimar a solidão e sucumbir à vida em sociedade geram forças contraditórias e importantes para se entender o autoritarismo, pois o paradoxo entre a autoridade e a criança que se submete a ele não desaparece. De modo consciente, ela se sente segura e satisfeita, porém inconscientemente sabe que está renunciando à sua força e integridade individual. Sobre isto, Fromm assevera:

Assim, o resultado da submissão é exatamente o oposto do que devia ser: a submissão agrava a insegurança da criança e, ao mesmo tempo, cria hostilidade e rebeldia, que é mais aterrorizadora pelo fato de ser voltada contra as próprias pessoas de quem a criança continuou a ser – ou tornou-se – dependente. (FROMM, 1983, p. 34).

Para Fromm (1983), o autoritarismo perpassaria um processo psicossocial no qual há duas dimensões da liberdade em constante disputa: a liberdade negativa e a liberdade positiva, que promove a escolha humana e, conseqüentemente, a formação do ser humano. Esta acepção é, por origem, ambígua, pois os seres humanos dependem dos pais por mais tempo que todos os outros animais, e, conseqüentemente, nossas ações são menos velozes e eficazes se comparadas às reguladas pelo instinto. Entretanto, esta “debilidade” é basilar ao desenvolvimento humano e requisito indispensável para formação da cultura.

A liberdade negativa seria uma liberdade de escolha pela dominação coletiva, na qual há segurança das normas impostas externamente. Já a liberdade positiva, concerniria à

autonomia individual: a liberdade de fazer e explorar. O dilema entre ambas é aprofundado na obra de Fromm (1983). As reflexões do autor nos colocam diante de diversos impasses, como, por exemplo, pensar que a tecnologia pode proporcionar desde o perseverar na existência até a capacidade de destruir toda possibilidade de existência. Neste sentido, é interessante notar que Fromm (1983) afirma a condição de desamparo como inerente ao humano, em relação à qual a liberdade se apresentaria como reparadora desta situação.

Para compreender os aspectos psicossociais do autoritarismo, Fromm (1983) afirma que ele não se constitui somente pela perspectiva de dominação, mas também pela via da submissão. Para tal, Fromm (1983) assevera a importância de compreender o caráter social para então se aprofundar no caráter individual. Neste sentido, o autoritarismo faz com que as pessoas desenvolvam um caráter social que não as permite mudar as coisas na sociedade.

Sendo assim, as pré-condições de caráter social, cultural e política de uma sociedade ou um segmento dela em apoiar uma liderança autoritária estaria atravessada na forma como o caráter social dos sujeitos se constituiu frente aos dilemas da liberdade. O caráter que se forma na busca pela liberdade negativa intenta a manutenção das normas, reconhece a relação de dominação e mantém-se submisso a ela.

Os estudos de Adorno (2019) sobre personalidades autoritárias baseados nas experiências do nazismo também foram um marco significativo neste tema.

Pouco tempo depois de ter publicado em parceria com Max Horkheimer a primeira versão de *Dialética do Esclarecimento* (1944), onde expunha com profundidade e detalhes a complexidade do autoritarismo, Adorno é chamado pela Universidade de Berkeley nos Estados Unidos (onde já residia como exilado da Alemanha nazista), para desenvolver uma pesquisa com o objetivo de identificar elementos psíquicos que seriam predisposições para adesão a posições fascistas em sujeitos considerados “normais” da sociedade estadunidense. O resultado da pesquisa deu origem à obra *Personalidade Autoritária* (1950). Nela, Adorno descreve as principais características do perfil autoritário, tais como: subserviência às ordens; adesão ao convencional; crenças e valores vinculados ao perfil de um herói por superstições e estereótipos; repressão sexual; anti-introspecção; uma preocupação exacerbada entre força e resistência; disponibilidade para acreditar que situações perigosas acontecem constantemente; hostilidade e difamação generalizada; agressividade para com aqueles que não se adequam ao convencional.

Cada uma das características apresentadas por Adorno são reflexões ligadas nas experiências autoritárias vivenciadas durante o nazismo na Alemanha, revelando aspectos importantes e inclusive mensuráveis, com a criação da Escala F, o que trouxe novas percepções

sobre as investidas de grupos autoritários naquele momento histórico para disputa e hegemonia de poder.

Anos depois, em 1967, Adorno foi chamado para ministrar uma palestra na Universidade de Viena intitulada “Aspectos do novo radicalismo de direita”. Mesmo que naquele momento se vivenciasse uma sensação de restabelecimento das forças democráticas depois guerra e do nazismo, os grupos de extrema direita começavam a ressurgir em toda Europa, e na Alemanha, representados pelo surgimento do Partido Nacional Democrata, considerado um sucessor do Partido Socialista dos Trabalhadores Alemães, de Adolf Hitler. Fundado na década de 1960, o partido conseguiu eleger seus representantes nas eleições de 1966 e 1968.

Em sua palestra, Adorno ressaltou as ameaças dos movimentos antidemocráticos, que agora se apresentavam no interior da própria democracia, com o intuito de enfraquecer suas bases. Conforme sua tese já afirmada no livro *Personalidade Autoritária*, Adorno alerta que todas as democracias possuem:

[...] algo como um resíduo de incorrigíveis, ou idiotas, uma assim chamada *lunatic fringe*, como dizem nos Estados Unidos. [...] claro que em toda assim chamada democracia do mundo observa-se algo desse tipo, com intensidade variada, mas somente enquanto expressão de que a democracia, no que concerne a conteúdo (o conteúdo socioeconômico), até hoje não se concretizou real e totalmente em nenhum lugar, tendo permanecido como algo formal. (ADORNO, 2020, p. 51).

Nesse sentido, o autor assevera que os movimentos fascistas seriam “[...] como as feridas, as cicatrizes de uma democracia que até hoje ainda não faz justiça a seu próprio conceito” (ADORNO, 2020, p. 51). Regularmente, observa-se o aparecimento de grupos racistas, antissemitas, anticomunistas, que *a priori* se mostram como radicais de direita, mas que Adorno argumenta serem sintomas de um processo social que está obstruído. Assim, ressalta-se a conexão entre fascismo e liberalismo, não os considerando como iguais, mas sim sobre como o primeiro se nutre das contradições do segundo.

Tanto em Fromm (1983) quanto nas obras de Adorno (2019), dentre outros autores desse período histórico, o recorte temporal do nazismo como principal influência para explicação do autoritarismo ficava limitado às predisposições psicológicas do próprio nazismo. Ainda que seja um exemplo seminal sobre a expressão do autoritarismo na história, é importante salientar também outros estudos sobre formas de comportamento autoritário para além do cenário nazifascista. Além disso, uma das críticas basais aos estudos sobre autoritarismo deste contexto,

principalmente no que concerne à Escala F de Adorno, é que sua escala só teria eficácia na mensuração do autoritarismo de direita. Shills (1954) questiona o fato de a amostra da escala apresentar pontuações baixas para respondentes membros do Partido Comunista, e conclui que a escala F não detectou o fenômeno autoritário no extremo oposto do espectro ideológico político: o autoritarismo de esquerda.

Enquanto fenômeno psicológico, o autoritarismo só começa a incomodar e a impactar as relações sociais quando deixa de ser latente. Sendo assim, seria limitante restringir que a máxima expressão do autoritarismo como fenômeno psicológico e de mobilização social se deu somente através do nazismo. A performance autoritária é volátil e possui uma ampla diversidade de expressões e efeitos. Adorno e Fromm, aqui citados, referenciam os estudos, mas outros teóricos subsequentes darão aprofundamento para seguir desvelando as especificidades do autoritarismo.

Rokeach (1952) é categórico nesse sentido, quando considerava a investigação sobre o autoritarismo ainda iniciante. Em sua tese, defende que a mentalidade autoritária não é um fenômeno completamente isolado, podendo interessar de alguma maneira cada sujeito e ameaçar múltiplas formas de convívio social.

Para o autor, é preciso considerar a relação entre autoritarismo e condição social. A expressão do autoritarismo enquanto fenômeno individual e coletivo perpassa a integração entre elementos ligados a status econômico-social e o desenvolvimento de uma dinâmica pessoal do sujeito autoritário. Isso significa que o plano cognitivo da expressão autoritária precisa ser evidenciado, no intuito de analisar o autoritarismo para além de valores que marcariam um posicionamento ideológico (JAUME; ROCA; TOVIM, 2019 apud ROKEACH, 1960).

O conceito de dogmatismo é trazido por Rokeach (1960) a fim de compreender o autoritarismo como um modo de pensar fechado. Independentemente do espectro ideológico, a expressão do autoritarismo será intolerante em face das pessoas com crenças opostas. Dessa forma, Rokeach (1960) propõe a teoria do dogmatismo para explicar o autoritarismo a partir do resultado de uma mente fechada, com seus pensamentos e valores peculiares.

Para o autor, o sistema de crenças e valores aproxima os papéis sociais, com os aspectos subjetivos e individuais de cada pessoa, bem como sua percepção de autoridade em relação ao outro. Este é o ponto em que a teoria de Rokeach (1960) e Adorno (1960) se diferenciam, posto que, no último, há uma divisão entre crenças e personalidade. Já para Rokeach (1960), a análise do autoritarismo acontece a partir da compreensão contínua de uma mentalidade aberta e fechada.

Como já dito, a mentalidade autoritária se expressa pela intolerância a tudo aquilo que se opõe a ela. Nesse sentido, Rokeach (1952) afirma que há uma disputa constante pela crença de uma autoridade “positiva” e outra “negativa”, o que gera uma polarização cognitiva, dada a existência de um maior dogmatismo entre as partes. Sendo assim, quanto maior o nível de dogmatismo, maior a admiração por aqueles que ocupam posições de autoridade e maior também será o medo e o ódio em relação àqueles que são percebidos como opositores, escancarando a ambivalência de sentimentos e, ao mesmo tempo, a limitação deles numa mentalidade fechada.

Ressalta-se que Rokeach (1960) centrou sua obra nos estudos sobre o dogmatismo, afastando-se do conceito de autoritarismo. Ainda assim, boa parte da comunidade científica começou a utilizar os conceitos de maneira indiferenciada. No entanto, Altemeyer (1981) questiona esta equiparação dos conceitos, pois ainda que ambos confluem em determinados momentos, em outros, são diferentes. A principal crítica de Altemeyer (1981) em relação ao dogmatismo de Rokeach (1960) é que falta aprofundamento sobre o contexto em que a mentalidade aberta e fechada se desenvolve, bem como uma compreensão maior sobre a atuação da identidade grupal que viabiliza e justifica uma agressão autoritária.

Nesse caminho, Altemeyer (1981) desenvolve a teoria do Autoritarismo de Extrema Direita (*Theory of Right-Wing Authoritarianism – RWA*). Influenciado pela Teoria de Aprendizagem Social de Albert Bandura (1986), o autor compreende o autoritarismo um processo de aprendizagem social que é absorvido pela observação, modelagem e reforço.

Altemeyer (1981) define o autoritarismo a partir da conjunção de três grupos de atitudes: submissão autoritária – na qual se identifica um elevado grau de submissão às autoridades; agressão autoritária – que culmina numa agressividade geral em um público diverso e numa legitimação desta agressividade pela figura de autoridade; e conservadorismo – na qual se constata uma alta aderência ao convencional e às tradições sociais, que também são reafirmadas e legitimadas pela sociedade e pelas autoridades.

Destaca-se na obra de Altemeyer (1988) a compreensão do comportamento autoritário pela relação entre os aspectos individuais e as características situacionais do contexto. Baseado nos estudos sobre obediência de Milgram (1974), o autor assevera a importância desta relação, argumentando que os indivíduos podem apresentar comportamentos antissociais quando induzidos por figuras de autoridade.

Para mensurar o autoritarismo com base nesta teoria, Altemeyer (1981, 1988, 1996) define uma escala de autoritarismo (Right-Wing Authoritarianism – RWA). Em seus estudos empíricos, o autor concluiu que aqueles sujeitos que obtiveram valores elevados na escala não

identificam a inflexibilidade nos seus sistemas de valores e crenças. Demonstrou também que estas pessoas compreendem o rigor da lei e da ordem como mais elevado para grupos minoritários do que para as maiorias sociais. Altemeyer (1996) também desenvolveu a escala LWA (Left-Wing Authoritarianism). Ainda que a escala tenha apresentado muita confiabilidade, o autor não conseguiu identificar nenhum sujeito que poderia ser classificado como autoritário de esquerda, mesmo em várias amostras realizadas com estadunidenses. Sobre este paradigma, os estudos recentes de Van Hiel, Duriez e Kossowska (2006) ressaltam que a LWA pode ser válida para alguns grupos sociais que estivessem mais situacionalmente posicionados numa ideologia à extrema-esquerda:

Essa definição de autoritarismo leva à previsão de que os adeptos da ideologia comunista linha-dura na ex-União Soviética deveriam apresentar altos níveis de RWA, enquanto a extrema esquerda nos países ocidentais apresentaria pontuações baixas. De acordo com esse ponto de vista, o apoio ideal para a teoria do extremismo seria obtido em amostras de membros de partidos de extrema esquerda que tentam derrubar um regime burguês de direita hegemônico. (VAN HIEL; DURIEZ; KOSSOWSKA, 2006, p. 5, tradução nossa).

As discussões em torno da RWA e sua dimensionalidade ainda continuam. Pratto et al. (1994) elaboraram a Teoria da Dominância Social com o intuito de compreender as raízes do preconceito por meio de uma intersecção entre aspectos individuais (cognitivos e de personalidade) e aspectos sociais (institucionais). Parte-se da perspectiva básica de que, historicamente, todas as sociedades se estruturam em sistemas de grupos hierarquizados, centralizando decisões e poder em pequenos grupos dominantes e hegemônicos, posicionados no topo da pirâmide social, ficando os grupos subordinados localizados na parte inferior. Por dificilmente serem modificados, estes grupos dominantes possuem muita estabilidade, ainda que estejam sob constante ataque dos sistemas paralelos que lutam contra esta hegemonia, e que ocasionalmente podem provocar certas mudanças no cenário das desigualdades sociais (PRATTO et al., 1994).

Sidanius e Pratto (1999, 2004) afirmam que as sociedades humanas tendem a conformar-se com estes sistemas hierárquicos dominantes. Sendo assim, estes grupos dominantes têm como característica principal galgar valores sociais positivos comparados aos demais grupos que compõem a sociedade, bem como buscam meios de minimizar ou extinguir conflitos por ideologias que legitimam a desigualdade social.

A partir da Teoria da Dominância Social, Pratto et al. (1994) desenvolvem a Escala de Orientação da Dominância Social (SDO), que tem por objetivo mensurar a predisposição que

as pessoas têm para manutenção de relações intergrupais de natureza hierárquica e não igualitária. Nela, é possível identificar as preferências de grupos por relações igualitárias ou hierarquizadas.

Duckitt (2006) acrescenta outras reflexões pertinentes sobre o assunto, afirmando que tanto o autoritarismo quanto a orientação de dominância social seriam basilares para estrutura geral do preconceito.

Pode-se depreender, então, que o autoritarismo responde pelo preconceito como dispositivo importante para grupos definirem seus opositores como perigosos, ameaçadores das normas, valores e tradições. Já a orientação para a dominação social (SDO) tem por objetivo nortear a relação de poder, a fim de influenciar e subordinar grupos identificados como inferiores ou sujeitos que disputam por recursos e poder.

Dando continuidade ao delineamento teórico, nos aprofundaremos na definição do conservadorismo e na ideologia conservadora, com o intuito de esclarecer suas estruturas de pensamento, pois se relacionam com o autoritarismo como aporte ideológico deste comportamento.

2.2 O conservadorismo, ideologia conservadora e retórica reacionária

Em estudos recentes abordando teorizações do conservadorismo enquanto sua origem, seu desdobramento para neoconservadorismo e sua transformação de um movimento intelectual para um movimento político contemporâneo, Lacerda (2019) define o neoconservadorismo como um ideário conservador e de direita, que apresenta um entrelaçamento de temas basilares: militarismo, absolutismo do livre mercado, família tradicional e anticomunismo. Ao utilizar a teoria situacional de Huntington (1957) para se aproximar da definição de conservadorismo e argumentar os movimentos políticos da nova direita na atualidade, Lacerda (2019) defende que a ideologia conservadora é consequência de embates sociais e ideológicos.

Ela surge quando forças sociais que desafiam a ordem estabelecida se tornam relevantes o suficiente para apresentar perigo claro [...] sendo o conservadorismo a resistência que existe em um contexto específico, articulado, sistemática e teoricamente à mudança. (HUNTINGTON, 1957 apud LACERDA, 2019, p. 25).

A mesma autora ressalta a importância de uma análise crítica na obra de Huntington (1957) sobre o conceito do neoconservadorismo. Ao invés de esvaziar a reflexão sobre o movimento neoconservador que começa a surgir na década de 1950, Lacerda (2019) assevera

aspectos do contexto pelo qual Huntignton escreve sobre os neoconservadores numa fase ainda inicial do movimento intelectual conservador. Isto explica a razão pela qual o autor afirmava que faltavam informações basilares para se definir o movimento. Alguns defendiam o livre mercado, outros a aristocracia, uns faziam afronta ao liberalismo, outros ao modernismo etc., sendo que Lacerda (2019) alerta sobre este período ser a fase inicial de produção dos intelectuais conservadores, antes de se consolidar nos Estados Unidos como movimento coeso, em 1980.

Como ponto de partida, Huntignton (1957) define conservadorismo como uma ideologia oriunda de um cenário conflituoso para manutenção e alteração do status quo, e apresenta três vertentes na abordagem do conservadorismo: a aristocrática, a autônoma e a situacional.

Na teoria aristocrática elaborada por Mannheim (1953), o conservadorismo moderno vai se diferenciar do tradicionalismo, pois compreende esta forma de pensamento político exclusivamente psicológica e individual como um mecanismo de resistência em face das mudanças. A definição aristocrática se vincula à aristocracia como classe social específica consolidada pela burguesia por meio do combate ao antigo regime feudal. Lacerda (2019) assevera que, nesta corrente, seria inviável a existência de um conservadorismo nos Estados Unidos, por exemplo, pois este país não teve tradições feudais em sua história.

No entanto, na teoria autônoma, o conservadorismo não está vinculado exclusivamente a um interesse específico de um grupo, classe ou situação histórica. Nela, o conservadorismo é compreendido num sistema com autonomia de princípios e ideias. O autor referencial desta teoria é Russell Kirk (2001), que identifica as raízes do conservadorismo na preservação de antigos tradicionalismos, categorizados em seis pontos que estruturam o pensamento conservador: 1) o desejo divino como regulador da consciência e da sociedade; 2) apego pela vida tradicional; 3) convencionalismo de que a civilidade social demanda ordens e classes; 4) convicção da ligação entre liberdade e propriedade e de que não há progresso econômico pela equiparação econômica; 5) concordância de que preconceito e tradição são dispositivos importantes para controlar os ímpetus anárquicos dos seres humanos; e 6) reconhecimento da providência como uma ferramenta essencial para a mudança, pois a sociedade deve se alterar de modo vagaroso. Em suma, a teoria autônoma identifica o conservadorismo em qualquer momento da história, com a ressalva de algumas características permanentes, tais como: defesa da propriedade, da religião e das tradições.

Já a teoria situacional define que o desenvolvimento da ideologia conservadora ocorre em um cenário da história no qual emerge uma situação desafiadora que ameaça as instituições estabelecidas. Há características específicas no contexto em que o conservadorismo se expressa,

numa disputa de poder com objetivos distintos, em que uma posição deseja mudanças estruturais e a outra almeja conservar as instituições existentes. Huntington (1957) afirma que “[...] o conservadorismo é aquele sistema de ideias empregadas para justificar qualquer ordem social estabelecida, não importa onde ou quando, contra qualquer desafio fundamental para sua natureza ou ser” (HUNTINGTON, 1957, p. 455, tradução nossa).

Entretanto, Huntington (1957) pondera definições reducionistas de que o conservadorismo seja restrito a qualquer mudança. Situações que necessitem mudanças secundárias são acolhidas e compreendidas até mesmo como importantes para preservar os elementos estruturantes de uma sociedade.

A perspectiva situacional defendida por Huntigton (1957) compreende o conservadorismo a partir da posição que ele assume e, conseqüentemente, se desenvolve, conforme as características das especificidades históricas. Sua ideologia se produz numa acentuada disputa ideológica e social, na qual forças sociais provocam a ordem determinada e apresentam perigo para as instituições presentes. Nesse sentido, o conservadorismo é a resistência em uma situação específica, sendo ela complexa, articulada teórica e sistematicamente para enfrentar a mudança.

Em *Three Kinds of Conservatism*, Karen Stenner (2009) apresenta uma distinção entre o conservadorismo como “ideologia política” (sistema de ideias e crenças) e como “predisposições psicológicas” (dimensão da personalidade). Em sua tipologia, a autora trata das predisposições psicológicas influenciadoras do comportamento político e introduz três tipos distintos de conservadorismo: autoritarismo (aversão à diferença), conservadorismo do *status quo* (aversão à mudança), e conservadorismo *laissez-faire* (aversão à intervenção governamental na economia).

Para a autora, o autoritarismo é o que determina a intolerância diante da diferença dentro de uma determinada conjuntura que envolve tempo, espaço e relação de dominância, ressaltando que todas as culturas têm exemplos de fenômenos autoritários ao longo de suas histórias. Porém, Stenner (2009) pondera que

[...] esta proposição não é tão ousada a ponto de afirmar que o autoritarismo sempre será o principal determinante de, digamos, intolerância racial em uma determinada região em um ponto específico no tempo, mas apenas *que o autoritarismo explica a maior variação nas atitudes e comportamentos intolerantes em todos os domínios, culturas e períodos*. (STENNER, 2009, p. 2, tradução nossa, grifo nosso).

Para compreender o conservadorismo autoritário é necessário se aprofundar nos arranjos sociais autocráticos que cooptam os sujeitos e fazem com que cedam sua autonomia em face de uma figura ou grupo de autoridade. O desejo do comportamento autoritário por resultados específicos promove alianças, elege influenciadores e pode estar localizado em vários pontos ao longo da dimensão que vai do extremo autoritarismo ao extremo “libertarianismo”, tal como apresentado por Stenner (2009).

Nesse sentido, Stenner (2009) questiona a causalidade entre as preferências destes extremos em relação ao processo social e seu estado final. De um lado, os autoritários insistem em estruturas sociais autocráticas no afã de garantir uma uniformidade social. Já os libertários se fixam na ideia de autonomia individual para garantia da liberdade. Em ambos, é possível identificar tentativas de conservar os valores que lhes são caros, direta ou indiretamente, como, por exemplo, quando os libertários simplesmente se submetem à diferença por conta do alto valor que atribuem a liberdade, consequentemente produzida por esta diferença.

No entanto, a autora pondera que o autoritarismo não deseja preservar o *status quo*, seja ele qual for, até mesmo argumentando que se subestima o potencial dos autoritários. Em certas condições, estes podem se tornar apoiadores para nivelamento das diferenças que tanto execram.

Stenner (2009) desmistifica o uso corriqueiro e generalista do conservadorismo para exemplificar fenômenos do autoritarismo. Somente a aversão à mudança social ou a rejeição da intervenção do mercado não são produtores de intolerância generalizada, efeitos característicos do comportamento autoritário. O conservadorismo é um determinante substancialmente menor se comparado ao autoritarismo diante da intolerância à diferença de modo geral.

Isso nos convida a compreender o conservadorismo em suas especificidades e diversidade de expressão, seja pela via do comportamento autoritário em reação ao que está posto pela realidade, seja pela necessidade e pelo engajamento de determinados grupos em “preservar” valores postos socialmente. Nesse sentido, ações preventivas contrarrevolucionárias se legitimam como reações estratégicas para conservação do *status quo*.

A ideologia conservadora, a partir da retórica reacionária, materializa sua disputa contínua contra a agenda dos “autoproclamados” progressistas, num embate constante de definição daquele que conseguirá instaurar os valores e crenças estruturantes de uma sociedade.

No que diz respeito aos estudos sobre a retórica reacionária, Hirschman (1992) aprofunda suas reflexões sobre o discurso reacionário trazendo à tona sua estrutura, que se operacionaliza a partir de uma reação “sem precedentes”, cujo objetivo é empurrar a sociedade em uma direção contrária em face de toda agenda política progressista e democrática. Para

explicá-lo, o autor define três teses reativos-revolucionárias: 1) a tese da perversidade, na qual qualquer proposta que almeje desenvolver questões políticas, econômicas ou sociais servirá somente para piorar a situação; 2) a tese da futilidade, que considera as experiências de transformação social desnecessárias; 3) a tese da ameaça, que expõe as despesas da mudança proposta como excessiva e perigosa para preservação do que foi conquistado até então.

Este discurso contrarrevolucionário tem suas origens datadas da Revolução Francesa, opondo-se à afirmação dos direitos civis em geral e da igualdade perante a lei – principais reivindicações dos revolucionários naquele momento histórico.

Hirschman (1992) aponta a obra *Reflexões sobre a Revolução Francesa*, de Edmund Burke, publicada em 1790, como ponto de partida do pensamento reacionário. Nela, a retórica contrarrevolucionária polemiza e rejeita a Declaração dos Direitos do Homem, convertendo-se num discurso que servirá de estrutura para grande parte do campo conservador moderno (HIRSCHMAN, 1992, p.14).

O termo reação se insere como vocabulário do pensamento político europeu no século XVIII. Conforme relata Lilla (2018),

Em sua influente obra *O espírito das leis*, Montesquieu retratava a vida política em termos dinâmicos, *como uma infundável série de ações e reações*. [...] Uma revolução poderia transformar uma monarquia numa democracia, outra viria então para transformar uma democracia numa oligarquia. *Não havia como prever o resultado das revoluções, ou os tipos de reações que acaso provocariam*. (LILLA, 2018, p. 7, grifo nosso).

A palavra “reacionário” ganhou um sentido moral depreciativo na época da Revolução Francesa pelos jacobinos, representantes da corrente revolucionária daquele período histórico, e que perdura até hoje, pois trata-se de retórica que cultivava um pessimismo diante da ânsia da sociedade em alcançar a liberdade almejada pelos revolucionários; na crença de que os sistemas democráticos produzirão oligarquias e tiranias; e ações que estariam no escopo do bem-estar social provocarão mais pobreza, ao invés de reduzi-la (HIRSCHMAN, 1992, p. 19).

Entretanto, Lilla (2018) pondera que os reacionários não são necessariamente conservadores. Podem ser tão radicais quanto os revolucionários ao defenderem seus temores diante da eminência obscura de uma nova era. A partir da ideia de um passado glorioso e ordenador, no qual todos sabem quais são seus lugares e lidam harmoniosamente, subservientes às tradições e a Deus, os reacionários buscam combater quaisquer leituras futuristas da realidade que questionem estes pensamentos.

O reacionário, imune às mentiras modernas, vê o passado em todo o seu esplendor, e também se sente exaltado. Sente-se em mais forte posição que o adversário por se julgar guardião do que de fato aconteceu, e não profeta do que poderia ser. [...] A combatividade da sua nostalgia é o que torna o reacionário uma figura tipicamente moderna, e não tradicional. (LILLA, 2018, p. 9).

O autor assevera o uso da nostalgia como uma poderosa arma para motivação política das ideias reacionárias. Por já ter acontecido em um dado momento da história, a nostalgia é um potente mecanismo subjetivo que nos traz a sensação de um dado momento histórico, e conseqüentemente, a torna irrefutável.

Sendo assim, o conservadorismo e a retórica reacionária estruturam seus pensamentos e ideologias em bases similares. A reação em face das mudanças revolucionárias é a principal ferramenta de defesa e manutenção da ideologia conservadora, articulando-se para construção de um comportamento político, por vezes autoritário, que viabilize o compartilhamento contínuo de seus valores e crenças no cotidiano social.

2.3 As novas faces do autoritarismo contemporâneo

Como já destacado nas reflexões trazidas sobre os conceitos gerais e definições do comportamento autoritário, do conservadorismo e de retóricas reacionárias, os estudos destes fenômenos são recorrentes desde o início do século XX na história ocidental, e boa parte deles tem como objeto de estudo o nazismo e o fascismo. Entretanto, é equivocado afirmar que estes exemplos de radicalização figurados por grupos políticos de direita tenham ficados restritos e isolados após a II Guerra Mundial. A partir dos anos 1980, as mudanças nas circunstâncias socioeconômicas abrem oportunidades para articulação de grupos políticos de direita radical considerados “extintos”, a priori.

No que diz respeito aos interesses que enquadram a vida material, as explanações de Melinda Cooper (2017) sobre a relação entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo desenham a dinâmica que organiza a agenda política da extrema direita na atualidade. A autora afirma:

Enquanto os neoliberais clamavam por uma redução contínua nas alocações orçamentárias dedicadas ao bem-estar [...] os neoconservadores endossavam um papel cada vez maior do Estado na regulação da sexualidade. Apesar de suas diferenças, no entanto, neoliberais e neoconservadores convergiram para a necessidade de reinstalar a família como fundamento da ordem social e econômica. (COOPER, 2017, p. 49, tradução nossa).

Para Cooper (2017), a parceria entre neoliberalismo e o neoconservadorismo, que se iniciou em meados da década de 1970, buscou enfrentar os movimentos que lutavam por uma nova distribuição de recursos e que eram contraditórias em relação às regras de salário familiar do liberalismo moderno industrial. A dinâmica desta relação tinha como estratégia delegar o poder do Estado aos conservadores, privatizando as responsabilidades familiares, ou seja, o Estado controlaria o âmbito privado das famílias trazendo incentivos, como multas ou recompensas, para que a família performasse seus papéis tradicionais. Assim, o neoliberalismo atinge seu objetivo de organizar um livre mercado que se equilibra naturalmente, e os conservadores têm o aparato do Estado para policiar o âmbito privado da estrutura familiar, atribuindo individualmente o motivo de sua ascensão ou fracasso.

A agenda política conservadora precisou se transformar diante das novas necessidades do mercado, tendo que se reinventar em termos programáticos e ideológicos para que suas crenças e valores não atrapalhassem o plano neoliberal. Portanto, a ascensão contemporânea da extrema direita não é uma revivência do fascismo ou do nazismo. Trata-se de uma nova forma de radicalização de grupos de direita que se adaptou muito bem às transformações socioculturais da sociedade ocidental.

Bordin (2016) afirma que a atual extrema direita radicalizada não pode ser identificada como uma política de protesto ou isolada em apenas um aspecto, pois o comportamento político que pressupõe sua agenda vai muito além de sentimentos de insatisfação com atores políticos comuns e com as instituições. Seu projeto de sociedade oferece aos seus apoiadores soluções que até o momento eles não haviam encontrado. Portanto, o autor assevera sobre o protagonismo da extrema direita atual dentro dos sistemas políticos vigentes e a habilidade de mobilizar seus apoiadores.

O cenário atual da política brasileira nos convida a novas análises sobre estes fenômenos, visto que os influenciadores de sua agenda se autodeclaram simpatizantes de uma ideologia conservadora. Conforme mencionado anteriormente, as raízes do conservadorismo brasileiro têm profundas ligações com o passado colonial escravocrata do país, sendo possível identificá-lo atuando como viés ideológico na agenda política do Brasil ao longo de toda sua história. Entretanto, Solano et al. (2018) apontam para uma reinvenção da nova direita do país com modulações peculiares, mas que dispõem da maioria dos requisitos identificados em uma ideologia conservada, com comportamentos autoritários e políticas reacionárias, tão estudados por diversos autores que se aprofundaram nestes fenômenos.

Davis Moreira Alvim e Izabel Rizzi Mação (2020) asseveram que o início do século 21 no Brasil foi marcado por intensas e turbulentas tramas de resistência que mobilizaram individualmente e coletivamente os brasileiros, dando abertura ao pensamento político e formação de sua consciência, e, conseqüentemente, agitando a atmosfera política do país.

Um dos acontecimentos históricos atuais relevantes para o crescimento do novo conservadorismo brasileiros foram as manifestações de 2013. Inicialmente, o Movimento Passe Livre mobilizou uma série de manifestações contra o aumento das passagens de ônibus na cidade de São Paulo, baseado em reivindicações anteriores relativas aos valores para uso de transportes públicos, tais como a Revolta do Buzu e a Revolta da Catraca, ocorridas no ano de 2003, em Salvador, e nos anos de 2004 e 2005, em Florianópolis (BRITO, 2016). Entretanto, as estratégias do populismo de direita se valeram destas manifestações para mobilizar apoiadores, gerando polarização para conquista do poder político, que, posteriormente, se efetivaram institucionalmente com o *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff em 2016 e a eleição do atual presidente, Jair Messias Bolsonaro.

Até então, o episódio histórico mais recente de conservadorismo institucionalizado vivenciado na política brasileira seria a partir do ato institucional número 5 (AI5), formalizado em 1964, que institucionalizou a ditadura militar no país por mais de 20 anos, até as eleições de 1989. Entretanto, Domingues (2002) faz ressalvas sobre a expressão do conservadorismo e seus planos desenvolvimentistas para o país no período da última ditadura militar:

A incansável modernização do país, sobretudo ao longo do século XX, implicou transformações de largo alcance. Em particular aqueles processos de desencaixe alcançaram proporções radicais em solo brasileiro, ensejando mais liberdade e autonomia para os indivíduos e coletividades que jamais anteriormente. O sucesso do programa de modernização conservadoramente dirigido minou as próprias bases do conservadorismo à medida que emergia um país cada vez mais moderno, com indivíduos e subjetividades coletivas mais livres, menos propensos a ser manipulados. (DOMINGUES, 2002, p. 462).

Domingues (2002) ressalta o quão era improvável uma nova onda conservadora com atributos ideológicos tradicionais após o processo de redemocratização no final dos anos 80. Entretanto, o populismo de direita no Brasil se reinventou e, nas manifestações de 2013, abriu caminho para novas formas de participação política. Conseqüentemente, viabilizaram a ascensão de representantes desse neoconservadorismo, produtores de polarizações, com suas figuras performáticas de um populismo autoritário que se mimetiza como defensor do jogo

democrático na política do país. Moreira Alvim e Rizzi Mação (2020) sugerem que esta performance polarizada advém de numa nova organização no aparelhamento político do Brasil.

Ressalta-se que, na qualidade de estratégia política, a polarização surge nos contextos de crises socioeconômicas com o objetivo de mobilizar sentimentos de ameaça e desamparo, identificando e responsabilizando os atores políticos por esta ameaça. Por ser um processo que simplifica a política, limitando-a a apenas duas escolhas para o público, a polarização estabelece blocos políticos cada vez mais ambivalentes e fixos. McCoy e Somer (2021) asseveram os efeitos nocivos para democracia fruto destas condições, que separa o eleitorado em grupos rivais. Ademais, o efeito da crise socioeconômica pode ser proposital. O populismo autoritário não procura liberdade, acolhimento, meritocracia ou outro viés ideológico. O objetivo geral é mobilizar medo e sentimento de desamparo para gerar o ressentimento que mobiliza suas bases a lutar contra um “inimigo” (MCCOY; SOMER, 2021).

Nesse sentido, o maquinário polarizado da política brasileira vem sendo modulado para fazer circular determinadas crenças e valores através de grandes narrativas, e que hoje disputam a subjetividade nacional. Por meio de mensagens carregadas de enunciados como recessão econômica, problemas de segurança pública e corrupção, orquestrou-se para formar a imagem de um país mergulhado em violência, imoralidades e depravação. Moreira Alvim e Rizzi Mação (2020) consideram os efeitos da polarização no Brasil sintomáticos, mas não estruturantes da sociedade brasileira, sendo necessário compreender os interesses e objetivos dos atores políticos que compõem a conjuntura atual no país em face desta polarização (MOREIRA ALVIM; RISSI MAÇÃO, 2020)

Em sua tese, Giroto Neto (2020) afirma que há três pontos basilares históricos na realidade brasileira no que diz respeito ao fenômeno contemporâneo da onda conservadora: 1) a tensão da legitimidade nas democracias liberais, enfatizadas a partir de 1970 com o acesso ao poder, em diversos países, de um novo populismo de direita, e que no Brasil se desdobram na manifestação de 2013, como já mencionado anteriormente; 2) a polarização personificada na figura de dois partidos políticos (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB e Partido dos Trabalhadores - PT), com revezamento de poder entre ambos, que sucumbe efetivamente a partir de junho de 2013, encontrando limites para seguir representando um consenso social; 3) o sentimento de desamparo percebido pela sociedade, que gerou uma crise de legitimidade e capacidade diante dos seus representantes políticos em resolver problemas socioeconômicos. Os efeitos destes três aspectos resultaram na perda da relevância dos partidos tradicionais da direita brasileira e possibilitaram a ascensão de um novo conservadorismo, tendo seu principal

vetor de força centrado na figura do atual presidente, Jair Messias Bolsonaro (GIROTTI NETO, 2020).

Nesse sentido, o bolsonarismo como movimento político representa a força aglutinadora do novo conservadorismo brasileiro, disputando narrativas através de um populismo autoritário e de retóricas reacionárias. Entretanto, ainda que a estratégia militante de agir em grupo visando a derrota de um suposto inimigo seja o combustível principal na mobilização bolsonarista, chama atenção o fato de que uma parcela de apoiadores do movimento seja de identidades historicamente depreciadas na biografia política do presidente. Girotti Neto (2020) comenta que, em diversos episódios como político profissional, Jair Bolsonaro proferiu ataques cotidianos contra minorias políticas, tais como homossexuais e ativistas dos direitos humanos. Porém, dentro da diversidade que compõe a massa bolsonarista, há grupos específicos que se autodesignam gays, lésbicas e até transexuais, e que demonstram publicamente seu apoio ao presidente, mesmo sendo questionados pelo histórico de ofensas proferidas por Jair Bolsonaro contra estas identidades sexuais e de gênero.

Esta é uma das razões pelas quais considera-se que a direita no Brasil se emulou conforme as necessidades na disputa pelo poder. Os aspectos identitários não hegemônicos, que historicamente eram excluídas das agendas conservadoras tradicionais, começaram a ser representadas por mulheres, negros e homossexuais conservadores, que ganham visibilidade e representatividade para compor a performance de um populismo de direita na atualidade.

A complexidade e a pluralidade do comportamento político conservador atualmente no Brasil, em suas expressões autoritárias e reacionárias, faz da psicologia política um campo de conhecimento estratégico para analisar estes fenômenos, bem como para investigar os aspectos psicossociais que formam a consciência política de indivíduos e grupos conservadores. No capítulo seguinte, falaremos sobre as intersecções entre raça, gênero e sexualidade como marcadores sociais em disputa no campo político.

3 O CONSERVADORISMO BRASILEIRO E AS RELAÇÕES COM GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE

Neste capítulo, apresentaremos as diferentes modulações de poder na estrutura do conservadorismo para agregar temáticas antes inexistentes em seu campo ideológico. Gênero, raça e sexualidade se tornam conceitos a serem disputados pelas novas formas de autoritarismo na contemporaneidade. Nessa toada, a reivindicação da liberdade individual em um contexto neoliberal absorve os conceitos de identidade, mas os aliena de seus aspectos estruturais, dando aval para mobilizações autoritárias se apropriarem da capacidade de defini-las no âmbito público, e abrindo caminho para o mercado tornar estas identidades consumíveis e monetizáveis no âmbito privado. Percebe-se, portanto, a importância de se analisar a relação entre os debates de gênero, raça e sexualidade, as influências dos aspectos econômicos, e o uso destes conceitos como geradores de comportamento político, individual e coletivamente.

A seguir, desenvolveremos reflexões sobre eles de maneira interseccionada, a fim de organizarmos as principais definições para compreendermos suas funcionalidades políticas como estratégia da extrema direita contemporânea no Brasil.

3.1 O conservadorismo no Brasil – raízes escravocratas

A história do Brasil nos revela elementos peculiares, pouco convencionais e muitas vezes contraditórios. Entretanto, é mister considerá-los como estruturantes na formação da cultura do Brasil e, nesta pesquisa, para compreender a expressão de um conservadorismo “à brasileira”.

A lógica escravocrata instituída por Portugal, que perdurou institucionalizada durante mais 3 séculos, desde o início da colonização em 1500 até prestes o encerramento do Brasil império com a Lei Áurea, em 1888, foi o dispositivo principal para materialização do pensamento conservador no Brasil (SILVA, 2017).

A herança da tradição portuguesa, de um conservadorismo fidalgo, almejado por uma burguesia que começava a surgir com ares revolucionários, mas ainda muito atenta a contemplar as crenças e valores de uma nobreza feudal preexistentes, emula o conservadorismo na cultura brasileira e traz uma dualidade singular a ele: ser adepto de um liberalismo burguês e ao mesmo tempo escravocrata.

Trindade (1997, p. 304) atribui este fenômeno, que caracteriza o conservadorismo brasileiro, a uma cisão apenas parcial com a lógica de uma sociedade feudal e/ou absolutista,

dominante na Europa, e a escravidão foi o que sedimentou tais representações no ideário político brasileiro. A ausência de uma participação efetiva da sociedade civil diante de um Estado forte e estruturado, a crença na “democracia racial” como um aspecto basilar da personalidade brasileira, a ideia de uma história sem processos de ruptura, que atribui a condição de um “povo pacífico”, dentre outros elementos, participa de uma composição ideal tanto para agenda conservadora quanto para agenda liberal.

Ainda influenciado pelas épocas áureas das explorações marítimas portuguesas, em que se observava um novo sistema mercantilista e a decomposição do sistema feudal, a nobreza lusitana que veio para o Brasil trouxe consigo valores fortemente arraigados neste cenário: um preconceito em relação ao trabalho braçal, legitimado pela Igreja e pelo império de Portugal (MERCADANTE, 2003). Holanda (1971) já salientava essa característica, exemplificada na preferência portuguesa na colonização do Brasil ser basicamente rural, associada ao desinteresse no desenvolvimento do país. Ainda que os processos de colonização pudessem convocar transformação da classe social em Portugal, essa nova nobreza que se formava em terras brasileiras se espelhava nas elites feudais lusitanas, não permitindo a ascensão de novos valores, sendo essencialmente, conservadora (HOLANDA, 1971).

Desse modo, Mercadante (2003) assevera que a conciliação é o principal marcador do conservadorismo brasileiro. Dentre inúmeros exemplos desta marca, o autor comenta:

No período de formação nacional, que alcança os últimos anos do século passado, a mentalidade conservadora brasileira haveria de distinguir-se da europeia por suas singulares feições conciliatórias. Trazendo em seu espírito o reflexo das faces mercantil e feudal do domínio, teve a intelligentsia nacional que conciliar também o liberalismo econômico e o instituto da escravatura, procurando ajustá-los à realidade do país. (MERCADANTE, 2003, p. 7).

O compromisso com a manutenção da escravatura e com o liberalismo econômico é salientado por Mercadante (2003) como um fenômeno *sui generis* da história brasileira, e que estrutura sua cultura política até os tempos atuais.

Silva (2017) assevera esta ambivalência cultural brasileira em seu livro *Raízes do Conservadorismo Brasileiro*, onde apresenta inúmeras reportagens publicadas, ao longo do século XIX, sobre os dilemas entre abolicionistas, escravocratas e escravos.

A disputa entre os abolicionistas e as estruturas do Império escravocrata do país assolava as estruturas do sistema vigente e do conservadorismo de modo geral, revelando a ambivalência de valores entre ambos. Nesse sentido, Silva (2017) apresenta algumas falas do então senador

Paulino de Sousa sobre as diversas leis de libertação dos escravos, revelando o sentimento de desamparo relatado pelas elites escravocratas brasileiras. Em suas críticas obstinadas ao fim da escravidão, o senador fazia discursos reacionários, alertando para os resultados catastróficos da abolição, onde milhares de pessoas seriam expostas à miséria, a orfandade e ao abandono, visto que até então os escravos eram “acolhidos e protegidos” por seus proprietários. Outro apelo do senador era a reivindicação dos escravocratas por indenização do Estado diante do “prejuízo” deixado a eles pelo fim da escravidão (SILVA, 2017, p. 28).

No entanto, Silva (2017) chama atenção para uma notícia retirada do jornal *Diário do Maranhão*, escrita dias após a abolição da escravatura, onde é possível constatar indícios de um modesto início de conciliação entre abolicionistas e escravocratas. Em algumas páginas do jornal, ainda se ovacionava o fim da escravidão, mas, ao mesmo tempo, já se cobrava das autoridades a criação de regulamentações que repreendessem a “vagabundagem e a ociosidade”. Reivindicavam-se leis que impusessem a ordem e funcionassem como disciplinadoras de negros e negros libertos.

Centenas de indivíduos sem ofício, e que terão horror ao trabalho, entregando-se por isso a toda sorte de vícios, precisam ficar sob um rigoroso regime policial para assim poderem ser mais tarde aproveitados, criando-se colônias, para as quais vigore uma lei, como a que foi adotada na França, recolhendo a estabelecimentos especiais os vagabundos, sujeitando-os à aprendizagem de um ofício, ou da agronomia, para que mais tarde o país utilize bons e úteis cidadãos. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1888 apud SILVA, 2017, p. 21).

Ressalta-se aqui o aceite da abolição pelas elites conservadoras dominantes, mesmo que a contragosto. Porém estas elites permanecem ainda detentoras das condições para o estabelecimento desta liberdade. Portanto, no Brasil, o perfil conciliatório entre posições políticas supostamente ambivalentes se faz na permanente manutenção do discurso escravagista emulado conforme o cenário, mas como valor estruturante do conservadorismo na cultura brasileira até os dias atuais.

3.2 Novos ideários, velhas estruturas raciais

Compreender as modulações de poder organizadoras da vida em sociedade que historicamente privilegiaram a existências de determinados grupos em detrimento e exclusão de outros, implica um olhar atento às estruturas de disciplinarização e controle da vida social.

A termo raça perpassa o modo pelo qual ele foi utilizado ao longo da história e as circunstâncias por detrás deste uso. Por esta razão, Almeida (2019) salienta a importância de considerar as contingências, conflitos, relações de poder e decisões que foram dando forma ao conceito de raça nas estruturas da vida social.

A cultura renascentista inaugura a legitimação de um ideário filosófico que sedimentaria o homem europeu no homem universal. Surgiria aí a importância da conceituação de raça, já que aqueles que não adinham desta linhagem eram variações menos evoluídas do ser humano. A partir das ideias iluministas, constituíram-se as ferramentas que viabilizariam comparar e categorizar os mais diferentes tipos de grupos humanos, baseados em aspectos físicos e culturais, tais como o civilizado e o primitivo.

Nesse movimento civilizatório, feito em nome do ideário iluminista, o colonialismo surge legitimado pelos europeus em nome da razão, deixando nos povos colonizados um histórico de destruição, exploração e aviltamento, mimetizado em um projeto de universalização da “verdadeira civilidade”, a europeia. Como exemplo, o autor cita a Revolução Haitiana para contrapor ao projeto liberal-iluminista almejado da igualdade entre os homens e o reconhecimento de todos as pessoas como seres humanos. Ressalta a contradição dos defensores liberais que miravam com receio a Revolução Haitiana, colocando empecilhos econômicos e sociais à antiga colônia, que até os tempos atuais colhe os efeitos daquela tentativa de reivindicação de liberdade. Tal constatação serve para questionar a definição liberal de liberdade, posto que ela expressa sua real concepção diante do exemplo de insurgência haitiano: a limitação da ideia de liberdade restrita ao homem branco europeu.

Almeida (2019) também diz da transformação do colonialismo no século XIX, que embasará o conceito de raça na ciência. A partir de modelos explicativos advindos das ciências naturais, que estruturaram o racismo científico, as características biológicas e ambientais foram instrumentalizadas para explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as raças, e, por consequência, a desvalorização das raças não brancas. Nesse sentido, o neocolonialismo, que surge no final do século XIX, da primeira grande crise do capitalismo, se estrutura ideologicamente para argumentar as invasões do território africano naquele período, pelas grandes potências mundiais, embasadas no discurso de inferioridade racial e no subdesenvolvimento dos povos colonizados.

Cabe ressaltar aqui a existência de um poder político dependente do racismo, que se explica por haver um fluxo sistêmico de discriminação organizador da vida em sociedade. Os mecanismos de manipulação dos sentidos sobre o termo “racismo reverso” são um exemplo. A palavra “reverso”, demonstra a indicação de que há a inversão de algo, pois neste sentido, o

racismo contra grupos minorizados – negros, índios, judeus etc. – seria algo normal, mas o preconceito contra brancos, não. O recurso da vitimização deflagra a reação de posicionamentos conservadores, ao perceberem o questionamento de seus valores e crenças sociais, bem como a perda de alguns privilégios, mesmo que estes estejam apenas num nível simbólico.

Almeida (2019) define que a caracterização do racismo como processo político passa tanto pelo poder do Estado em regular um sistema de organização do racismo na vida social quanto pela capacidade de uma dimensão ideológica em manter a coesão social sobre o assunto. A produção de narrativas fortificadas pelo Estado são cruciais para a criação de um imaginário social, em que as instituições sociais têm por função propagá-las e mantê-las fazendo a manutenção do controle social.

As facetas do racismo contemporâneo são outras e mais mimetizadas no cotidiano. O controle do poder e da manutenção ideológica das raças adquire requintes complexos, que passa pela necessidade de enquadramento do grupo discriminado num papel de humanidade que possa ser controlada. Aqui, percebe-se uma importante característica no que diz respeito às estratégias de manutenção da lógica hegemônica que busca conservar as explicações eurocentradas sobre a definição das raças, muito utilizada por grupos conservadores e reacionários na atualidade. Ao invés de buscar a eliminação de uma cultura oposta, ele passa a determinar qual será seu valor e seu significado.

Para explicar este fenômeno, Hardt (2000) usa o conceito de biopoder foucaultiano visando definir um novo fluxo de poder dentro do que chama de “sociedade de controle”. Segundo o autor, a nova ordem mundial se executa pela forma de poder que tem como objetivo o controle da natureza humana. Para tal, a demarcação do poder rompe com a lógica dos tradicionais muros que as instituições erguiam para evidenciar a marcação de territórios (concretos ou simbólicos). Sendo assim, inaugura-se a fusão da percepção do dentro e do fora que anteriormente se encontrava claramente delimitada na sociedade disciplinar (HARDT, 2000).

As consequências desta nova ordem mundial, segundo o autor, são identificáveis no esgotamento das instituições, nos esvaziamentos dos espaços públicos, das formas tradicionais de organização social e, portanto, da própria política, já que mesmo a política liberal moderna desaparece em decorrência da intensa privatização da vida social.

Neste sentido, mesmo que certas práticas específicas do racismo tenham entrado em declínio em decorrência do fim das leis do apartheid na África do Sul e outras ações civis e institucionais ocorridas ao longo do século XX, Hardt (2000) compreende que o racismo não

foi extinto. O autor explica que tal sensação de declínio advém das novas formas e estratégias de atuação do racismo na contemporaneidade.

Para Hardt (2000), há uma mudança na teoria do racismo, que passa da fundamentação pautada na biologia para uma teoria racista baseada na cultura. O construtivismo social rompe com o determinismo biológico na diferenciação das raças para afirmar a constituição destas pelas forças sociais e culturais. No entanto, caberá a cultura assumir o papel da biologia para manutenção do racismo. Ainda que haja uma certa fluidez e flexibilidade na cultura, constatadas pelas suas mudanças históricas, Hardt (2000) afirma que há um limite para esta volatilidade, sendo que, em última instância, as diferenças culturais e suas tradições são intransponíveis. Neste sentido, o racismo cultural é híbrido, tendo a capacidade de se expressar antirracista no campo biológico, mas sempre atento ao objetivo de conservar os princípios tradicionais da segregação racial. Portanto, o racismo contemporâneo está paradoxalmente estruturado na teoria da preservação da raça.

Ora, se o conservadorismo se estrutura tanto nas forças dos seus argumentos quanto na disposição da materialidade dos seus recursos, este último também servirá para excluir ou limitar a existência daqueles que apresentam posições opostas, em todos os níveis da experiência humana (ALMEIDA, 2019). Sendo assim, no que concerne à raça, o conservadorismo contemporâneo não usa mais como estratégia primária de poder a afirmação literal e disciplinadora de sua superioridade, mas busca ter o domínio de nomear e controlar todas as culturas não brancas como “exóticas”. Aqui o racismo cultural opera liberando o consumo de culturas não brancas e inclusive incluindo-as, ainda que numa estratégia de inclusão diferencial, numa demonstração contínua de engajar alteridade e proximidade entre as raças. Contudo, os limites culturais desta suposta fluidez são escamoteados para esconder a estrutura de segregação racial atuando fortemente na sociedade contemporânea. Esta exclusão não opera em termos absolutos, mas sempre com diferenças de grau, o que leva a submissão ao regime das práticas cotidianas, tornando-a mais flexível e volátil, porém com hierarquias rígidas e potentes.

Portanto, a definição de raça foi e ainda é um elemento essencialmente político, passando por transformações e adaptações ao longo da história, porém mantendo-se instrumentalizado como tecnologia do colonialismo europeu para a manutenção de poder perante os demais grupos sociais. Entretanto, observam-se similaridades no uso desta lógica também nos campos de gênero e sexualidade, onde as estratégias de centralização do poder vão aprofundar as dimensões ideológicas na supremacia da masculinidade e na cis-heteronormatividade, dando materialidade a esta dominação na vida social.

3.3 Modulações das políticas de gênero e sexualidade

De modo similar aos estudos teóricos de raça, a compreensão da construção social de gênero das teorias desenvolvidas em meados da década de 1970, influenciadas pelos movimentos de militância feminista, também trouxeram reflexões significativas para novas concepções de experiências de gênero e sexualidade.

No que concerne aos estudos sobre masculinidade, Connell (1995) a definiu como uma posição simultânea entre as relações de gênero, nas quais se identificam os comportamentos e práticas nos quais homens e mulheres se localizam e refletem os efeitos disto em seus corpos, personalidades e cultura. As ideias associadas ao conceito de gênero começavam então a apresentar uma produção disruptiva diante de estudos ainda influenciados por uma definição binária, associada a uma visão biológica de sexo restrito a macho e fêmea, que não exploravam esclarecimentos mais complexos sobre a dominação da masculinidade nas relações de gênero.

O conceito de masculinidade hegemônica possibilitou não só uma compreensão mais ampla acerca dos estudos sobre homens, mas também reflexões relativas às relações de poder e hierarquia entre os homens. Na década seguinte, Connell e Messerschmidt (2013) publicam um apanhado de estudos sobre o tema buscando esclarecer fenômenos contemporâneos sobre poder e liderança política, violência pública e privada, mudanças nas concepções de família e vivências da sexualidade.

Segundo Connell e Messerschmidt (2013), o uso da palavra hegemonia surge associado à masculinidade com ênfase na definição dada por Gramsci¹, no intuito de compreender o gênero ligado às relações de classe. Todavia, mesmo antes dos estudos de gênero como constructos sociais, já havia trabalhos sobre o “papel sexual do homem” que se aproximavam de um reconhecimento da natureza social da masculinidade, o que viabilizaria transformações sociais no comportamento dos homens. Os autores apontam que a explosão de estudos desenvolvidos a partir dos anos 1970 trazem críticas a teoria dos papéis, questionando o resultado homogeneizado do conceito de papel e suas problemáticas para compreender as relações de poder.

Nesse sentido, a ideia de masculinidade organizada de maneira hierárquica começa a tomar forma já nas primeiras mobilizações de liberação gay. Tais questionamentos sobre as

¹ Gruppi (1978) afirma que o conceito de hegemonia em Gramsci diz respeito à capacidade de edificar a base social do Estado proletário. Ou seja, a hegemonia do proletariado acontece na sociedade civil trabalhando a conscientização das massas através da luta política.

vivências da sexualidade levaram a uma complexa análise sobre a opressão do homem não heterossexual pelo homem da masculinidade “ideal”, ampliando a ideia de opressão masculina que antes se limitava à submissão da feminilidade (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

De outra parte, os aprofundamentos de pesquisas sociais empíricas acerca do tema evidenciaram a pluralidade das masculinidades, entendendo-as como construções de gênero complexas para os homens, além de jogar luz à busca incessante por dominância. Cada sociedade define um padrão de masculinidade que será reconhecido e respeitado, e, portanto, hegemônico. Assim, as performances de masculinidade que não estão de acordo com a masculinidade hegemônica vigente são submetidas por meio de uma organização hierarquizada da masculinidade e suas exclusões.

Neste bojo altamente seletivo e excludente, em que se encontram os critérios para performance da masculinidade, a princípio se consideraria impossível cumprir com todos os seus requisitos. Porém, observam-se certos mecanismos que auxiliam no ajuste da sua ação, viabilizando uma aproximação, ainda que de maneira figurativa, das experiências que circundam a “masculinidade ideal”.

Os critérios que circundam a performance da masculinidade se expressam em determinadas posições que as peças do tabuleiro no jogo dicotômico público-privado se localizam: a norma pode se materializar no público ou no privado, mas necessita de um “pacto de silêncio” do âmbito privado para que seja validada no nível público. As diferenças relativas a como se cumpre a norma no público e no privado precisam ser encobertas para sua manutenção e permanência nas relações sociais. Sendo assim, o uso da dicotomia público-privado como tática para manutenção dos ideais atribuídos à masculinidade busca *organizar hierarquicamente a pluralidade nas performances de gênero*, sem perder de vista a relação de dominação que a masculinidade exerce sobre os corpos fora do padrão normativo. O privado protege a norma, criando a fronteira necessária para manutenção da relação de poder, mas, para que seja eficaz em seu objetivo, a esfera privada não pode ser politizada; ela precisa servir de depósito para tudo aquilo que a norma determina não caber na esfera pública.

Algumas autoras Pateman (1988), MacNay (2008) e Walby (1990) explicam a dissonância entre estas esferas ao afirmar como o patriarcado atua em ambas, de graus e formas diferenciadas. A oposição entre público e privado escamoteia as ligações entre tais esferas e, ao mesmo tempo, proporciona sentido a ambas. Sendo assim, as diferenças entre as esferas atribuem distinção de valores aos papéis de gênero, bem como normalizam tais discrepâncias.

Pateman (1988) afirma que estas diferenças são políticas, pois repercutem na autonomia e liberdade dos sujeitos e, no que concerne à “esfera feminina”, esta não está conectada com a

dicotomia do público-privado, e, portanto, não ocupa o lugar de dominância nas relações de poder.

McNay (2008), por sua vez, chama atenção para a importância em compreender as mudanças do patriarcado na dicotomia público-privado, pois a identificação dos seus códigos e práticas auxiliam na compreensão da fluidez e das conexões nas fronteiras das desigualdades. A autora ressalta a complexidade do sistema que organiza o patriarcado, em que a relação de dominação distribui os papéis de poder e de subordinação.

Seguindo uma reflexão parecida, Walby (1990) sinaliza o caráter dinâmico do patriarcado, composto por uma multiplicidade de estruturas e formas de interação que evoluem ao longo do tempo, capilarizando-se e tornando-se onipresente na vida social (Walby, 1990). A autora define seis estruturas patriarcais que explicam como o patriarcado penetra em diferentes campos da sociedade, são elas:

[...] modos de produção patriarcal; relações patriarcais no trabalho assalariado; relações patriarcais no Estado; violência doméstica/masculina; relações patriarcais na sexualidade; e relações patriarcais nas instituições culturais incluindo religiões, mídia, educação. (WALBY, 1990, p. 177).

Embora considere estas estruturas como autônomas, Walby ressalva que elas interagem umas com as outras, enquadrando formas e práticas expressadas no *patriarcado público* e no *patriarcado privado*, num processo contínuo. No entanto, no que concerne ao trabalho doméstico, sua constituição ainda tem como estrutura principal o *patriarcado privado*, em que há uma apropriação da subjetividade da mulher na família, e seu afastamento do espaço público. Já o Estado e o trabalho assalariado se estruturam como representações do *patriarcado público*, o que culmina numa subordinação das mulheres que por acaso vivenciem a esfera pública (WALBY, 1990).

As estruturas na dicotomia público-privado passam por transformações significativas com a ascensão dos movimentos sociais das décadas de 1960 e 70 que buscavam democratizar a diversidade de gênero e vivências da sexualidade, protagonizados principalmente pelos movimentos feministas e movimentos gays daquele período. A politização do privado trouxe à tona a discussão sobre violência doméstica, sexualidade da mulher e vivências de sexualidades não heteronormativas que questionavam os padrões de gênero e sexualidade impostos pela lógica hegemônica, e reivindicavam por transformações sociais.

Entretanto, segundo Prado e Correa (2018), é também a partir destas experiências que começam a surgir as raízes das mobilizações conservadoras contemporâneas em proveito do combate àquilo que eles nomeiam como “ideologia de gênero”.

Originadas no catolicismo, as mobilizações antigênero, como também são chamadas, foram absorvidas como pauta de luta política por outras religiões, tornando-se ecumênicas. Ademais, Prado e Correa (2018) salientam que, com o passar do tempo, o movimento agregou outros grupos:

Embora em toda parte envolvam grupos religiosos cristãos, há movimentações que se articulam com outros grupos e organizações reacionárias e ultraconservadoras como partidos de extrema direita, colégio de pediatras antidireitos LGBTI, grupos de psiquiatras e psicólogos/as que defendem as chamadas terapias de reversão da homossexualidade e a manutenção de categorias patologizantes para nomear a experiência de pessoas trans e intersexuais, ginecologistas que são contra o aborto, pedagogos que repudiam a educação sexual, juristas e operadores de justiça que preconizam concepções ortodoxas do direito, mas também vozes de esquerda, psicanalistas e psicólogas, como também grupos feministas marcam a heterogeneidade das articulações desta ofensiva. (PRADO; CORREA, 2018, p. 445).

Junqueira (2018) esclarece que o neologismo “ideologia de gênero” tem sido utilizado como recurso persuasivo constante de um ativismo religioso nos últimos anos, incentivando novas formas de engajamento e mobilização que se expressam nas agendas políticas de diversos países. Estrategicamente enquadrada como pauta moral, o autor afirma que o debate da ideologia de gênero tomou a esfera pública, tornando-se um “sintagma neológico” que legitima as cruzadas morais por hegemonia numa disputa discursiva (JUNQUEIRA, 2018).

Os atores e grupos políticos interessados em viabilizar esta agenda política com o propósito de paralisar as transformações e conquistas sociais nas relações de gênero e sexualidade, bem como reposicionar, como padrões sociais, as ideologias tradicionalistas, com princípios dogmáticos e religiosos compreendidos como “intocáveis”. Segundo Junqueira (2018), o uso da ideologia de gênero em discursos extremados tem por intuito servir de combustível para criar um exército de apoiadores que, diante da ameaça que paira sobre a “família tradicional”, lutará para protegê-la e valorizá-la. Os efeitos disso aparecem na reafirmação das hierarquias sexuais, da privação na formação moral e sexual dos filhos pela sua família, da exclusão da educação sexual nas escolas, do distanciamento de informações sobre saúde sexual para os adolescentes, da abjeção de estruturas familiares não heteronormativas, além de retomar um olhar patologizante em relação às vivências de sexualidades e identidades de gênero não hegemônicas.

Nesse sentido, o autor afirma que a ideologia de gênero serviu como catalisador de estratégias de poder de grupos interessados em mobilizar a ordem moral e revigorar as visões de mundo tradicionalistas e, por consequência, a retomada da biologização da diferença sexual, “da renaturalização das arbitrariedades da ordem social, moral e sexual tradicional, a (re)hierarquização das diferenças e a afirmação restritiva, (hetero)sexista e transfóbica das normas de gênero” (JUNQUERIA, 2018, p.452)

No Brasil, Prado e Correa (2018) salientam que o uso do termo não foi só representado pelas entidades religiosas de católicos e evangélicos, mas também por perfis kardecistas e judeus de direita, além de movimentos de setores seculares não ligados a religiões, tais como o Movimento Brasil Livre (MBL) e a Escola sem Partido.

Mattos (2018) assevera que, no tocante aos movimentos ultraconservadores no Brasil (em particular o grupo Escola sem Partido), o uso tático do termo ideologia de gênero aparece com o objetivo principal de materializar uma ameaça que paira no ambiente escolar e, portanto, alardear a necessidade de defender crianças e adolescentes das personagens doutrinadoras (no caso, professores) que submeteriam estes jovens à ideologia de gênero. Ainda segundo a autora:

[...] os movimentos ultraconservadores têm se colocado tanto contra o gênero como “escolha individual” quanto contra “professores doutrinadores” que assujeitariam estudantes a desenvolver gêneros “não naturais”. A combinação dessa dupla e contraditória acusação contra os estudos de gênero e sexualidades, condensada no truque da “ideologia de gênero”, resulta em um emaranhado de afirmações que tem assombrado mães e pais, eleitoras/es, e promovido discursos de ódio contra qualquer debate que questione narrativas moralizantes. (MATTOS, 2018, p. 578).

No que diz respeito ao uso do termo na política institucional, Aragusuku (2022) analisou o percurso histórico da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados. Em seu artigo, o autor identifica que o termo começa a ser referenciado nos discursos de deputados em meados de 2003, porém seu uso só começa a se dar efetivamente como tática ofensiva pelos grupos conservadores na década de 2010. Aragusuku (2022) explica que a razão deste aumento significativo no uso do termo “ideologia de gênero” nos discursos dos deputados ocorre por conta da ascensão de uma agenda política progressista nas temáticas de gênero e sexualidade desenvolvidas pelo governo vigente naquele período. Sobre os fatores que impulsionaram o uso tático do termo ideologia de gênero por políticos institucionais, o autor afirma que:

Podemos resumir estes fatores em três blocos de mudanças estruturais que atravessaram a sociedade civil e as instituições políticas brasileiras nas últimas duas décadas: (1) mudanças socioculturais como a desestabilização das normativas sexuais e de gênero, a normalização da homossexualidade, a expansão da sociabilidade e das expressões artísticas LGBT, entre outras; (2) mudanças políticas como o crescimento de coletivos, ONG e movimentos feministas e LGBT, e a assimilação das demandas desses movimentos por partidos, fundações e outras associações (profissionais, sindicais, acadêmicas, etc.) da sociedade civil; e (3) mudanças nas políticas públicas como a proposição de legislações e a implementação de políticas públicas em gênero e sexualidade nos âmbitos municipais, estaduais e federal. (ARAGUSUKU, 2022, p. 113).

Estes indivíduos e grupos políticos, institucionais ou não, e de matrizes diversas, encontraram na ideologia de gênero um ponto de aderência estratégico como catalizador político, culminando na localização das definições tradicionais de relações de gênero e sexualidade como um dos alicerces estruturais que organizam a mobilização da extrema direita e sua ascensão no Brasil nos últimos anos. Ao discursarem de modo inflamado que pautas morais tradicionais estão sendo ameaçadas pela “ideologia de gênero”, estes grupos mobilizam os afetos de aliados (inclusive homossexuais) para que incorporem o papel de defensores da “família tradicional”, engajando-se politicamente no intuito de eliminar esta “ideologia”.

Sendo assim, observa-se que os debates de raça, gênero e sexualidade na agenda política conservadora foram sofrendo transformações ao longo das décadas. Tendo em vista a politização e a institucionalidade que tais temas começaram a conquistar, era preciso reorganizá-los e realocá-los com novos atores políticos e suas configurações, trazendo o protagonismo que antes era pouco expressivo no campo político conservador. Entretanto, o desafio para os conservadores residia nos anos de ofensiva aos grupos não hegemônicos em gênero, raça e sexualidade, bem como nas ascensões de direitos civis destes grupos reivindicadas historicamente pelo campo progressista. Nesse sentido, a mobilização, modulação e radicalização do comportamento político através das emoções e sentimentos se tornou uma estratégia de suma importância na agenda política conservadora contemporânea. No capítulo a seguir, exploraremos a relação entre afeto e política e seus desdobramentos políticos e sociais.

4 AFETO E POLÍTICA

Os estudos sobre o comportamento político nas experiências do fascismo e nazismo trazem importantes conhecimentos das mobilizações dos afetos para modulação em regimes políticos totalitários. Porém, a transformação tecnológica da vida social, as conquistas de direitos por grupos historicamente minorizados através dos movimentos sociais e, paulatinamente, a mudança da lógica econômica mundial com o advento das práticas neoliberais influenciaram significativamente as táticas de mobilização no campo político.

Sendo assim, este capítulo se propõe, sem ser exaustivo, a compreender o funcionamento da mobilização dos afetos no campo político da extrema direita, considerando as novas facetas que estruturam o autoritarismo contemporâneo.

4.1 Estratégias de poder e a força dos afetos

Afeto e poder são elementos primordiais nas relações sociais. No que se refere ao poder, as mudanças políticas interferem tanto nas qualidades e diferenciações dos afetos quanto na possibilidade de existir (ou não) dos corpos afetados. Bento (2018) desenvolve o conceito de “necrobiopoder” para refletir sobre a profunda diferença de tratamento do Estado diante de alguns grupos sociais, bem como a determinação do direito à própria existência como uma lógica de privilégios e dominação. Nesse sentido, o Estado performa como propagador de reconhecimento de humanidade.

Na tentativa de explicar o fenômeno da violência contra corpos travestis e transexuais, Bento (2016) se depara com dados quantitativos que revelam o Brasil como o país com o maior número de assassinatos entre esta população no mundo. Porém, a autora afirma que as situações de violência contra esta população apresentam traços específicos de espetacularização exemplar, pois os corpos desfigurados no ato criminal têm como função passar uma mensagem a toda sociedade: a ideia sobre a coesão e repetição da lei de gênero, definindo-nos a partir de nossas genitálias. Ainda no mesmo estudo, Bento (2016) identifica na feminilidade a representação daquilo que é depreciado socialmente, e isto é maior quando a performance do feminino se expressa num corpo do sexo biológico masculino. Portanto, a sociedade cria seus modelos exemplares míticos e salvadores da pátria, mas também necessita de modelos não exemplares, como seres abjetos que darão corpo aqueles sujeitos que não devem existir na vida social.

Retomando o conceito de necrobiopoder, Bento (2018) o defini a partir do fenômeno da violência que parte do Estado contra grupos localizados socialmente como abjetos e, portanto, não se enquadram naqueles considerados “humanizáveis”. O Estado se utiliza do necrobiopoder como ferramenta principal de sua soberania e técnicas de governabilidade, se propondo a desenvolver múltiplas ações para gerar o cuidado e a estabilidade dos sistemas sociais (BENTO, 2018; ALMEIDA, 2019).

Em suas técnicas de governabilidade, o Estado não se limita somente ao cuidado da vida, mas também busca definir continuamente as categorias de morte. Bento (2018) explica que soberania e governabilidade são formas de poder que atuam em conjunto na perspectiva do necrobiopoder, já que a relação de dominação do Estado se dá pelo seu poder de definir quem deverá viver e quem deverá morrer.

A autora ressalva que há uma intencionalidade no fazer morrer da necrobiopolítica. Diferentemente de outros autores como Foucault (1999) e Agamben (2013), na perspectiva de Bento (2018) as estratégias do Estado para fazer morrer são ativas e intencionais, o que rapidamente constata-se ao nos debruçarmos sobre o contexto brasileiro, tendo em vista uma história de organização social baseada em uma cultura política de exploração e eliminação de corpos que, segundo a autora, “poluem a pureza de uma nação imaginada, um tipo de correia de transmissão de uma Europa também imaginada: branca, racional, cristã, heterossexual.” (BENTO, 2018. p. 4).

Outro fator que a autora ressalva para a compreensão do funcionamento da necrobiopolítica é o entendimento do Estado como uma instância sem autonomia. O princípio das ideias liberais, com intensa presença do Estado como regulador econômico, foi sendo fagocitado pelas práticas neoliberais. Em tempos de redes sociais e suas Big Techs, a propagação de ideias e modos de vida a serem ou não seguidos pouco tem controle efetivamente do Estado. Portanto, o mercado e seu poder de influência na organização do Estado são fatores relevantes para compreensão da necrobiopolítica. Como exemplos concretos da necrobiopolítica, coloca-se não só o próprio racismo cultural, já mencionado anteriormente, que se mercantiliza e traja as novas facetas de um exotismo na contemporaneidade, mas também os dados levantados na pesquisa desenvolvida sobre a violência de Estado contra a população travesti e trans desenvolvida por Bento (2016). Neles, observam-se com clareza as articulações entre Estado e mercado no intuito de escamotear a ação cotidiana da necrobiopolítica. Conseqüentemente, o resultado de esvaziamento do Estado figura o mercado não mais no papel de mero interlocutor da vida social, mas, agora, como protagonista e catalizador de valores

sociais que ditam as regras da ordem social. E para tanto, cooptar as identidades “não-normativas” se torna uma estratégia importante para execução das práticas neoliberais.

Porém, há ainda um ponto de ancoragem a ser destacado para discutir a complexidade dos campos ideológicos organizadores da extrema direita: trata-se da política dos afetos, e mais precisamente do medo. Segundo Bento (2018), é através da mobilização do medo que se garante a eficácia do necrobiopoder. O medo, potencializado em pânico, é um mecanismo muito eficaz para manutenção do poder. Não à toa, filósofos como Espinosa (2007) e Hobbes (2010) atribuem ao medo a estruturação da ideia de Estado. Espinosa (2007) considera o afeto como propulsor das ações humanas, colocando-o como essencial para a própria existência e para a constituição da ética. E é pelo que ele nomeia de *conatus*² que somos impulsionados a afetar e ser afetados, desenvolvendo nossa potência de ação. A ideia geral de ameaça externa que paira na condição da vida humana é um combustível contínuo para o medo perseverar como afeto. Impulsionado pela constante necessidade de proteção, o uso do medo para a manutenção da dominação é o que Espinosa (2007) identifica com estado de servidão, que diminui o *conatus* e cerceia a liberdade humana, mas legitima sua permanência em razão da ameaça contínua.

Segundo Bento (2018), as forças repressoras do Estado são as condições externas que mobilizam o medo e dão vazão para a busca de proteção constante que preenche a condição humana. Para isso, elege personagens que assombrarão a sociedade: o bandido (negro), o homossexual depravado, a mulher desequilibrada, o invasor de terras, o indígena incivilizado, a travesti violenta, o morador de rua sujo. Portanto, a reivindicação de justiça como intento tão utilizado pela extrema direita, que legitima o combate aos seus “inimigos” pedindo o retorno da ditadura, criando escolas sem partido ou mesmo na defesa da ideia de uma ideologia de gênero que corrompe a família, são na verdade solicitações de medidas de proteção dos valores sociais conservadores diante do medo de que eles se modifiquem a nível de estrutura.

Não é de hoje que o entendimento da mobilização dos afetos perpassa o campo político. Disseminar o medo é uma estratégia de controle muito eficaz, principalmente quando não há significado sobre ele (BUTLER, 2006). A ameaça dos judeus à supremacia ariana legitimou a violência direcionada a este grupo, e o Estado se incumbiu de atribuir os significados necessários para dar materialidade ao medo, organizando, no nazismo, o sistema que protegeria o povo alemão desta ameaça.

² Segundo Leme (2013, p. 117), essa “essência atual”, “o *conatus*, que se constitui por meio da unidade entre a proporção interna de movimento e repouso do corpo e do encadeamento interno das ideias na alma, é o próprio ser do homem, aquilo que lhe garante que ele seja o que é, e não outra coisa. O esforço do homem para perseverar em sua existência, para transpor quaisquer obstáculos externos à sua afirmação, mas também para desenvolver-se e realizar-se o mais plenamente possível.”

Nunes (2022) assevera que os afetos rodeiam os sistemas vigentes sempre num plano social, produzindo repertório para que os sujeitos façam suas leituras da realidade. Essa regularidade dos afetos organiza os valores e crenças que operam de maneira contínua, mesmo quando as experiências da vida entram em contradição com eles. Neste sentido, o autor ressalva que esta continuidade, mesmo diante de uma experiência contraditória, se dá pela força inercial do hábito. Nas suas palavras,

O nosso é um tempo em que convivem, lado a lado, um sentimento difuso de que, por diversos motivos, as coisas não podem continuar como estão (*e que, se continuam, é simplesmente porque quem delas se beneficia tem a força necessária para impor sua vontade*); e a sensação de que as coisas não poderiam ser de outro jeito, sustentada pelo fato de que o modo como vivemos, nos relacionamos e nos compreendemos está completamente atravessado por dispositivos como o consumo, o individualismo, a concorrência, o punitivismo e o “empreendedorismo de si mesmo”. (NUNES, 2022, p. 15, grifo nosso).

Segundo o autor, ainda que se comece a suspeitar das promessas de bonanças do sistema capitalista contemporâneo, suas raízes nos mantêm inertes sob o estado atual das coisas, que permanece inalterada. Ademais, Nunes (2022) atribui a este conflito a razão do surgimento e da ascensão de novas forças reacionárias na última década.

Seguindo esta linha de pensamento, o autor aponta para a importância de se apreender as diferentes maneiras pelas quais a afetividade vai impactar na produção dos espaços políticos. Portanto, serão estas diferenças, estruturada pela cadeia dos afetos, que materializarão a distinção entre uma radicalização previamente organizada e uma radicalização identitária do comportamento político, individual e coletivamente. Tal reflexão embasa a hipótese desta tese quanto a relevância dos afetos: de que o medo se produz a partir da experiência do desamparo e do ressentimento, dando contorno a ascensão dos movimentos de extrema direita que se observa na atualidade.

A virada afetiva nas ciências humanas pavimenta a compreensão dos afetos como dimensão pré-linguística, ou seja, na medida em que o afeto está situado entre os corpos, ele estaria localizado antes da linguagem. Na perspectiva de autores como Deleuze e Guatarri (1996), a linguagem tem potência para atribuir nome àquilo que, de certo modo, já é mais ou menos sentido na experiência cotidiana, e compreender a relação entre afetividade e linguagem passa por pensar sobre a dinâmica entre elas numa relação circular, de reciprocidade. Entretanto, ressalta-se que o caráter público produzido pela linguagem implica em um novo repertório de referências para a organização dos afetos.

Os enunciados gerados na produção da linguagem carregam os elementos centrais das estruturas afetivas. Através deles, observam-se gostos, ódios, fatores de admiração e repulsa etc., gerando a identificação e o pertencimento que darão ou não condições para o desenvolvimento de uma consciência política mobilizada e atuante (NUNES, 2022).

Neste sentido, a afetividade oferece um contraponto a pensamentos racionalistas e deliberativos, em que ela aparece antes das decisões argumentativas, coletivas, racionais e deterministas. O afeto se produz no social, mas ele não se reduz às determinações racionais do coletivo, portanto, tal condição de volatilidade que os afetos pressupõem são traços importantes a serem considerados no desenho do campo político.

Nunes (2022) explica que, se somos constituídos por hábitos e disposições únicas e singulares balizadas pela afetividade, e estes elementos são altamente compartilhados entre nós, esta experiência influencia diretamente a produção do espaço político. Ele se diferenciará conforme o posto de onde se observa. Por exemplo, pensar nas identidades políticas como plenamente constituídas, não atentando às suas variações afetivas, é um equívoco comum no campo político da esquerda, que corriqueiramente atrela, de maneira automática, um conjunto completo e fechado de crenças e valores sociais assim que constata uma palavra ou interesse diferente daquilo que é previamente categorizado para aquela identidade política.

Contudo, para maioria das pessoas que não dão tanta relevância para política, a orientação política não é um fator central para a constituição das suas identidades, e exatamente por esta razão “seus comportamentos e valores sociais apresentam contradições que precisam ser analisadas” (NUNES, 2022, p. 17).

Ainda no que diz respeito à formação da identidade política, o autor assevera algo de suma importância para esta tese: o uso frequente da identidade como disputa de poder no campo político – seja para escamotear a ausência de um planejamento que atinja a ordem social, seja ainda como uma forma de acobertar as dificuldades em incidir efetivamente na conjuntura.

Isso significa que a cooptação das identidades por meio da oferta de um conforto simbólico, tanto pela captura das pautas identitárias por práticas neoliberais mais progressistas quanto por um cenário capitalista atual que busca mecanismos de expressão das individualidades publicamente, pela mídia e redes sociais, reduz o sentido de identidade a uma mera sensação de pertencimento, sem efetivamente dar a materialidade de uma vida melhor às pessoas. Portanto, a fenômeno da radicalização contemporânea no campo político encontra espaços capazes de explorar programaticamente os conflitos sobre os efeitos e a eficácia das práticas neoliberais, bem como as mobilizações afetivas advindas dela (NUNES, 2022).

4.2 Desejos *versus* interesses

Trouxemos rapidamente a definição de *conatus* apresentada por Espinosa (2008) como o perseverar na própria existência. A mobilização do *conatus* ocorre por meio das afecções, que nos direcionam a buscar ativamente pelos nossos desejos e interesses, de modo que, ao fazê-lo, elevamos nossa potência de ação e persistimos em nossa existência. Entretanto, por esta potência ser limitada, pois somos seres finitos, as afecções mudarão ao longo do tempo, passando por variações, aumentando e diminuindo nossa capacidade de afetar e ser afetado. Por esta razão, Espinosa (2008) compreende que tal volatilidade nas experiências dos afetos impacta nos desejos e interesses a serem alcançados pela potência de ação. Nesse sentido, o *conatus* é uma potência sem objeto determinado, pois é passível de mudança conforme o momento.

No campo político, há um trabalho intenso sobre a modulação dos desejos e interesses. A habilidade em manejar os afetos na política tem por objetivo enquadrar os desejos das pessoas conforme os interesses da agenda política em questão. Porém, nem sempre estes interesses da agenda política são condizentes com os interesses das pessoas. Cabe aos atores políticos da sociedade trabalhar na modulação de desejos da população, conduzindo estes desejos e distanciando a população dos seus reais interesses. Portanto, os atores sociais e suas agendas políticas buscam encobrir a contraditoriedade entre seus interesses e os da população em geral, fazendo uso dos desejos como estratégia política.

A compreensão da contraditoriedade na relação entre desejos e interesses dos sujeitos é um debate profundo e complexo nos estudos das humanidades. Reich (2001) exemplifica este fenômeno afirmando que as pessoas escolheram o fascismo, pois elas o desejavam. Para o autor, a população foi enganada do ponto de vista dos seus interesses, mas sem que houvesse discordâncias para com os seus desejos, e o motivo desta cooptação diz respeito aos interesses das classes dominantes da época.

Quando em épocas de crise, o poder ditatorial reforça sempre a propaganda a favor da moralidade, da consolidação do casamento e da família. Isso se deve aos interesses da classe dominante para manter a moralidade da classe média baixa. Não existe maior ameaça para um ditador do que essa classe perder a sua atitude moralista em relação ao sexual. Uma das principais concepções políticas do nacional socialismo e do seu anti-semitismo tem raízes no medo irracional da sífilis. Consequentemente a pureza da raça era a pureza do sangue. (OLIVEIRA; CRUZ, 2009, p. 74).

A experiência da realização do desejo (ainda que formatada por alguém) resulta no prazer ligado à materialidade daquilo que se deseja, estando ou não conectado aos reais interesses que impactam a vida cotidiana. Ainda que as experiências do fascismo e do nazismo tivessem como estratégia o controle dos afetos por meio de propagandas e ideários, Reich (2001) assevera uma espécie de compensação psicológica e certa disponibilidade da população que facilitaria a modulação dos desejos em proveito dos interesses da agenda política em questão.

Essa afirmação de Reich (2001) sugere um caminho para compreender um corpo que carrega em si uma memória de ter sido afetado por outros corpos em experiências passadas. O corpo sobre o qual outros corpos agirão no futuro é um corpo que já possui traços de afecções anteriores, e a maneira como ele receberá cada experiência nova é condicionada pela memória de outras vivências, que já marcaram este corpo anteriormente. Essa memória é um hábito afetivo. Trata-se, portanto, de uma contingência singular que influenciará como o corpo se afetará diante da afecção.

Espinosa (2008) sugere que é no hábito afetivo, construído ao longo do processo de afetar e ser afetado, que se identifica como o corpo que sofre a ação medeia a resposta do corpo que age sobre ele. Nesse processo, o corpo adquire uma disposição afetiva que tendencia sua reação diante das afecções. Tal questão é de suma importância para compreender a eficácia de uma ação política, pois acrescenta uma nova camada de complexidade à tarefa de controlar os afetos, bem como diz respeito ao próprio projeto de ética afirmado por Espinosa (2008), que considera relevante o protagonismo dos sujeitos na experiência dos afetos.

Nunes (2022) retoma esta reflexão para compreender a ascensão contemporânea da extrema direita no Brasil. Para o autor, esse desajuste entre desejos e interesses faz a manutenção de dominação entre grupos em qualquer nível da estratificação social. A experiência gradativa de valor e pertença do cidadão homem, branco, heterossexual de classe média baixa que, em razão das condições socioeconômicas, foi deparando-se com cada vez menos espaço para se expressar. Diante das transformações econômicas e sociais, contempla-se o resultado da modulação dos desejos distanciados dos reais interesses da população em geral. A evolução de um neoliberalismo progressista, com mudanças profundas nas estruturas econômicas, que distanciaram ainda mais a classe média de sua ascensão e não cumpriu com a promessa de resolver a crise do capitalismo vivenciada na década de 1970, somada às mudanças sociais que trouxeram acesso a direitos civis para grupos historicamente invisibilizados, minou a pouca compensação psicológica que restava a este grupo social. É preciso ter em mente que a manutenção da desigualdade social, nos seus mais variados níveis, compensa

psicologicamente este cidadão que se encontra ressentido pela ascensão dos direitos de grupos historicamente minorizados, e que se vê sendo criticado por não aderir a estas transformações. Desamparado, este grupo encontra acolhida numa agenda política reacionária, que o afirmará como o “verdadeiro cidadão de bem”.

Já Safatle (2015) associa o medo como afeto central que organiza a agenda política da extrema direita para cooptação dos desejos deste grupo social. A mobilização deste afeto se debruça na crise da figura de autoridade patriarcal, que almeja ser salva. Surge, portanto, o pretexto para a ascensão de lideranças que se dispõem a resgatar esta figura, com a promessa de protegê-la diante dos inimigos que querem destruí-la. Neste sentido, observam-se duas cenas que tem como afeto principal, o medo: o medo referente a um panorama sem futuro diante de interesses que resguardam a existência cada vez mais distantes de serem alcançados; e o medo já associado a esta personagem autoritária, pois deposita-se nela o amparo face à frustração que mobiliza o medo anterior.

O autor assevera que a mobilização do medo acontece através das sucessivas tentativas de afastar a experiência do desamparo. O ressentimento produzido na frustração da vida material não viabiliza a experiência do desamparo que, segundo Safatle (2015), embasado em Freud, seria o caminho para a emancipação e para a coragem do sujeito se apresentar integralmente nas possibilidades da vida, trazendo abertura para as vivências do coletivo e para a realidade de que seus desejos são indeterminados (SAFATLE, 2015).

Entretanto, os ressentimentos são como “molas propulsoras” para a mobilização política. Ciulla (2020) cita a obra seminal de Nietzsche (1998), *A Genealogia da Moral*, onde ele define o “homem ressentido”, que, na experiência do seu ressentimento, inverte seus valores para manter estes sentimentos vivos. A autora pontua:

No entanto, apesar dos méritos da pessoa nobre, Nietzsche diz que uma raça de homens ressentidos tende a ser mais inteligente do que qualquer raça nobre, e a revolta dos escravos (como ele os descreve) levará a um reinado do “último homem”, que será de mediocridade, corrupção e niilismo político. (CIULLA, 2020, p.29, tradução nossa).

Na tentativa de aliviar as tensões advindas dessa dissonância e da vivência do ressentimento, Scheler (2007) e Nietzsche (1998) apontam que a inversão de valores se torna um recurso importante para negar a condição de desamparo provocada pela experiência do ressentimento. Ao invés de se resignar aos sentimentos de inferioridade e impotência (que ressignificaria o desamparo), o ressentido inverte os valores para manter viva a chama do ressentimento.

Para ilustrar como o ressentimento resulta na inversão de valores, Scheler utiliza a fábula de Esopo, *A raposa e as uvas*. Nela, a raposa deseja comer algumas uvas que nota crescer no galho de uma árvore. Porém, mesmo após saltar muitas vezes para tentar alcançá-las, a raposa não consegue apanhar as uvas. Então, ela desiste e se afasta da árvore, dizendo ter certeza de que as uvas deveriam estar azedas. Ao fazer isso, a raposa deprecia as uvas ao invés de se resignar ao fato de não conseguir alcançá-las. Scheler (2007) compara a raposa ao sujeito ressentido, que sobrepõe todos os valores, nivelando-os aos seus desejos e habilidades. Assim, tratam os valores como se não existissem em suas experiências, mesmo sabendo que esses valores podem ser válidos.

Scheler (2007) salienta o ressentimento como uma “dinamite psicológica”, que se dissemina com as desigualdades sociais e políticas. Segundo o autor, nada incentiva mais o ressentimento do que uma sociedade na qual seus sujeitos têm direito à igualdade, mas observam todos os dias que não são social, econômica e politicamente iguais entre eles. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Engels (2015) argumenta que o ressentimento tem sido estrategicamente utilizado para promover polarização política e propagar resistências.

Nesse sentido, o reacionarismo radical encontra espaços para promover uma “cortina de fumaça” no campo dos afetos ressentidos, operando como gatilho de ansiedade diante da perda de direitos e o receio de perder os privilégios (NUNES, 2022). Os recursos para vivência do desamparo desta população são modulados e politizados numa manobra ideológica prontamente atuante sobre o ressentimento. Entretanto, nesta mobilização, o reacionarismo radical não reivindica o fim do sistema neoliberal nem as soluções dos problemas acarretados por ele (concentração de poder político, desigualdade econômica, escassez de empregos, colapsos ambientais etc.). Ao invés de nomear tais problemas, ele desloca o ressentimento represado desta população direcionando a responsabilidade de sua causa para outras pautas do campo progressista que ganharam força, ainda que de maneira tímida, concomitantemente ao neoliberalismo.

Portanto, é necessário explorar como o ressentimento é modulado para se tornar um catalizador de comportamento político militante e, por isso, coletivo, compartilhando crenças e valores e formando identidades políticas a partir dos afetos.

4.3 Ressentimento como mobilizador de militância política

A mobilização das emoções no nível coletivo é um fenômeno expressivo e identificado em situações de protestos e na atividade de movimentos sociais. Jasper (2014) relembra a

explicação dada por Freud sobre as emoções coletivas, que as via como uma forma de regressão hipnótica impulsionada pelo inconsciente, em que os indivíduos teriam suas atitudes regidas pela mentalidade do grupo (FREUD, 1922), fazendo com que as pessoas não fossem elas mesmas em meio às multidões.

Já comentamos anteriormente que o uso político das emoções é uma estratégia com resultados bastantes expressivos para efetivar ações coletivas. Vale perguntar como os ressentimentos, especificamente, podem ser um combustível diferencial para mobilizar a ação coletiva de indivíduos sem conhecimento prévio de formação política orgânica, e como os ressentimentos podem ser catalizadores para o desenvolvimento de uma consciência política militante – numa evidente aproximação de um dos objetivos desta tese, que busca compreender o comportamento político dos grupos de gays conservadores.

No esforço de responder tais perguntas, é essencial apresentar alguns contornos para definição de militância. Sales et al. (2018) asseveram a importância de localizar as reflexões acerca do conceito sob a condição de problema, buscando produzir questionamentos e identificar as obviedades. Nesse sentido, explorar algumas das características do comportamento militante traz pistas para esclarecer o seu significado.

Buscando por um enquadramento que defina o conceito de militância, os estudos de Valverde (1986) esclarecem que militar se trata de uma ação que organiza movimentos segundo uma lógica bélica, com uma relação operacional para se efetivar a tática de guerra, desenvolvendo técnicas e redes necessárias para o campo de luta. Figueiredo (1993), por sua vez, afirma que a militância se tornou uma das formas influentes de existência do século XX, protagonizando as principais transformações da vida em sociedade. Entretanto, o autor ressalva que sua expressão não se limitou apenas à esfera política, havendo militantes em outros campos – tais como na religião, nas ciências, no mercado financeiro, na cultura –, compreendendo a militância, portanto, como um modo de vida. Já para Sales (2021), trata-se de um processo para desenhar ações coletivas que provoquem mudanças nas normas sociais vigentes. Sales (2021) também exemplifica o caráter servil do militante quando cita a descrição de Ernesto Che Guevara sobre o papel desta personagem no partido, sendo ele o revelador dos desejos das massas, quem renuncia ao descanso e à tranquilidade pessoal em proveito da revolução.

Outros autores, como Macedo e Silva (2009), identificam o militante comunista como a referência de militância política do século XX. Os autores apontam que fé, hierarquia e disciplina compõem a tríade de crenças e valores que organizam esta militância. Sobre esta afirmação, Sales et al. (2018) fazem uma associação com a obra *Psicologia das massas e análise do ego*, na qual Freud considera que a formação de grupos como exército e igreja se

estruturam no ideário de que, no ato de ingressar no grupo, o sujeito será amado por um líder superior, desenvolvendo um sentimento de pertença, em que ele passa a fazer parte da massa com outros indivíduos que amará incondicionalmente e por eles será amado. Estas características de nível grupal “influenciam nos aspectos individuais dos militantes, deslocando sua agressividade para os inimigos, mantendo-a afastada do interior da massa” (SALES et al., 2018, p.570).

Para Valverde (1986), a consequência desse modo de organização militante produz sujeitos subjetivados a partir de uma lógica hierárquica disciplinar, em que o acesso ao ideário revolucionário se dá somente através do esforço individual, da relação com os demais integrantes do grupo por uma necessidade de reconhecimento, e pressupondo suas ações enquadradas numa tática de guerra. O autor assevera que “o militante é, em realidade, um soldado a serviço de sua lei; e será tanto melhor soldado quanto mais sua obediência decorrer de sua opção interior, de sua consciência e não de mecanismos reguladores” (VALVERDE, 1986, p. 92).

O sentimento que mobiliza a subjetividade militante é ponto de reflexão de Rolnik (2014). A autora apresenta duas definições de subjetivação militante. A primeira traz características como a afirmação de um território de vivência da identidade cristalizado num passado idealizado, sem a existência de inimigos; a compreensão sobre os desejos e necessidades individuais atribuídos unicamente à característica de vida burguesa; a estruturação de discursos e ações a partir da realidade presente, de dominância do inimigo. Já a segunda, diz respeito à condição de existência associada à luta para se chegar na revolução. Rolnik (2014, p. 133) afirma que “o que os alimenta, em sua cultura militante, desse ponto de vista, é imaginar-se de peitos ensanguentados nas trincheiras embandeiradas da luta revolucionária, conseguindo dar fim a essa realidade que consideram maldita.”

Na pesquisa de Baltazar (2004), identificam-se as dissonâncias entre a performance do discurso militante e alguns aspectos da sua vida privada. As contradições encontradas pela autora foram observadas nas reclamações de familiares que se relacionavam com militantes, apontando para uma incongruência da postura no seio da vida intrafamiliar em comparação com as suas retóricas militantes. Nesse sentido, Baltazar (2004) enfatiza a importância da compreensão de elementos que compõem a performance militante no nível afetivo e emocional, para além dos aspectos racionais das necessidades que organizam a militância.

Figueiredo (1993) chama atenção para a condição emocional que atravessa a identidade militante ao afirmar que

A identidade revolucionária, neste plano, não se define a partir de uma revolução efetivamente realizada; define-se apenas pela adesão ou imersão imaginária no movimento que remeteria inexoravelmente a este tempo longo com suas metas e princípios fixados de uma vez por todas. (FIGUEIREDO, 1993, p. 208).

Seguindo este caminho, os aspectos racionais que balizam a identidade militante são modulados por uma repetição de ações cotidianas que reforçam seus princípios e ideais, e que tem por intuito construir uma disponibilidade afetiva para sua performance. A partir deste exercício tautológico, compensa-se psicologicamente o sujeito militante e alarga-se sua disponibilidade afetiva através de tarefas inadiáveis, disponibilidade imediata para ação e pelo agenciamento contínuo (FIGUEIREDO, 1993).

Figueiredo argumenta que o exercício da militância transforma o cotidiano num palco imaginário de estratégias e táticas que têm como objetivo ser uma “defesa sistemática contra o acontecimento, colocando-se como um dispositivo de vedação” (FIGUEIREDO, 1993, p. 212). No entanto, o autor ressalta que a militância seria um sintoma de um período em que as formas de dominação da subjetividade desenvolvem pessoas inábeis em refletir sobre a própria condição de impotência, atribuindo a ela um cenário catastrófico e ameaçador para própria existência, e, conseqüentemente, potencializando a vontade mobilizada pelo sentimento agregador de pertença que envolve a militância.

Nesse sentido, a subjetivação produzida na experiência da militância mobiliza ressentimentos para lidar com o sofrimento inerente à condição da vida material. Kehl (2020) define ressentimento como “atribuir ao outro a responsabilidade pelo que nos faz sofrer. Um outro a quem delegamos, em um momento anterior, o poder de decidir por nós, de modo a poder culpá-lo do que venha a fracassar”³. A autora referencia Nietzsche para explicar a lógica do ressentimento, que se trata do apego aquilo que produziu um dano. Kehl (2020) afirma que o ressentimento é um enlace das relações sociais para nomear a inviabilidade de superação ou esquecimento de um dano. Sua função é conservar ativamente, pela via da repetição, o efeito do agravo ocorrido. Para autora, a condição de existência do ressentido se dá na preservação do sentimento que remete ao mal que o vitimou. A insistência em atribuir a culpa do ressentimento ao outro se apresenta como moeda de troca que promete, através da vingança, solucionar o conflito produzido pelo outro. Porém, Kehl alerta que, no ressentimento, o momento da vingança não se efetiva, pois, para que o ressentimento surja e persevere, é preciso que o

³ Artigo publicado no site *A Terra é Redonda* em 28 de julho de 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/ressentimento-2/>

ressentido não se sinta capaz de reagir ao agressor, percebendo-se inferior a ele. Ou, de outra forma, busque expressar uma superioridade moral.

Em seu artigo, a autora instiga a reflexão sobre o ressentimento como sintoma social, reforçando a importância do aspecto político do assunto, indo além do engendramento individual que os debates da psicanálise podem levar. Assim, Kehl (2020) questiona certas condições sociais de dominação e opressão que se retroalimentam da produção de subjetividades ressentidas. Se o ressentimento está mais próximo de uma rendição voluntária do que de uma derrota, o ressentido tem em si uma necessidade de ação represada diante do agravo. Uma bomba relógio que sempre está prestes a explodir. E em condições de opressão, modulam-se formas de lembrar o dano e manter a bomba sem explodir, mas na contínua eminência de explosão.

A distribuição de promessas de igualdade social das democracias liberais não se cumpriu. Desse modo, a antecipação simbólica desta promessa para indivíduos socialmente inferiorizados se torna combustível para produzir ressentimento, já que a igualdade é teoricamente reconhecida, mas não acontece na prática. Ao mesmo tempo, porém, as tímidas tentativas de transformação social também mobilizam ressentimento naqueles que têm, como solução ilusória do seu desamparo, a desigualdade social. A analogia do castelo de cartas prestes a desabar retrata a importância do debate sobre os afetos no campo político e convoca para reflexões que localizem a experiência da militância para além dos seus aspectos racionais.

É necessário, ainda, agregar reflexões sobre a espontaneidade coletiva mobilizadora de afetos que incentiva o trabalho de militância. Para tal, é preciso se aprofundar nas distintas possibilidades de se organizar sujeitos, com interesses e contextos diferentes. Isso permite entender o agrupamento de deliberações que são decididas no coletivo; ajuda o grupo a identificar êxitos e equívocos, e desconstrói ideias preconcebidas de conquistas centralizadas somente no trabalho de lideranças carismáticas (GANZ, 2000). Jasper acrescenta que

[...] os participantes de uma ação coletiva, ou os componentes das multidões, não se engajam nelas para expressar narcisisticamente necessidades patológicas, ou mesmo para resolver suas questões edípicas; eles não são sujeitos isolados pateticamente buscando conexões ou identidades. (JASPER, 2017, p. 298, tradução minha).

Em seu modelo de dilemas estratégicos, Jasper (2006) investiga os impasses dos sujeitos imersos na necessidade de agir, partindo do pressuposto de que a construção das estratégias e suas práticas advém de sujeitos de interesses diversos e de diferentes vivências de afetos. Sales (2021) afirma que a perspectiva do autor se coloca como alternativa para a ideia de indivíduos

racionais, que seriam deslocados pelo único motivo de aumentar ganhos e restringir perdas, atuando somente quando o cenário de possibilidade política é viável e norteado pelas deliberações pautadas pela liderança.

A proposta de Jasper (2006) joga luz sobre a singularidade de cada participante da ação, não restringindo a construção de estratégias somente a um grupo seletivo de pessoas do grupo. Neste sentido, cada sujeito busca desenvolver respostas que equilibrem os pontos positivos e negativos e os aspectos emocionais, materiais e simbólicos de sua escolha. Esse processo acontece na interação entre os participantes da disputa e na relação com as regras e os recursos do contexto no qual estão inseridos. Para o autor, todos os integrantes do grupo participam na construção de estratégias. Seu modelo assevera que “sem examinar o ato de seleção e aplicação das táticas, nós não conseguiremos explicar adequadamente os fatores psicológicos, organizacionais, culturais e estruturais que facilitam a compreensão dessas escolhas” (JASPER, 2004, p. 2, tradução minha).

Pensar em articulações estratégicas perpassa compreendê-las na relação entre aspectos estruturais e subjetivos das ações: investigando seus contextos históricos, econômicos e sociais; identificando e refletindo sobre a operacionalidade de seus recursos, suas táticas e dos dispositivos utilizados pelos participantes; investigando as transformações das estratégias ocorridas ao longo do uso; e também entendendo os sentidos que os participantes atribuem às estas táticas e estratégias, se aprofundando na forma como elas impactam no modo de sentir, pensar e agir na vida destes sujeitos (SALES, 2021).

Portanto, compreende-se que os afetos, em nível individual e coletivo, são ferramentas importantes para a produção e modulação de comportamentos políticos e para a formação da consciência política, assunto que exploraremos no capítulo a seguir.

5 A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA

A Psicologia Política é um dos campos das ciências humanas responsáveis por introduzir a importância da dinâmica do indivíduo e sua relação com a sociedade, tanto no que concerne à formação do sujeito sociopolítico quanto ao entendimento do indivíduo como parte de coletividades sociopolíticas. Nesse sentido, trata-se de um campo de conhecimento e pesquisa que expressa, na sua trajetória histórica, os mais importantes fenômenos humanos ao longo dos séculos XIX, XX e início do século XXI.

A formação da consciência política é um fenômeno há tempos explorado nos estudos da Psicologia Política. Neste capítulo, pretende-se refletir sobre suas reflexões acerca do processo de subjetivação da consciência no campo político. Será apresentado ainda o modelo de consciência política desenvolvido por Salvador Sandoval, tendo como propósito a estruturação do repertório que auxiliará na fundamentação teórico-metodológica deste trabalho.

5.1 Os estudos sobre consciência política

Segundo Parisi (2008), a Psicologia Política transita por estudos sobre problemas de personalidade, crenças e atitudes que sustentam comportamentos políticos, culminando em pesquisas de diversas temáticas, tais como: comportamentos eleitorais, identificação de adversários, perfis de liderança, características e influências de propagandas políticas etc. Para o autor, a psicologia política busca compreender o sentido de uma realidade própria, suas peculiaridades e características, porém atenta à integração daquilo que está fora de um pensamento específico e, conseqüentemente, tornando o objetivo da reflexão um tema universal. Fernández Christlieb (1987) afirma que, pelo fato de a psicologia política surgir de um determinado momento da psicologia social, na medida em que esta teoria se defronta com os processos psicossociais da sociedade, emergem dela fenômenos relacionados à psicologia e a política, a serem analisados a partir de um mesmo marco conceitual.

Christlieb (1987) define quatro tipos de uso da psicologia política: 1) desenhar e analisar atividades concretas que envolvam a psicologia e assuntos de incidência política (participação de psicólogos em sindicatos, partidos políticos, trabalhos de base, grupos de conscientização etc.); 2) analisar a função ideológica do conhecimento para exercer poder e controle social, sendo a própria psicologia o objeto de análise observado de fora da disciplina em si; 3) compreender os aspectos psicológicos do comportamento político, tais como se evidenciam principalmente nos estudos da Escola de Frankfurt, de Fromm (1983), de Reich (2001), e

também na obra seminal *A Personalidade Autoritária*, de Adorno (1950); 4) Mais influenciada pelos teóricos estadunidenses, a psicologia política procura estudar os fenômenos políticos com elementos da psicologia, investigando as relações entre os fenômenos políticos e os fenômenos psicológicos.

De modo geral, os estudos tradicionais sobre o comportamento político deram ênfases a basicamente dois elementos: índices de preferência partidária e análises “sectarizadas” em aspectos psicológicos. O primeiro, por vezes, ignorava os componentes psicossociais dos indivíduos pesquisados; o segundo fixava suas análises em aspectos psicológicos, produzindo escalas de mensurações sobre o autoritarismo, valores democráticos, alienação política etc. O uso de ambos os vieses de maneira isolada coloca um problema crucial nas formas de abordar o fenômeno de participação política: não consideram o sujeito no processo social. Segundo Rosa (2015, p. 393), esses vieses

[...] destacam um papel pouco ativo do sujeito nos seus processos de inserção social. A primeira por entender que o indivíduo é determinado por categorias ou estruturas que o transcendem, e a segunda por defender a perda da racionalidade e do controle individual em uma situação de ação coletiva.

Nesse sentido, os trabalhos atuais que integram a Sociologia do Comportamento Político e a Psicologia Política elucidam a análise de comportamento do indivíduo como elemento central nos estudos de ambas. Esta integração também é pertinente para os estudos sobre a mobilização e desmobilização política de ações coletivas e movimentos sociais, pois estes demandam uma produção de conhecimento num campo interdisciplinar. Os estudos de comportamento político com influências de abordagens construtivistas e interacionistas oferecem ferramentas que aprofundam investigação deste fenômeno. Como exemplo, temos os estudos europeus e norte-americanos, que analisam as predisposições das pessoas em participar de ações coletivas e movimentos sociais baseados no conceito de *frame* ou “enquadramentos” (compreendidos como ponto de partida interpretativo). Goffman (1986) se fundamenta na ideia de papel social para desenvolver o conceito de “enquadramento”, compreendendo-o como um estado mental próximo à representação social de um quadro mental de um determinado comportamento (SANDOVAL; SILVA, 2016).

Segundo Sandoval (1997), os elementos que integram o comportamento político têm como determinantes aspectos sociológicos e psicossociais. Nesse sentido, “o que pode ser diferenciado são os tipos de comportamento a serem estudados, os contextos em que se desenvolvem e seus significados para a mudança social e individual” (SANDOVAL, 1997, p.

18). Ademais, reforça a importância da interdisciplinaridade como ferramenta para aproximar as vertentes psicossociais e sociológicas como ponto inicial da produção de conhecimentos da Sociologia do comportamento político e da Psicologia Política.

Sendo assim, a investigação dos fenômenos psicopolíticos se inicia por dois elementos básicos: o primeiro diz respeito aos espaços sociais onde o fenômeno do comportamento político acontece, formalizados ou não formalizados. O segundo caracteriza-se pelos tipos de participação: individuais ou coletivas (SANDOVAL, 1997).

Para Sandoval (2001), a consciência social é a capacidade de pensamento dos seres humanos que permite às pessoas criar visões (cognitivas e seus significados) de sua realidade e que determina seus comportamentos na sociedade. O primeiro fator a ser considerado para a constituição da consciência política é a identificação de crenças e valores hegemônicos que estruturam a subjetividade. Em seguida, é preciso compreender os elementos que compõem a naturalidade exercida na vida cotidiana com processos de alienação que impedem os sujeitos de refletir sobre suas formas de organização. Tal processo auxilia a explicar o funcionamento de supostas visões fragmentadas de coletividades, atravessadas por preconceitos e discriminações (SANDOVAL, 2001).

Ademais, Sandoval afirma que a consciência política é o caminho para explorar tanto a mobilização quanto a desmobilização individual e coletiva, assim como os comportamentos políticos presentes em ambos os processos (SANDOVAL; SILVA, 2016). O que distingue a conceituação deste autor é o fato de ela estar baseada em categorias psicopolíticas para além dos acontecimentos de ações coletivas que rodeiam seus sujeitos, como acontece na análise dos *frames*. Nesse sentido, Sandoval (1994) define consciência como

[...] um conceito psicossocial referente aos significados que os indivíduos atribuem às interações diárias e acontecimentos em suas vidas. [...] A consciência não é um mero espelhamento do mundo material, mas antes a atribuição de significados pelos indivíduos no seu ambiente social, que servem como guia de conduta e só podem ser compreendidos dentro do contexto em que é exercido aquele padrão de conduta. (SANDOVAL, 1994, p. 59).

Na proposta do autor, o conceito de identidade é compreendido não como categoria de análise, mas como elemento que compõe a dimensão da consciência. Junto de outros componentes, como conjunto de crenças, cultura e as experiências vividas, a identidade social e a identidade coletiva formam as dimensões da consciência política (SANDOVAL; SILVA, 2016).

Neste sentido, Sandoval e Silva (2016) afirmam que o esquema de estudos da consciência política de Sandoval é uma inversão da teoria desenvolvida por George H. Mead. Para Mead, toda consciência de si pode vir a ser política por ser social. Portanto, em tese, ela é política. Para os autores, a associação entre estas concepções teóricas acontece em razão de alguns pressupostos comuns: a correlação entre sujeito e sociedade; o meio pelo qual ocorre a intermediação na identificação e tomada das ações grupais e sentimentos de pertença; e a viabilidade de desenvolvimento gradual da consciência política. Contudo, Mead não observa a peculiaridade dos elementos políticos que compõem a estrutura geral da consciência de si. Já o modelo analítico de Sandoval distingue e salienta a natureza política da consciência (SANDOVAL; SILVA, 2016).

Sendo assim, a consciência política diz respeito ao processo de politização do sujeito. Para Sandoval, consciência política é “[...] um construto de dimensões psicossociais de significações e informações que permitem ao indivíduo tomar decisões a respeito das melhores alternativas de agir dentro de contextos políticos e em ações específicas” (SANDOVAL, 2001, p. 185).

Portanto, o autor compreende a consciência política estruturada por elementos identitários, na cultura e seus aspectos sociais, na soma de crenças e valores internalizadas pelo sujeito, e pela percepção politizada do contexto social no qual este indivíduo está situado (SANDOVAL; SILVA, 2016).

5.2 O modelo de consciência política

Sandoval (2001) desenvolve uma proposta de modelo de consciência política no qual apresenta elementos que desempenham o controle social sobre a interação e participação em ações coletivas e movimentos sociais. Nela, o autor considera sete dimensões psicossociológicas, articuladas entre elas, que permitem analisar diferentes formas de consciência política, de grupos e sujeitos diversos. Desse modo, cabe ressaltar que refletir sobre a consciência política de um grupo ou um indivíduo passa por compreender que este fenômeno é um momento da consciência que está sendo observado e analisado. É preciso reconhecer, neste sentido, os processos dialéticos que modelam as nuances vividas por grupos e sujeitos e provocam mudanças frequentes, conforme as experiências vivenciadas. Em suma, o modelo captura as configurações específicas que a consciência de um ente apresenta em determinado momento do tempo

Este modelo de consciência política representa as várias dimensões psicossociais que constituem o saber político de um indivíduo sobre a sociedade e si mesmo/mesma como membro dessa sociedade e representa, conseqüentemente, sua disposição para agir de acordo com esse saber. (SANDOVAL, 2001, p. 185).

As sete dimensões do modelo de consciência política propostas por Sandoval (2001) são: Crenças e valores sociais; Identidade coletiva; Adversários e interesses antagônicos; Eficácia política; Sentimentos de justiça e injustiça; Metas e repertórios de ações; Vontade de agir coletivamente. Salienta-se que estas dimensões estão sobrepostas e são interseccionais, transpassadas pelos sentimentos emotivos de ações individuais e coletivas.

Figura 14 - Modelo analítico da Consciência Política



Fonte: elaborado a partir de Sandoval (2001, 2015) e Sandoval e Silva (2016).

As dimensões propostas pelo modelo são categorias conceituais e analíticas pensadas para identificar o processo dinâmico de uma consciência em constante formação e transformação. As relações dos sujeitos com a vida material passam por interpretações e mudanças tanto de conteúdo quanto de forma, numa dinâmica que identifica a consciência num trabalho contínuo e dialético. Os estudos desenvolvidos por Sandoval buscam refletir sobre o problema da consciência política, oferecendo aos pesquisadores um caminho interpretativo com ferramentas sistemáticas para se aproximar deste fenômeno social de modo a viabilizar a análise dinamicamente de como fatores individuais, contextuais, históricos e políticos direcionam/estruturam as ações políticas, individual e coletivamente.

Ainda que possa haver supostamente um ímpeto em fazer uma leitura mecânica e sequencial das dimensões, Sandoval (1989) assevera que elas devem ser compreendidas como

categorias psicossociais que se relacionam de maneira dependente das vivências das pessoas em contextos políticos diversos. A seguir, detalharemos cada uma das dimensões do modelo.

Crenças e valores sociais concernem aos valores e crenças que os indivíduos constroem sobre as relações de poder existentes nas sociedades em que vivem. Paralelamente aos laços de identidades grupais estabelecidos ao longo da sua história, as pessoas constroem socialmente suas realidades. O convívio com as instituições fornece os valores sociais presentes na cultura política hegemônica, e as crenças adquiridas pelas vivências sociais viabilizam o processo de formação da subjetividade do indivíduo. Sendo assim, “[...] junto com o desenvolvimento de laços identificatórios com grupos e categorias sociais, o sujeito forja sua visão pessoal sobre seu meio social e conseqüentemente sobre sua sociedade [...]” (SANDOVAL; SILVA, 2016, p. 36).

O processo contínuo de vivências acontecendo ininterruptamente no mundo da vida cotidiana acaba por naturalizar as experiências vividas. O cotidiano se torna campo onde se configura o senso comum, cristalizando crenças e valores e diminuindo a necessidade de reflexão. Neste cenário, a única consciência viável é a *consciência do senso comum*, pois sendo a espontaneidade uma característica que rege o cotidiano, Sandoval argumenta que “[...] a assimilação de padrões de comportamento, crenças sociais, pontos de vista políticos, modismos etc. é feita geralmente de maneira não racional (não refletida) [...]” (SANDOVAL, 1994, p. 64).

Portanto, *a dimensão das crenças e valores sociais se encontra conectada à espontaneidade da vida cotidiana*. Essa relação permite a sedimentação de crenças e valores que, em condição propícia, podem viabilizar a alienação e o conformismo das pessoas, destituindo-as da reflexão sobre seus cotidianos. Nesta conjuntura, a consciência política possível é a “*consciência do senso comum*”, e, para que outras variedades possam surgir, é imprescindível a quebra da rotina e da estabilidade da vida cotidiana, de modo a impulsionar transformações da própria consciência (SANDOVAL; SILVA, 2016).

Em *Identidade Coletiva*, observa-se o sentimento de pertença a grupos sociais. Nela, o indivíduo escolhe seu foco e desenvolve a lealdade e a solidariedade perante o grupo, tornando-o mais politizado. Na diversidade de identidades grupais é que surge a categoria social que pensará, discutirá e agirá politicamente, destacando-se dentre as outras identidades e com características qualitativamente distintas. Sendo assim, a identificação grupal é um elemento importante para formar o direcionamento individual e coletivo da ação política (SANDOVAL; SILVA, 2016).

Na dimensão *Adversário e interesses antagônicos* identificam-se os sentimentos individuais na comparação com os interesses materiais e simbólicos de outros grupos. Este

antagonismo de interesses entre grupos estimula a conscientização sobre quem são os sujeitos e grupos que personificam os adversários no meio social.

Sandoval (2001) assevera a importância desta dimensão argumentando que a identificação e a materialização de um adversário mobilizam e motivam sujeitos a agirem coletivamente diante de um objetivo específico, podendo este adversário ser um indivíduo, grupos ou instituições. É nesta dimensão que se observam laços que identificam aquilo que é do “meu grupo” e aquilo que é “do outro grupo”, intensificando o sentimento de pertença ao grupo.

O processo reflexivo que a dimensão *Adversário e interesses antagônicos* provoca entre os indivíduos é um ponto delicado e extremamente importante, em decorrência do que representam para seus adversários. Por salientar ao sujeito quais são os interesses do seu grupo, quais são os interesses de outros grupos e qual é a relação entre eles, a compreensão que o sujeito tem deste cenário é relevante para acessar suas percepções sobre relações de dominação entre os grupos (SANDOVAL, 1994).

A dimensão *Eficácia política*, nas palavras de Sandoval, aborda “[...] os sentimentos de uma pessoa acerca de sua capacidade de intervir em uma situação política” (SANDOVAL, 2001, p. 188). Nesta categoria, os sujeitos argumentam o fenômeno político em cena a partir de forças tanto transcendentais às pessoas quanto numa implicação individual e coletiva. Nesse sentido, o sujeito pode atribuir uma causalidade divina a um determinado fenômeno político, gerando sentimentos de baixa eficácia política, já que as causas do fenômeno teriam origem transcendentais (forças da natureza, razões religiosas, históricas etc.), assim abrindo precedentes para submissões e conformismo diante de uma situação de crise social. Por outro lado, ele também pode atribuir ao fenômeno político uma causalidade direcionada a ele mesmo, fazendo com que busque soluções individuais para questões sociais. Na inviabilidade de solucionar o fenômeno sozinho, surge o sentimento de autculpabilização como resposta à crise social. Por último, os indivíduos podem identificar as questões sociais advém das ações de determinados coletivos e sujeitos. Desta forma, é possível apontar a origem das causas dos acontecimentos como resultantes das ações de outros grupos ou indivíduos, motivando as pessoas a acreditarem na potencialidade de ações individuais e coletivas como ferramenta de mudança diante de uma situação de angústia social (SANDOVAL; SILVA, 2016).

Em *Sentimentos de justiça e injustiça*, identifica-se a percepção do equilíbrio (ou não) da reciprocidade social no cenário político em que o sujeito está imerso. A relação entre obrigações e recompensas é o que nivela esta balança, e a injustiça é identificada quando se constata o desequilíbrio ou ruptura da reciprocidade (SANDOVAL, 2001). Entretanto, ressalta-

se que a percepção da ruptura nesta relação advém de processos sócio-históricos profundos, sendo necessário determiná-los contextualmente para analisá-los. Frequentemente, observa-se que pessoas participam de movimentos sociais argumentando terem vivenciado situações de injustiça específicas. Por consequência, as reivindicações dos movimentos sociais também são direcionadas para uma situação de injustiça (SANDOVAL; SILVA, 2016).

A penúltima dimensão, *Vontade de agir coletivamente*, diz respeito à viabilidade de as pessoas aderirem (ou não) a ações que objetivem corrigir situações de injustiça ou acessarem novos direitos. O primeiro ponto para tomada de decisão sobre participar de ações coletivas envolve avaliar o custo/benefício da adesão e fidelidade ao grupo e seus membros. Sandoval afirma que, a princípio, haveria uma predisposição racional para não participação (SANDOVAL, 1989). Porém, fatores associados aos laços sociais de solidariedade acabam sendo motivadores para que os sujeitos se engajem juntamente com seus amigos, parentes e colegas.

O segundo ponto diz respeito a uma diferenciação de classe que direciona a escolha de participação política, balizada pelos gastos e perdas materiais consequentes da adesão do sujeito à ação coletiva. Sobre este dilema, Sandoval exemplifica considerando “[...] a problemática da participação dos indivíduos nos movimentos sociais da óptica da participação dos custos e benefícios que uma pessoa de camada popular possa ter como resultado de participar ou não participar em um movimento social [...]” (SANDOVAL, 1989, p. 64).

O último aspecto aponta para a identificação dos riscos em participar de ações coletivas. Nesse cenário, o sujeito avalia o impacto das consequências causadas pelo seu engajamento político a partir das pautas reivindicadas e implementadas pelo movimento social. As escolhas se dão pelo compartilhamento de informações e significados próprios que norteiam a participação e o comprometimento das pessoas com o movimento social (SANDOVAL; SILVA, 2016). Essas influências também serão encontradas na dimensão seguinte.

Em *Metas e ações do movimento social*, observa-se como os participantes percebem a equivalência entre seus sentimentos de eficácia política em relação às metas e ações engajadas pelo movimento. Suprir as expectativas que advêm do sentimento de eficácia política garante que os participantes do movimento estejam dispostos a mobilizar os outros componentes da consciência política, viabilizando que a ação coletiva ocorra num cenário de engajamento psicossocialmente harmonioso (SANDOVAL; SILVA, 2016).

Desde sua criação, o modelo de consciência política passou por reformulações. Em 2005, Sandoval apresenta uma mudança no Modelo de Consciência Política em face à necessidade de refletir sobre o papel das emoções no processo de conscientização dos

indivíduos em experiências de participação em ações coletivas. Até então, as perspectivas analíticas dos *frames* categorizavam as dinâmicas sociocognitivas e as emoções de maneira fragmentada, impactando diretamente na análise dos processos de conscientização, pois a emoção era somente agregada ao processo, sem integrá-lo.

Nesse sentido, Sandoval parte da compreensão de Turner (2005) de que as emoções

[...] emergem das experiências vividas dos indivíduos como forma biopsicológica de marcar as experiências na memória da pessoa. Sendo as emoções consequências das experiências. As pessoas relembram em sentimentos emotivos aquelas emoções vivenciadas durante as experiências. (TURNER, 2005 apud SANDOVAL; SILVA, 2016, p. 46).

Para o autor, os sentimentos emotivos apresentam quatro funções para a participação em ações coletivas: 1) atribuir significado e importância às experiências anteriores do sujeito; 2) afetar o processo de conscientização instigando a conservação de eventos, pessoas e vivências na memória dos sujeitos; 3) impactar o nível de sociabilidade das pessoas, no que diz respeito à motivação para se agrupar a outras pessoas (ou o contrário); 4) mobilizar a disposição de agir individual e coletivamente baseada nas referências anteriormente adquiridas através de pessoas, informações e eventos vivenciados.

Figura 15 – Reformulação do modelo analítico da consciência política



Fonte: elaborado a partir de Sandoval (2001, 2015) e Sandoval e Silva (2016).

A reformulação do Modelo de Consciência Política culminou na retirada da dimensão *Sentimentos de injustiça*, compreendendo sua integração aos demais sentimentos emotivos que agregam outros significados adicionais aos elementos que compõem a consciência política (SANDOVAL; SILVA, 2016). Portanto, uma ampla diversidade de sentimentos emotivos pode

compor com quaisquer elementos da consciência política. Esses sentimentos atribuem significados aos conteúdos advindos das representações sociais que se combinam com vivências do passado, assim entrelaçando o processo de conscientização das pessoas com um processo histórico.

Diversos pesquisadores balizaram seus estudos utilizando o modelo de consciência política desenvolvido por Sandoval (2001), seja na fundamentação teórica, enquanto ferramenta metodológica para análise dos dados, ou em ambas as funções. A capacidade adaptativa do uso do modelo chama atenção, visto que desde o ano de sua criação, é possível identificá-lo como referencial em diversas pesquisas, numa multiplicidade de temas. Sendo assim, o uso teórico-metodológico do modelo de consciência política nesta pesquisa tem por intuito revelar os conteúdos sociocognitivos e seus significados de indivíduos e grupos que se nomeiam “gays de direita”. Entende-se que o modelo auxiliará de modo integrativo a compreender o processo de conscientização de seus participantes no engajamento político, reconhecendo o movimento e a historicidade implicados em suas ações individuais e coletivas.

5.3 O MCP como ferramenta teórico-metodológica para estudos sobre conservadorismo

Como trazido anteriormente, Sandoval (2001) afirma que a disponibilidade de uma pessoa ou grupo para se engajar em ações coletivas (ou não), bem como as formas específicas de agir para fazê-lo, podem ser compreendidas como o resultado de uma relação dialética e constante entre expectativas e crenças sociais, senso de identidade coletiva, sentimento de interesses coletivos compartilhados, suposições sobre eficácia política e a identificação com os objetivos e repertórios de ação disponíveis em um contexto específico (SANDOVAL, 2001). Neste sentido, compreende-se que as múltiplas dimensões dessa forma de conceber os elementos determinantes da consciência política viabiliza, às pesquisas que utilizam o modelo de consciência política, realizar um olhar amplo sobre as condições dos grupos ou indivíduos que optam em participar, ou não, de engajamentos coletivos em busca de soluções para questões políticas.

São vastos os estudos sobre consciência política, principalmente aqueles desenvolvidos por pesquisadores localizados à esquerda do espectro político, que se aprofundaram no debate sobre a expressão da consciência política através das lutas contra a exploração e contra as formas de opressão do indivíduo afetado pelos modos de produção contemporâneos. De modo geral, há uma ideia, verbalizada ou não, de que a consciência política expressa um estado advindo do “processo de tomada de consciência” (RIBEIRO; GUZZO, 2017) em que se acessa

um estado de “consciência crítica” (SILVA et. al, 2017), no qual sujeitos e grupos precisam alcançar para modificar as regras sociais vigentes em determinado momento histórico.

Ao direcionar o olhar aos grupos que defendem uma agenda política conservadora, observa-se um esvaziamento dos debates sobre participação social, como se as reflexões sobre engajamento político a partir de seu viés social e popular se restringissem apenas à margem esquerda do espectro político. Entretanto, Lynch e Cassimiro (2022) ressaltam, a propósito da ascensão contemporânea do populismo de extrema direita, que, de certa forma, este faz uso de repertórios e estratégias militantes características do campo progressista. Os autores afirmam que, no que concerne ao radicalismo na extrema direita, esta se caracteriza como um populismo reacionário, diferindo do populismo de esquerda no seguinte aspecto:

[...] enquanto o milenarismo da esquerda repousa nas expectativas de uma redentora nova ordem social composta de homens reformados conforme princípios igualitários, o milenarismo de direita é alimentado pela sensação de decadência e temores apocalípticos de uma nova era de trevas. (LYNCH; CASSIMIRO, 2022, p. 24).

Sendo assim, sugere-se que há mais semelhanças do que diferenças entre estas formas de engajamento político consideradas antagônicas, não sendo a participação social uma exclusividade da agenda política progressista. Porém, é plausível que a manutenção deste antagonismo perdure, visto que serve de ancoragem para a própria mobilização da participação política em ambos os espectros. Afinal, a personificação do adversário é combustível essencial para instigar emoções e apelos populares que podem desembocar em engajamento político. Não à toa, uma das dimensões do modelo de consciência política desenvolvido por Sandoval (2001) diz respeito justamente aos sentimentos diante dos adversários.

No entanto, na pesquisa qualitativa sobre conservadorismo e questões sociais no Brasil, desenvolvida por pesquisadores via Fundação Tide Setubal⁴ (2019), observou-se a necessidade de salientar as diferenças entre os conservadores separando-os em subgrupos, e só depois convidar para as entrevistas aqueles que se encontravam num campo intermediário em comparação com as posições mais polarizadas. Fazendo uso de uma pesquisa desenvolvida pelo Datafolha em 2018, os pesquisadores focalizaram como objeto de estudo os 55% de sujeitos que concordavam com 5 a 8 teses das 13 consideradas como “nível de bolsonarismo” pela pesquisa do Datafolha, baseadas na agenda política defendida pelo então presidente recém-eleito, Jair Messias Bolsonaro. Tal movimento dos pesquisadores chama atenção para uma não-

⁴ FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. O conservadorismo e as questões sociais [recurso eletrônico]. São Paulo. 2019. Disponível em: < <https://conteudo.fundacaotidesetubal.org.br/downloadconservadorismo> >

homogeneização nos processos de engajamento político deste público, tendo em vista a diversidade de valores que os aproximam e os distanciam na expressão de um populismo reacionário. Portanto, urge desenvolver estudos que busquem ampliar o olhar para a complexidade da agenda política conservadora e seus protagonistas em ascensão no Brasil atualmente.

Numa busca preliminar de artigos científicos publicados desde 2001 sobre consciência política, que utilizaram o modelo desenvolvido por Sandoval (2001), não foram encontrados estudos que apresentassem como objeto de estudo a formação da consciência política e/ou o comportamento político de indivíduos e grupos localizados à direita do espectro político. Em face da ausência de estudos, o uso do modelo, nesta tese, inova pelo desafio em romper com paradigmas preconcebidos sobre a consciência política de indivíduos e grupos conservadores que, com frequência, têm suas expressões de consciência política associadas a um estado de letargia ou até mesmo ausência de consciência política. Acredita-se que o uso do modelo pode desvelar tais percepções, que ainda circundam o imaginário acadêmico, diante da escassez de estudos sobre o tema.

Sendo assim, pergunta-se: é possível o uso metodológico do modelo de consciência política para compreensão do engajamento político homossexuais de direita? Quais seriam os procedimentos para organizar o seu uso como ferramenta metodológica e como ocorreriam as análises de engajamento político, individual e coletivamente, destes sujeitos a partir da análise do modelo? No capítulo a seguir, apresentaremos a construção do caminho metodológico da pesquisa, à luz do modelo de consciência política de Sandoval (2001).

6 RELATOS DOS CAMINHOS SINUOSOS DE UMA ETNOGRAFIA DIGITAL/ANALÓGICA

Neste capítulo, apresentarei o percurso metodológico da pesquisa e os dados colhidos no campo através de acesso a materiais da internet (vídeos e postagens escritas no Instagram, notícias e entrevistas divulgadas em mídias digitais), diários de campo de minhas participações em manifestações, e entrevistas semiestruturadas.

No entanto, é importante salientar os impactos produzidos pela pandemia da Covid-19 no processo de construção das minhas primeiras movimentações para realização do campo. Além de uma mudança drástica de objetivo e público-alvo – culminando na elaboração de um novo projeto de pesquisa –, as problemáticas advindas da necessidade de isolamento e a morosidade para acesso às vacinas, tornaram a realização do campo desafiadora e, por vezes, arriscada. Assim, a estratégia inicial de exploração do campo voltou-se para os elementos compartilhados cotidianamente pelas redes sociais, em especial o Instagram. Conforme foi aumentando a cobertura vacinal e diminuindo o número de óbitos, pude efetivar outras etapas de execução em que a presença era necessária.

Ao início do campo no ambiente virtual nomeei etnografia. Talvez este primeiro nome, ainda de modo intuitivo, tivesse por objetivo geral contemplar o que define o dicionário Houaiss (2009) para o termo etnografia: “1. estudo descritivo de grupos sociais, de suas características antropológicas, sociais etc.; 2. registro descritivo da cultura material de um determinado povo”. No exercício de compreender mais a fundo, busco pela definição etimológica: *ethnos*, “raça, povo”, e *grafo*, “escrever”. Fico ansiosa diante da enorme responsabilidade em transformar em palavras escritas todos os registros, objetivos e subjetivos, advindos da interação com o fenômeno político de gays conservadores, distante da minha realidade pessoal, mas com pontos de aderência estruturantes no que diz respeito à homossexualidade.

No entanto, ao longo de meus primeiros movimentos para adentrar o campo, alguns dilemas foram se apresentando. O primeiro deles foi: como me aproximar destas pessoas? Opto pelo recurso contemporâneo mais rápido para começar a construir esta resposta: a internet. A partir destas buscas iniciais abriram-se os caminhos para o que chamo de “campo analógico”, que se trata das participações em manifestações e realizações das entrevistas semiestruturadas.

Porém, este movimento inicial me levou a buscar referências e teorizações sobre o tema da etnografia digital, gerando outra questão: por que a etnografia digital com este público seria estratégica para o desdobramento da pesquisa?

Alguns teóricos apresentaram respostas preliminares para ambas as perguntas. Nobre, no livro *Limites da democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro* (2022), destaca que a ascensão contemporânea da extrema direita no Brasil advém do contexto das manifestações de junho de 2013. Na perspectiva do autor, antes que a energia social daquele fenômeno se dissipasse, a extrema direita a canalizou, mobilizando o engajamento político necessário para materializar sua agenda política. Porém, o autor assevera que isto só foi possível porque havia um processo de mudança da democracia para o campo digital, fato não percebido pelos representantes políticos, institucionais e de referência daquele momento. Nessa transformação, houve uma perda significativa do protagonismo na formação de juízo de valor e comportamento político produzido habitualmente por partidos tradicionais e mídias *mainstream*. Conseqüentemente, abriu-se o caminho que viabilizou a construção da candidatura de Jair Messias Bolsonaro, o líder populista de um partido digital que burlou o sistema político, ainda se organizado com estrutura analógica, e, com recursos cibernéticos, venceu as eleições e pôs em prática a agenda política que o representa (NOBRE, 2022).

Assim, era preciso entender a formação do sistema cibernético que alavancou a ascensão conservadora contemporânea no Brasil. Para além do campo digital, como as plataformas das redes sociais, mais especificamente, foram utilizadas para organizar a participação social que culminou na formação do que se chama de “bolsonarismo” atualmente? Quais características estruturais destas ferramentas podem ter supostamente favorecido para engajamento político desta população? E, sobre os homossexuais de direita, como as redes sociais se tornaram espaços de encontro destas vozes dissonantes aos movimentos de gênero e sexualidade do campo progressista, impulsionando outras formas de engajamento político, individual e coletivamente? Lancei-me, então, ao desafio de compreender o funcionamento da máquina, apostando de que isso traria pistas para conhecer quem dela faz uso.

6.1 Desvendando a etnografia nas mídias digitais

A compreensão da etnografia como uma caixa preta de um avião transcende a compreensão de leituras objetificadas dos fenômenos da sociabilidade. A analogia trazida por Segata (2014) apresenta uma reflexão crítica sobre os tradicionais estudos etnográficos ainda muito focados no trabalho dos dados identificados nas observações, mas pouco atentos a relacioná-los e a implicá-los com o próprio pesquisador.

O autor explica que o início dos estudos etnográficos no ciberespaço possibilitou a reflexão sobre evidenciar ainda mais a etnografia como um método interpretativo das

experiências vividas no campo de estudo e problematizadas pelo pesquisador. Segata (2014) assevera que a primeira “caixa preta” da etnografia advém da capacidade dos registros e relatos do antropólogo em desenhar o sistema, e, para isso, ele precisará entrar neste sistema. Há vida acontecendo na internet, relacionando-se e sendo bordeada como em tantos outros campos de estudos etnográficos tradicionais. Cabe ao pesquisador testemunhar e interpretar este sistema, registrando no seu texto a inscrição de uma realidade para aquele fenômeno vivido. Portanto, o próprio pesquisador é uma caixa preta, por ser um ponto de intersecção entre o que se vê e o que se interpreta, por isso, a realidade que ele inscreve se produz sob condições especiais, segundo a posição em que se encontra neste sistema.

Porém, Segata (2014) afirma que as redes estruturantes do ciberespaço têm por característica um sistema no qual as conexões transportam as informações por longas distâncias com o objetivo (pelo menos inicial) de mantê-las intactas. Nesse sentido, o autor define que a relação de entrada e saída na internet é característica de um sistema fechado, já que se desconhece o caminho que as informações percorrem, tendo acesso a elas somente no início deste percurso, ou no fim dele. Os registros das informações, o alcance, o direcionamento e seus arquivamentos fazem parte da lógica deste sistema. A rapidez, a fluidez e a liquidez dos conteúdos também são características importantes a serem consideradas neste caso. Além disso, os recursos linguísticos (imagem, som, vídeo, texto etc.) para propagação das informações também constituem a estrutura do ciberespaço.

É importante ressaltar que todos os registros humanos (interações, conversas, percepções, vínculos etc.) têm o mesmo grau de importância para o processo etnográfico. Segata cita o termo “ator-rede”, cunhado por Bruno Latour (2012), termo que trata dos resultados (ainda que primários) das associações entre a ação humana e a estrutura do sistema do ciberespaço. Ou seja, o sistema fechado só se torna rede quando há uma ação que o movimenta. Portanto, a compreensão do ator-rede é um ponto de partida importante na análise etnográfica, já que é através dela que se organizam as experiências do pesquisador para a produção textual do experimento vivido por ele

Cabe aqui salientar a importância deste entendimento sobre etnografia para esta tese. O acompanhamento diário do Instagram de homossexuais que se autoneciam conservadores e “de direita”, bem como as participações em manifestações e as entrevistas realizadas, trouxeram a possibilidade de navegar por este sistema. No início do trabalho de campo, ao entrar todos os dias nos perfis destas pessoas, fui construindo a minha caixa preta de pesquisadora, com interpretações das postagens e interações que ocorriam dentro dos perfis acompanhados no Instagram. Ao longo destas observações no ciberespaço, novas portas metodológicas se abriram

para aprofundar meu mergulho no campo de estudo, como a participação em manifestações e as entrevistas semiestruturadas. Por consequência, a compreensão do processo etnográfico como um experimento foi dando bordas para a inscrição de uma realidade nenhum pouco conhecida no meio acadêmico: o processo de formação da consciência política de homossexuais de direita, individual e coletivamente, no Brasil.

Sendo assim, comecei a buscar por informações que esclarecessem as estruturas dos sistemas que abarcam as plataformas utilizadas pelas redes sociais dos perfis estudados. No caso da ascensão da extrema direita no Brasil, representada pelos nomeados “bolsonaristas”, apoiadores do político Jair Messias Bolsonaro, Nunes (2022) aponta que, para uma compreensão mais abrangente do fenômeno, é necessário considerar níveis distintos de análise: as diferentes matrizes discursivas; as gramáticas comuns; as condições afetivas; e a infraestrutura organizacional.

A primeira desenha as alianças entre classes em torno de referenciais comuns. Seja por aspectos de identidade ou por questões políticas, há mais pontos de aderência do que interesses divergentes agregados a esta relação. Neste sentido, as matrizes discursivas produzem gramáticas comuns – o segundo nível de análise apontado por Nunes (2022) –, por exemplo, embora haja diferenças entre o anti-itelectualismo e o militarismo das classes altas se comparado com as classes baixas, existe uma gramática que uniformiza os discursos, produzindo sujeitos prontos a combater aquilo que o discurso homogeneizador identificou como inimigo.

As condições afetivas deste grupo foram exploradas no capítulo 4 desta tese. De modo geral, a disposição afetiva mobilizada por ressentimentos dos bolsonaristas bordejam o estado de ânimo coletivo que ofereceu às suas matrizes discursivas algo para se vincular. No entanto, o engajamento político daqueles que se identificam como apoiadores do bolsonarismo se diferencia, ainda que as teses defendidas nesta agenda política tendam a um populismo radicalizado de extrema direita. Estima-se que o segmento radicalizado de bolsonaristas seja em torno de 15% dos seus apoiadores⁵.

O último nível de análise salientado por Nunes (2022), a infraestrutura organizacional, atenta para as características do sistema cibernético das redes sociais, pois sua estrutura viabilizou estratégias de comunicação necessárias para propagar e mobilizar o bolsonarismo. Cesarino (2022) explora os estudos da cibernética para compreender as especificidades que

⁵ Dados retirados da reportagem de Reginaldo Prandi, “Adeptos fiéis a Bolsonaro são 15% da população adulta, indica Datafolha”. *Folha de S.Paulo*, 2 de julho de 2020.

estruturam as plataformas digitais, afirmando que o modelo de negócio de empresas de tecnologia como YouTube, Facebook, e no caso estudado nesta tese, o Instagram, favorecem e facilitam a formação do engajamento político de um populismo de extrema direita.

A estrutura de pensamento algoritmo tem por característica muitas similaridades com o pensamento humano. De modo geral, trata-se de uma lógica sequencial que, a partir de um comando de entrada, geram processos que produzem resultados transformados por esta sistematização. Porém, Cesarino (2022) explica que a causalidade circular característica do sistema cibernético vai “devolver” o resultado produzido pela sistematização algorítmica, gerando um aprendizado e um ajustamento do sistema cibernético ao ambiente no qual ele interage. O aperfeiçoamento desta retroalimentação do sistema só é possível através da interação humana com as máquinas algorítmicas. Portanto, as inovações nos serviços das plataformas digitais se baseiam nos resultados advindos destas interações, tornando estes resultados cada vez mais próximos do que caracteriza o comportamento humano – no que interessa a este estudo, resultados que impactam e influenciam a formação e as expressões da consciência política.

No que concerne a este campo, Cesarino (2020) busca explicar o “populismo digital” referindo-se à estrutura da mídia digital, aos mecanismos discursivos e à tática política para edificação da hegemonia. A autora afirma que este mecanismo foi relevante para organização do então candidato à presidência, Jair Messias Bolsonaro, nomeando-o como “populismo digital estruturante da campanha” (CESARINO, 2020, p. 95).

A peculiaridade do uso das plataformas digitais durante a campanha do candidato -, mais em específico o *whatsapp* - explorou os efeitos da interação algorítmica como ferramenta estratégica de campanha. Vale ressaltar que a estrutura deste aplicativo tem por característica ser pouco pública e relacional, isolando seus usuários de discursos e informações dissonantes das que estão habituados. Segundo Recuero, Zago e Soares (2021), o efeito desta estratégia teve como resultado a geração de uma “realidade paralela”, cuja relação com o entorno estava repleta de *gatekeepers* digitais – influenciadores e grupos, além de *bots* e mediadores não humanos – responsáveis por controlar informações e influenciar os navegadores de suas plataformas, limitando os dados apenas àqueles pertinentes à agenda política defendida.

Schroeder (2018) ressalta a importância das mídias digitais não *mainstream* para o sucesso das forças populistas, tendo partidos e movimentos políticos usufruído de uma enorme vantagem viabilizada pelas mídias digitais em comparado as mídias tradicionais. Por consequência, tais mudanças influenciaram diretamente na transformação do comportamento político, mobilizando seus usuários a uma diversidade de formas de engajamento político, da

mobilização ao voto. No entanto, Nobre (2022) assevera que “as novas mídias – e a mídia digital, em especial, tendem a estruturar a experiência política em dois polos: o desengajamento, de um lado, e o hiperengajamento, de outro.” Neste sentido, favorecidas pelas mídias digitais, as forças populistas radicalizadas se tornaram influentes na internet, pavimentando espaços de visibilidade e articulações para que extremismos políticos e polarizações, que antes eram agências pouco expressivas nas mídias tradicionais, se tornassem protagonistas no campo político.

Entretanto, Cesarino (2022) pondera que as características antiestruturais não advêm apenas do comportamento “automático” do sistema cibernético. Elas seriam materialmente orientadas “por uma infraestrutura técnica construída, ela mesma, com pressupostos invertidos” (CESARINO, 2022, p. 89). Consequentemente, gera-se uma cortina de fumaça entre usuários e o sistema algorítmico, e entre as plataformas e os recursos de regulação da democracia.

Outro ponto central para compreender o mal-estar ligado ao *modus operandis* introduzido pelas novas mídias digitais é a especificidade da relação entre agente e ambiente. Segundo o autor,

Os ambientes das novas mídias são construídos a partir de um pressuposto inverso àqueles que orientam a normatividade e o senso comum moderno liberal: o usuário humano não é o agente, mas o *ambiente*, para agência de sistemas não humanos. É assim que se estruturam não apenas as arquiteturas cibernéticas das plataformas mas a própria lógica econômica que orienta o *mainstream* da indústria *tech*. Parte da força política desses agentes não humanos – bem como dos agentes humanos que eles se aproveitam – advém, como em outros casos, da invisibilidade desses pressupostos. (CESARINO, 2022, p. 89).

A infraestrutura das mídias digitais gera um aceleração da temporalidade, favorecendo, grosso modo, o afastamento dos indivíduos sobre o controle cognitivo destes processos através do realce de posições extremistas, que se localizam, de um lado, numa sensação ilusória de soberania individualizante no fazer política, e do outro, numa ilusão de neutralidade das relações com o sistema. Por consequência, o sistema acaba sendo empurrado para um estado distante do equilíbrio, já que necessita de relações polarizadas para seu pleno funcionamento (CESARINO, 2022).

A estrutura e dinâmica do sistema cibernético é de base não linear e holística. Isto posto, para realização desta tese, a princípio optei por utilizar as redes sociais através de observações não-participantes como recurso inicial para acesso ao campo. As postagens e interações via Instagram foram acompanhadas de maneira longitudinal e diariamente, conforme o recorte

temporal delimitado. No decorrer das observações, era nítido as interferências estruturais da plataforma digital para eficácia (ou não) da mobilização política. Alcance, engajamento, compartilhamentos, oscilações no número de seguidores, bloqueios temporários e denúncias de perfis “inimigos” eram dilemas frequentes no cotidiano digital dos influenciadores acompanhados. Com o passar do tempo, a aparência de certa “rotina” foi tomando contornos maiores, por conta das temáticas abordadas estarem sempre alinhadas com as crenças e valores da extrema direita. Era preciso buscar por referências em outras estratégias de engajamento político, talvez mais “tradicionais”.

A partir de interações diretas com os perfis acompanhados, foi possível migrar do campo digital para o que chamo de “campo analógico”, através do acompanhamento de manifestações de ruas e entrevistas semiestruturadas. Ressalto este movimento como um diferencial na pesquisa, tendo em vista as especificidades estruturais de cada campo. O anonimato do corpo do pesquisador nas observações das redes sociais acaba quando a interação direta acontece. De fato, existe um humano organizando aqueles conteúdos postados diariamente? Se sim, qual seria sua reação diante da minha aproximação literal como pesquisadora? Estaria disposto a conversar, ou até se encontrar fora do ambiente digital? A seguir, descrevo os detalhes deste percurso.

6.2 Primeiros passos

Para esta pesquisa, os primeiros trabalhos de campo virtual ocorreram em fevereiro de 2021, com o início das observações no Instagram, buscando por perfis identificados como gays ou lésbicas conservadores. A escolha desta rede social em particular se deu pela forma de compartilhamento de informações digitais que ocorre entre usuários, tendo como característica principal o uso massivo de imagens e vídeos, tais como: registro de fotos, prints de outras plataformas digitais, áudios e vídeos de aplicativos de mensagens, e uma infinidade de outras possibilidades para compartilhamento de informações. Outro fator importante para escolha foi a comunicabilidade entre os perfis e seus seguidores, com uma diversidade de recursos para viabilizar esta interação. Supôs-se que estas características facilitariam a estratégia para a produção de dados no ambiente virtual e para o contato posterior com os perfis escolhidos para a entrevista.

Para iniciar as observações, criei um perfil próprio no Instagram contendo apenas minha foto e identificação, para, assim, realizar as buscas na plataforma. O intuito principal era resguardar a pesquisa de possíveis negativas a partir de um perfil existente, sabendo que a

exposição de conteúdos discrepantes, dos quais os observadores não se aproximassem política e ideologicamente, poderia ser um problema para o primeiro contato e para o estreitamento de vínculos entre mim e os entrevistados. No entanto, todos os esclarecimentos sobre mim como pesquisadora e acerca da proposta da pesquisa foram fornecidos no momento do convite realizado aos futuros participantes das entrevistas.

Em seguida, iniciei uma busca por perfis abertos utilizando a combinação de algumas palavras-chaves, tais como: gay de direita, gay conservador, gay bolsonarista, gay com Bolsonaro, lésbica conservadora, lésbica de direita, sapatão conservadora, homossexual conservador e homossexual de direita.

Já nos primeiros resultados foi identificada uma quantidade significativa de perfis, porém raros aqueles que era possível verificar sua veracidade e quem estava por trás das postagens. A princípio, foram escolhidos dois perfis para desenvolver uma observação não-participante em suas redes sociais. A escolha ocorreu por maior número de seguidores, maior frequência de uso da plataforma digital e quantidade de interações, além das postagens em *feeds*. Foram 3 meses de acompanhamento diário, em que, a cada dia, copiava as postagens ocorridas e relatava num diário de bordo as interações observadas e minhas percepções sobre elas.

Ressalto que um dos perfis acompanhados se refere a uma mulher lésbica. Inicialmente, a escolha em manter a observação das suas postagens se deu principalmente pelo fato de ela ser vereadora. No entanto, não foi possível entrevistá-la, mesmo após inúmeras tentativas de minha parte, sendo que dois agendamentos feitos com ela foram cancelados nas vésperas da entrevista. Ainda assim, optei por utilizar as postagens e relatos levantados nas observações da vereadora, já que aspectos da masculinidade hegemônica são elementos bem expressivos em suas interações.

Além disso, no decorrer do acompanhamento dos perfis, fui me deparando com outros sujeitos e grupos, alguns aspirantes a influenciadores, outros só apoiadores, e um desenho do cotidiano dos homossexuais conservadores foi se tornando cada vez mais claro. Uma articulação digital significativa estava (e ainda está) acontecendo nas redes sociais, emplacada pela ascensão institucional da extrema direita no Brasil, e pessoas não heterossexuais, em sua maioria gays, faziam (fazem) parte desta mobilização. O uso do sobrenome do então presidente como sinônimo para vincular o perfil a uma posição política conservadora era um fenômeno corriqueiro, e também a identificação por estado em relação aos nomes dos perfis.

Finalizado o período de três meses, continuei acompanhando os perfis, porém de maneira informal. Entretanto, em 28 de junho de 2021, sugestionada pelos próprios algoritmos

do Instagram, identifiquei um novo perfil na plataforma que se apresentava como um grupo de gays de direita nacional, com atividades de mobilização virtual e convocações para ações presenciais dos seus seguidores. Sendo assim, decidi também acompanhar as postagens deste perfil e convidar o moderador da página para uma entrevista semiestruturada, como feito nos perfis selecionados anteriormente.

A plataforma escolhida disponibiliza ao usuário uma diversidade de recursos para construção das postagens, como vídeos, compartilhamento de conteúdo de outras plataformas digitais e recursos para interação com os usuários. Utilizei ainda materiais como reportagens escritas de revistas e jornais, ou mesmo vídeos com *lives* ou entrevistas que estes perfis participavam.

Dentre os inúmeros perfis identificados no Instagram, optei inicialmente por entrar em contato com 5 moderadores de páginas pessoais, que também gerenciavam perfis de grupos direcionados a população homossexual conservadora. Dos 5, apenas 3 interagiram e somente 2 aceitaram realizar uma entrevista. Ainda assim, somente 1 de todos os perfis contatados retornou com rapidez e se disponibilizou prontamente para conversar, os demais chegaram a demorar quase 6 meses para agendar uma entrevista, sendo que apenas uma foi realizada efetivamente – detalharei o contato com cada perfil mais adiante.

Além das postagens e dos contatos com os moderadores, também realizei observações em cinco manifestações de rua convocadas pelos conservadores ao longo dos anos de 2021 e 2022. Ressalto que tive conhecimento antecipado de todas elas pelos perfis acompanhados no Instagram. Em todas as manifestações acompanhadas, usei uma blusa verde e caminhei por toda a extensão da Avenida Paulista, buscando registrar em fotos e diário de bordo as cenas observadas. O objetivo principal era identificar os sujeitos da pesquisa numa atuação política fora das redes sociais. Entretanto, somente em duas delas identifiquei efetivamente o público-alvo desta pesquisa, ambas ocorridas em comemoração ao Dia da Independência do Brasil, em 2021 e 2022. Na primeira, consegui realizar as entrevistas previamente agendadas com alguns integrantes e o presidente (naquele momento) do movimento Gays de Direita Brasil, acompanhados até então somente pelo Instagram. Na segunda, identifiquei literalmente uma pessoa com bandeiras do arco-íris, importante símbolo da referência política vinculada aos movimentos políticos de gênero e sexualidade. Consegui abordá-lo e obter seu aceite para uma entrevista, realizada dias depois da manifestação. Esta última entrevista rendeu um novo perfil para acompanhar no Instagram, que até aquele momento era desconhecido por mim.

A articulação destas três estratégias de levantamento dos materiais – postagens, manifestações e entrevistas – trouxe um corpo robusto de informações para análise, por

apresentarem possibilidades de linguagem diferentes que representam um mesmo fenômeno. A seguir, descreverei os materiais levantados em cada um destes campos, codificados a partir das dimensões do modelo de consciência política desenvolvido por Sandoval (2001). Conforme já mencionado, o modelo foi utilizado como categoria de análise, e, para tanto, a organização das informações pelas dimensões é necessária para iniciar, de fato, a análise da formação da consciência política e o engajamento político do público desta pesquisa.

6.3 Escolha dos perfis observados no Instagram

Considero o mapeamento dos perfis no Instagram como ponto de partida para conhecimento do campo. Diversos autores reforçam a desenvoltura superior da extrema direita no campo digital, se comparada ao engajamento progressista, salientando sua facilidade para mobilizar apoiadores e agenda através dos recursos oferecidos pelas plataformas digitais (CESARINO, 2022; NOBRE, 2022; NUNES, 2022). Por este motivo, a escolha em iniciar o campo pelo mapeamento dos perfis aderentes ao público alvo da tese se mostrou uma boa estratégia.

O exercício diário e longitudinal de acompanhamento das postagens e interações dos perfis iniciou em fevereiro de 2021. A princípio, foram coletados dados compartilhados pelas redes de dois perfis, diariamente, durante três meses. Cada postagem dos perfis era printada para um diário de campo, onde também escrevia relatos sobre elas. Porém, meses após a realização do primeiro mapeamento diário, identifiquei um novo perfil que me pareceu valioso, tendo em vista o público-alvo da pesquisa, o que culminou em uma nova fase de mapeamento diário das postagens deste grupo em particular, iniciada em agosto de 2021.

No ano seguinte, no segundo semestre, após acompanhar uma manifestação ocorrida no dia 7 de setembro daquele ano, conheci e conversei presencialmente com um influenciador digital que se identificou como integrante dos dois grupos mapeados anteriormente. Após meu convite, ele se prontificou em participar da pesquisa como entrevistado. Neste caso, o mapeamento do perfil pessoal no Instagram da pessoa entrevistada ocorreu apenas após a entrevista.

Os primeiros passos para a realização dos mapeamentos foram árduos. A quantidade de interações era enorme, pois se ramificavam nas possibilidades de recursos disponibilizados pela plataforma. Por exemplo, era comum ter que acessar outras fontes de dados, como sites de jornais, blogs, plataformas de vídeos (YouTube), e outras redes sociais (Facebook, Twitter), para além do Instagram. Passava, em média, duas horas diárias colhendo os materiais e

alimentando o diário de campo. A sensação, nas primeiras coletas, foi de que seria impossível acompanhar tantas informações compartilhadas, mesmo num trabalho diário. Contudo, ao longo dos dias, fui me deparando com uma estratégia tautológica destes perfis no uso da plataforma, pois se valiam de uma infinidade de formas de dizer sempre as mesmas coisas, aquelas que fazem parte de uma determinada agenda política.

A repetição de ideias tinha destino e objetivo claro: mobilizar, fidelizar e engajar cada vez mais pessoas a seguirem os perfis, e, indiretamente, influenciar na formação e na expressão da consciência política. Os resultados destas ações expunham os perfis tanto em relação ao aumento no número de seguidores, engajamento e viralização de postagens compartilhadas quanto em relação às situações de cancelamento, restrição e suspensão de conteúdos monitorados e gerenciados pelas políticas da plataforma.

Durante o mapeamento, também foram considerados os fenômenos sociais que ocorriam e influenciavam as temáticas das próprias postagens. Exemplos disso foram decisões do governo sobre a condução da pandemia; prisões de líderes políticos conservadores pelo Supremo Tribunal Federal; morte de celebridades; mudanças nas políticas da plataforma, e demais situações que servissem como temáticas estratégicas para mobilizar, fidelizar e engajar seus apoiadores. Estas informações foram descritas nos relatos do diário de campo, acompanhadas das imagens das postagens.

Nesta tese, ao longo da apresentação dos resultados, os nomes dos participantes permanecerão em sigilo, atendendo os princípios éticos desta pesquisa, sendo adotados os nomes fictícios Renato, José, Mariana e Fernando. As fotos utilizadas como amostra da coleta de dados inseridas ao longo do texto também serão modificadas a fim de preservar a imagem e os nomes dos participantes. Os quatro sujeitos escolhidos para observação dos perfis no Instagram e convidados para entrevista identificam suas orientações sexuais nas páginas da rede social enquanto gay e lésbica.

Para a realização das entrevistas, foram observados e contatados quatro perfis pessoais e dois perfis de grupo, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 – Perfis analisados no Instagram

Perfil	Participação Política
Renato	Influenciador digital, moderador do grupo <u>Gays com Bolsonaro</u>
José	Influenciador digital, moderador do grupo <u>Gays de Direita Brasil</u>
Mariana	Influenciadora digital, vereadora eleita em 2020 em uma cidade no interior do Paraná.
Fernando	Influenciador digital, integrante do grupo <u>Gays com Bolsonaro</u>

Fonte: elaborado pela autora.

Sobre a realização das entrevistas semiestruturadas, foram realizadas três: uma presencialmente, no dia 7 de setembro de 2021, com José, juntamente com alguns integrantes do grupo do qual ele é presidente; e as outras duas por videoconferência, no dia 23 de fevereiro de 2022, com Renato, e no dia 19 de setembro de 2022, com Fernando. Todos os entrevistados assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, autorizando a gravação e a utilização da entrevista como dados a serem analisados na pesquisa. A entrevista com Mariana chegou a ser agendada duas vezes, porém não foi possível realizá-la.

A seguir, apresento um breve descritivo de cada sujeito da pesquisa e os respectivos grupos que integram.

6.3.1 Renato, 32 anos, gay

Renato e seu companheiro são moderadores do perfil e responsáveis pelo maior grupo oficial de homossexuais apoiadores do presidente Jair Messias Bolsonaro no Instagram, contando na época com quase 45 mil seguidores. Tanto o perfil pessoal de Renato quanto o de sua página oficial de homossexuais que apoiam o atual presidente apresentam postagens com temáticas semelhantes, sendo muitas delas repetidas. Portanto, optou-se por acompanhar ambos os perfis (pessoal e do grupo), com o intuito de ampliar o campo de coleta de dados.

Durante as observações de seu perfil no Instagram, foi possível concluir que Renato se formou em direito na Unichristus em Fortaleza, cidade onde reside atualmente. Entretanto, inúmeras postagens retratam trabalhos como ator de teatro e cinema, bem como aparições na TV.

Desde o início do seu perfil na rede social, Renato já compartilhava postagens com algum tipo de conteúdo político. Outro fato observado foi a quantidade significativa de compartilhamento de suas postagens associada a conteúdo sobre políticas econômicas liberais e sua mobilização através de hashtags como *#aliberdadevemcontudo*, *#freedom*, *#libertarian*, *#menosestadomaismercado* etc.

Em junho 2018, Renato começou a compartilhar postagens sinalizando apoio ao então candidato às eleições presidenciais daquele ano, Jair Messias Bolsonaro. Paralelamente a isso, criou o grupo Gays com Bolsonaro. Até a data da escrita desta pesquisa, o perfil do grupo no Instagram indicava quase 64 mil seguidores. Com publicações datadas desde 10 de março de 2018, o perfil do grupo já realizou 2.308 postagens, sendo que a primeira se referia a uma afirmação do então candidato, Jair Bolsonaro, em relação ao casamento gay: “Vá ser feliz! Se

me convidar pro casamento, se puder, eu vou!”, juntamente com uma foto do candidato fazendo um coração com as mãos.

No recorte temporal escolhido nesta pesquisa para coleta de dados diária, Renato compartilhou 53 postagens em 2021 e 10 postagens em 2022. Já o perfil do grupo de apoio ao presidente, do qual é moderador, compartilhou 63 postagens em 2021 e 11 postagens em 2022. Entretanto, os dois perfis continuaram a ser acompanhado informalmente⁶ fora deste período, o que possibilitou identificar movimentações relevantes para análise, tais como mudanças no logotipo e no próprio nome do grupo.

Para a realização da entrevista, entrei em contato com Renato via mensagem no Instagram. Ele prontamente retornou, porém questionou as intenções da pesquisa, alertando que não participaria de estudos com viés ideológico de esquerda. Mesmo após os esclarecimentos sobre a postura ética do estudo apresentados por mim, Renato não retornou mais suas mensagens.

Porém, passados quase cinco meses da primeira tentativa de contato, contatei Renato novamente, argumentando a importância de sua participação no estudo, tendo em vista sua liderança no grupo Gays com Bolsonaro e o número significativo de seguidores do perfil do grupo no Instagram. Após esta nova tentativa de convite, ele aceitou participar da pesquisa e o entrevistei no dia 23 de fevereiro de 2022.

6.3.2 José, 26 anos, gay

José é moderador do perfil e, conforme identificado pelas postagens, presidente do grupo Gays de Direita Brasil (GDB Brasil). No decorrer do primeiro período de observações, no início de 2021, seu perfil foi encontrado em meio às interações dentro de outros grupos de gays de direita, sendo sugerido pelo próprio algoritmo do Instagram.

O perfil de José no Instagram é relativamente recente, com a primeira postagem ocorrida em maio de 2018. De maneira geral, suas postagens iniciais não apresentam cunho político. Retratam apenas seu cotidiano, com fotos de atividades profissionais, festas e turismo.

Entretanto, durante as leituras das postagens, identifiquei fotos de José com Renato em ações antigas do Grupo Gay com Bolsonaro, ocorridas no ano de 2020. Salienta-se que a

⁶ O motivo para continuidade do acompanhamento era identificar as movimentações dos perfis dado os fenômenos sociais que influenciavam nos engajamentos e estratégias de ações veiculadas nas páginas.

primeira postagem de José com conteúdo político é uma foto na qual ele aparenta estar em um evento, dando entrevista, e vestido com a camiseta do grupo Gays com Bolsonaro.

Pouco mais de um ano após estas postagens, José cria o perfil Gays de Direita Brasil, no dia 28 de junho de 2021, postando a divulgação de um evento virtual, tendo, dentre os convidados, o próprio José. A *live* foi realizada no Instagram e todos os convidados também dispunham de perfis na plataforma: eram seguidores do grupo e tinham suas orientações sexuais identificadas na foto compartilhada na postagem.

Um fato interessante observado no perfil do grupo de José são algumas postagens apagadas ao longo de sua existência. Os compartilhamentos deletados tratavam da divulgação de um evento chamado 1º Encontro Gays de Direita Brasil. Há vídeos publicitários, contatos para inscrição, dentre outros informativos divulgando o evento no período em que a coleta de dados ocorreu.

O recorte temporal para observação do perfil pessoal de José foi diferenciado em comparação ao que se definiu inicialmente. Como mencionado, seu perfil foi sugerido pelo Instagram pouco tempo depois do encerramento da primeira rodada de observações realizadas entre fevereiro e abril de 2021. Porém, diferentemente dos outros perfis acompanhados, José apresentava poucas postagens de cunho político em seu perfil pessoal, num total de 12 postagens. Por outro lado, o perfil do grupo Gays de Direita Brasil, do qual ele é moderador, apresentou 116 publicações desde seu início. Portanto, optou-se por convidar José para realização da entrevista, tendo em vista seu engajamento como presidente do grupo.

O contato com ele foi feito via mensagem do Instagram, que retornou e aceitou prontamente o convite para entrevista. Por coincidência, José e outros integrantes do grupo estariam em São Paulo para participar das manifestações a favor do presidente no dia 7 de setembro de 2021. Por este motivo, ele sugeriu que a entrevista ocorresse presencialmente. A entrevista com ele e os demais integrantes do grupo foi realizada nesta data, poucas horas antes de irem para a manifestação.

Salienta-se que tanto o perfil de José quanto o do grupo continuaram a ser acompanhados informalmente fora deste período, quando constatei que, em 11 de janeiro de 2023, todas as postagens do perfil haviam sido apagadas, restando apenas uma com os dizeres: “COMUNICADO: O GDBRASIL encerra por hoje as suas atividades, por algum tempo. Podendo voltar a qualquer momento. E gostaríamos de agradecer a todos vocês que sempre nos acompanhou durante esses dois anos de atividade. Que Deus abençoe o nosso Brasil, abençoe nossa vida! Ah, e não se esqueça #SomosUmPeloBrasil”.

6.3.3 Mariana, 29 anos, lésbica

Mariana foi eleita vereadora de uma cidade do Paraná nas eleições municipais de 2020, utilizando como campanha seu nome no aumentativo junto do termo “opressora”. Atualmente, além de exercer o cargo na Câmara Municipal, é também presidente do grupo Direita Paraná Oficial, que, conforme descrição no perfil do grupo, trata-se de uma organização política e civil conservadora. Após a análise do perfil do grupo, optei por limitar a observação somente ao perfil de Mariana, pois não foram identificadas postagens no grupo nas quais ela se posicionasse especificamente em relação aos temas abordados nesta tese. Entretanto, é nítido o engajamento de Mariana na coordenação do grupo, através da organização de eventos e compartilhamento maciço de informações em ambos os perfis do Instagram.

Durante as observações do perfil de Mariana, identifiquei que sua primeira postagem de cunho político datava de 10 de junho de 2016. Na foto, Mariana segura um cartaz com os dizeres: “*Minha (imagem de um revólver) minhas regras*”, fazendo alusão a um jargão conhecido no debate feminista (“*Meu corpo minhas regras*”).

As postagens seguintes revelaram suas filiações políticas, como a foto com o então eleito vereador, Filipe Barros, que em 2018 se tornou Deputado Estadual pelo Paraná, com Eduardo Bolsonaro, Deputado Federal desde 2018 por São Paulo e filho do atual presidente. Segundo reportagem veiculada em 3 de fevereiro de 2021⁷, Mariana afirma que se engajou na campanha de Filipe no pleito de 2016 para vereador de uma cidade do Paraná, o que culminou posteriormente no estímulo à candidatura de Mariana para vereadora nas eleições municipais de 2020.

Em relação a sua orientação sexual, Mariana se nomeia “sapatão raiz”. É possível identificar em suas primeiras postagens no Instagram marcações como *butch*, *dyke*, *lesbians*, *gay*, *lgbt*. Entretanto, após a postagem com Eduardo Bolsonaro, Mariana não realizou mais nenhum compartilhamento com estas *hashtags*. Este momento de “virada política” do perfil de Mariana é acompanhado do compartilhamento de postagens associando sua orientação sexual exclusivamente ao se referir a sua esposa, relacionamento que se supõe ter iniciado no decorrer de 2018. Além disso, observaram-se diversas postagens sobre algumas temáticas que abordam pautas relativas a costumes caras aos conservadores, tais como ideologia de gênero e antiaborto.

⁷ Reportagem disponível em: https://revistaesmeril.com.br/entrevista%e4%b8%a8*****-so-pensa-em-lutar-pela-familia/

No recorte temporal escolhido para coleta de dados diária, o acompanhamento das postagens de Mariana iniciou em fevereiro de 2021, sendo que até final de abril daquele ano ela já havia compartilhado 301 postagens e em 2022, 10 postagens.

Para a realização da entrevista, entrei em contato com Mariana via mensagem do Instagram em agosto de 2021. Ela prontamente retornou, passando seu celular. Após algumas tentativas de contato, ela informou que estava com problemas de horários e, quando estivesse mais tranquila, me procuraria. Após alguns meses, seu assessor mandou uma mensagem de um outro número, informando que ele faria os trâmites para agendar a entrevista. Porém, apesar de eu fornecer prontamente todas as informações necessárias para este fim, o assessor de Mariana comunicou que ela não assinaria o termo de consentimento.

Fez-se uma contraproposta ao assessor, solicitando que Mariana realizasse a entrevista e autorizasse oralmente a sua utilização para análise dos dados. Dias depois, seu assessor retornou dizendo que Mariana havia aceitado o convite e agendamos a entrevista para o dia 4 de abril de 2022. Entretanto, no dia combinado seu assessor entrou em contato novamente, solicitando que a entrevista fosse feita por escrito. O motivo seria que sua equipe de assessoria jurídica a orientou para que não realizasse nenhum tipo de entrevista com temáticas “Gays e LGBT”, pois a vereadora está respondendo um inquérito por homofobia.

Visando obter a entrevista no formato remoto e presencial, reforcei a importância da assinatura do termo do TCLE como instrumento que resguardaria seu sigilo, já que seus dados de identificação não seriam divulgados para cumprimento dos aspectos éticos da pesquisa. Em resposta, seu assessor se prontificou a repassar as informações do TCLE à assessoria jurídica e a entrar em contato assim que obtivesse retorno. No entanto, após novo contato, o assessor da vereadora retornou dizendo que não seria possível realizar a entrevista visto os impedimentos mencionados anteriormente.

Mesmo sem a entrevista com Mariana, optei por manter os demais materiais coletados nas plataformas digitais, entendendo sua relevância para a análise e o caráter de acesso livre que caracteriza as informações obtidas no contexto digital, pois se trata de perfil público.

6.3.4 Fernando, 27 anos, gay

Diferente dos demais participantes, conheci Fernando presencialmente durante a manifestação ocorrida no dia 7 de setembro de 2022. Durante meu trabalho de campo, identifiquei Fernando num carro de som, vestido com uma camiseta preta com a estampa do candidato a reeleição, Jair Messias Bolsonaro, e uma bandeira do arco-íris que cobria suas

costas. Assim que tive oportunidade, me aproximei de Fernando e perguntei se ele tinha notícias de Renato, comentando que havia tentado entrar em contato para nos encontrarmos, porém sem retorno. Fernando foi extremamente receptivo e simpático a minha abordagem e disse conhecer tanto Renato quanto José, e inclusive comentou que era integrante de ambos os grupos moderados por eles.

Diante da sua abertura imediata para a conversa, expliquei a ele sobre a pesquisa e perguntei se ele teria interesse em participar de uma entrevista, visto seu engajamento político como gay conservador. Ele respondeu positivamente e trocamos contatos para agendarmos a entrevista por videoconferência.

Antes de agendar a entrevista, busquei verificar a página do Instagram indicada por Fernando como seu perfil de ativista político. Além do Instagram, ele dispõe de perfil no Twitter, Youtube e TikTok. Há também a indicação de uma página no Facebook, que não estava disponível para acesso no momento da observação.

A página contém postagens desde 27 de julho de 2020 e foi criada exclusivamente para compartilhar conteúdos políticos sobre ser um gay conservador. Atualmente, Fernando possui pouco mais de 50 mil seguidores e muitas das suas postagens são imagens de textos escritos por ele no Twitter. Além de alimentar as postagens dos seus perfis das redes sociais, Fernando também escreve textos para um jornal chamado *Tribuna Nacional*.

Apesar de as primeiras postagens no perfil do Instagram datarem de 2020, as experiências de Fernando na política se iniciaram em 2014, quando criou uma página no Facebook chamada “Jean Willys não me representa!”. Na época, o então deputado Jean Willys criou o Projeto de Lei nº 5002/2013, intitulado “Lei João W Nery”, que tinha por objetivo regulamentar o direito à identidade de gênero no país. Ocorre que o projeto de lei gerou polêmicas entre os congressistas da ala conservadora, principalmente na parte da lei que diz respeito ao direito à identidade de gênero das pessoas menores de idade.

Mobilizado pela temática de moralidade conservadora que enquadrava o projeto de lei, Fernando criou o grupo no Facebook, e, em pouco mais de três semanas, já tinha um número expressivo de seguidores. A viralização da página chamou atenção de lideranças conservadoras no Congresso e Fernando foi convidado por congressistas de direita para participar de uma audiência pública em Brasília sobre o Estatuto da Família.

De 2014 até as eleições de 2018, Fernando participou organicamente da política no campo conservador, tanto no ambiente digital quanto em atos e manifestações, mas em nenhum momento deste período ele se identificou com gay conservador, inclusive mantendo em segredo sua orientação sexual no ambiente político. Entretanto, Fernando retomou seu comportamento

político mais ativamente em 2020, após conhecer a mobilização do perfil “Gays com Bolsonaro”, grupo organizado por Renato, tornando público, já nas postagens iniciais, a sua orientação sexual associada ao campo político conservador.

A entrevista com Fernando ocorreu por videoconferência no dia 19 de setembro de 2022. No entanto, ele solicitou ajustes em comentários que fez durante a conversa em duas ocasiões: a primeira, no dia 23 de setembro de 2022, e segunda no dia 30 de setembro de 2022. Na última, comunicou ter se desligado do grupo Gays de Direita Brasil, segundo ele, por motivos “*que vão contra minha conduta e minha índole*” (sic). Razão pela qual saliento, aqui, seu pedido de desassociá-lo do movimento, considerando os princípios éticos da pesquisa.

No capítulo a seguir, apresentarei o detalhamento dos perfis observados, articulando com os materiais levantados durante o acompanhamento das suas postagens no Instagram, nas entrevistas e nas manifestações.

7 A CONSCIÊNCIA POLÍTICA EXPRESSA NOS MATERIAIS DE CAMPO

O propósito deste capítulo é apresentar detalhadamente o material levantado durante a pesquisa. Nele, busco evidenciar as movimentações do fenômeno estudado, suas oscilações e transformações ocorridas ao longo do acompanhamento. Com isto em mente, os dados foram organizados partir das dimensões do modelo de consciência política definidos por Sandoval (2001, 2016). Ressalta-se que o uso do modelo como estratégia para apresentar os materiais tem o intuito de salientar o caráter dinâmico da formação e expressão da consciência política do público estudado.

Como a proposta deste estudo se aprofundou numa análise qualitativa dos materiais levantados, no que concerne o mapeamento das postagens, mesmo a quantidade de informações sendo consideravelmente alta, optei por selecionar os materiais que melhor exemplificassem as dimensões descritas no modelo de consciência política desenvolvido por Sandoval (2001, 2016). Portanto, após a fase inicial de observação dos perfis, a segunda etapa foi a organização do material por códigos de análise, indicados a partir das sete dimensões do modelo.

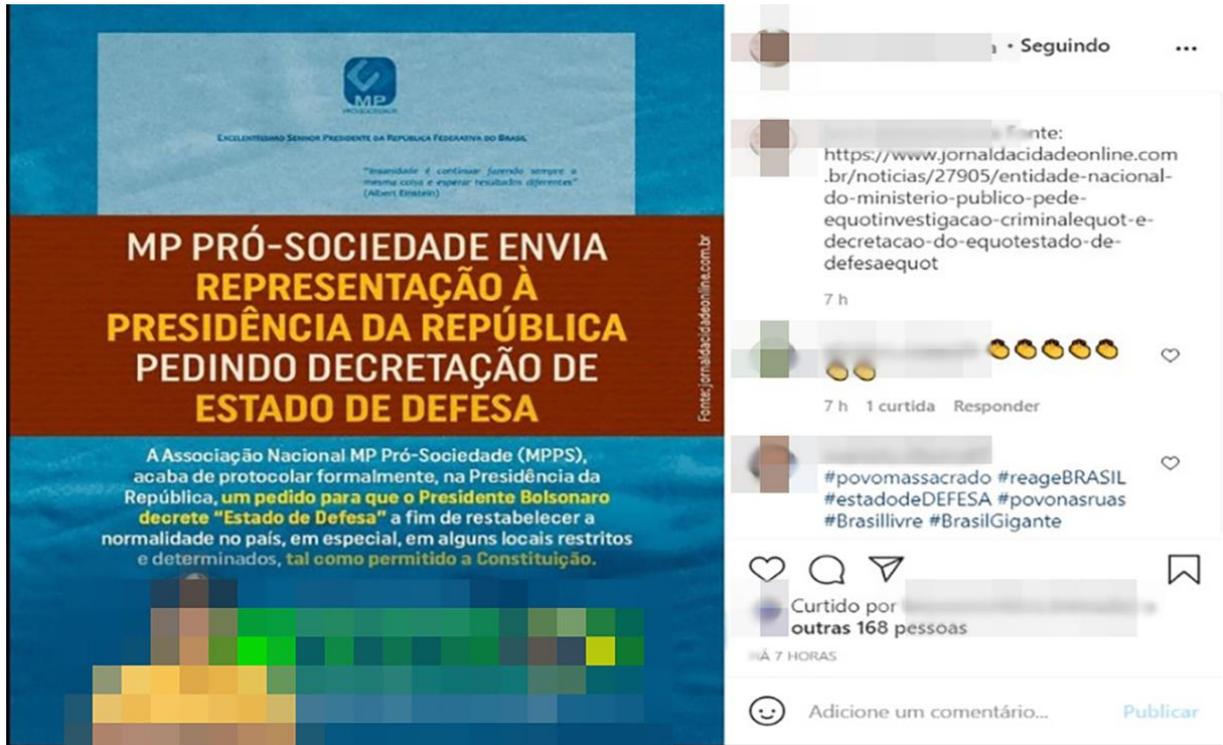
A seguir, detalho o percurso de organização e apresento os materiais encontrados nas postagens, nas manifestações e nas entrevistas, à luz do modelo de consciência política (SANDOVAL, 2001; SILVA, 2016).

7.1 Dinâmicas dos perfis no Instagram

No que concerne à dimensão de *crenças e valores Societais*, as expressões de símbolos que remetam aos valores conservadores são frequentes. Para fins de identificação, organizei as postagens a partir de temáticas embasadas na definição sobre conservadorismo de Lacerda (2019): militarismo, absolutismo do livre mercado, família tradicional e anticomunismo. No entanto, no âmbito da “família tradicional”, agreguei postagens que também se referissem aos “padrões de gênero e sexualidade”. Além disso, adicionei mais dois temas: “Obscurantismo e Negacionismo na Covid” e “Extinção do STF”. Tendo em vista o número significativo de postagens que abordavam estas temáticas, o objetivo, ao adicioná-las, foi explorar a singularidade contextual do período em que foi feita a coleta, bem como delinear as especificidades do público-alvo desta pesquisa.

As postagens com temáticas militaristas interseccionavam com frequência o armamentismo e patriotismo.

Figura 1 - Postagem mobilizando para apoio do Estado de defesa



Fonte: Instagram, 2021.

Figura 2 – Postagens de exaltação ao exército associados aos símbolos nacionais



Fonte: Instagram, 2021.

Figura 3 – Postagens de cunho armamentista



Fonte: Instagram, 2021.

Estas postagens foram retiradas de 2 perfis, dos 4 acompanhados nesta pesquisa. Entretanto, apenas 1 dos perfis apresenta um número expressivo de menções explícitas sobre o militarismo. Tal fato possibilitou localizar os perfis na diversidade de expressões que o conservadorismo brasileiro atual apresenta, e, no caso do militarismo, seus elementos frequentemente são identificáveis em perfis e grupos mais radicalizados. Porém, sejam moderados ou extremistas, as pautas militares e armamentistas são veículos simbólicos corriqueiros, que revelam as edificações simbólicas dos indivíduos sobre a vida social e suas relações de poder.

Já em “absolutismo do livre mercado”, a associação com ações do governo no âmbito econômico era um recurso comum para, indiretamente, compartilhar estas crenças e valores com os apoiadores.

Figura 4 – Postagens com mensagens indiretas sobre o “livre mercado”



Fonte: Instagram, 2021.

Algumas postagens também exploraram de forma indireta as ameaças ao livre mercado, principalmente aquelas associadas com ações restritivas na pandemia do Covid-19. As postagens abaixo enfatizam a limitação da liberdade econômica em face das medidas de isolamento social tomadas para conter a circulação do vírus.

Figura 5 – Ameaças à economia face ao isolamento social na pandemia



Fonte: Instagram, 2021.

No que concerne à família tradicional e aos padrões de gênero e sexualidade, foi identificado um número bastante expressivo de postagens com menções diretas e indiretas a esta temática. A princípio, tal expressividade pode soar estranha, já que os perfis observados se

autodeclaram gays e lésbicas. Porém, um olhar mais atento revela que estas postagens mobilizam tanto os apoiadores já tradicionais desta pauta quanto aqueles que se autodeclaram fora dos padrões sociais de gênero e sexualidade. No entanto, este último grupo compactua com boa parte destas normas hegemônicas, fato que influenciou no não acolhimento destes sujeitos pelos movimentos políticos desta temática ligados ao campo progressista. Desamparados, eles encontram guarida no âmbito conservador, que se alarga nos seus perfis de participação política, na perspectiva de engajar mais apoiadores.

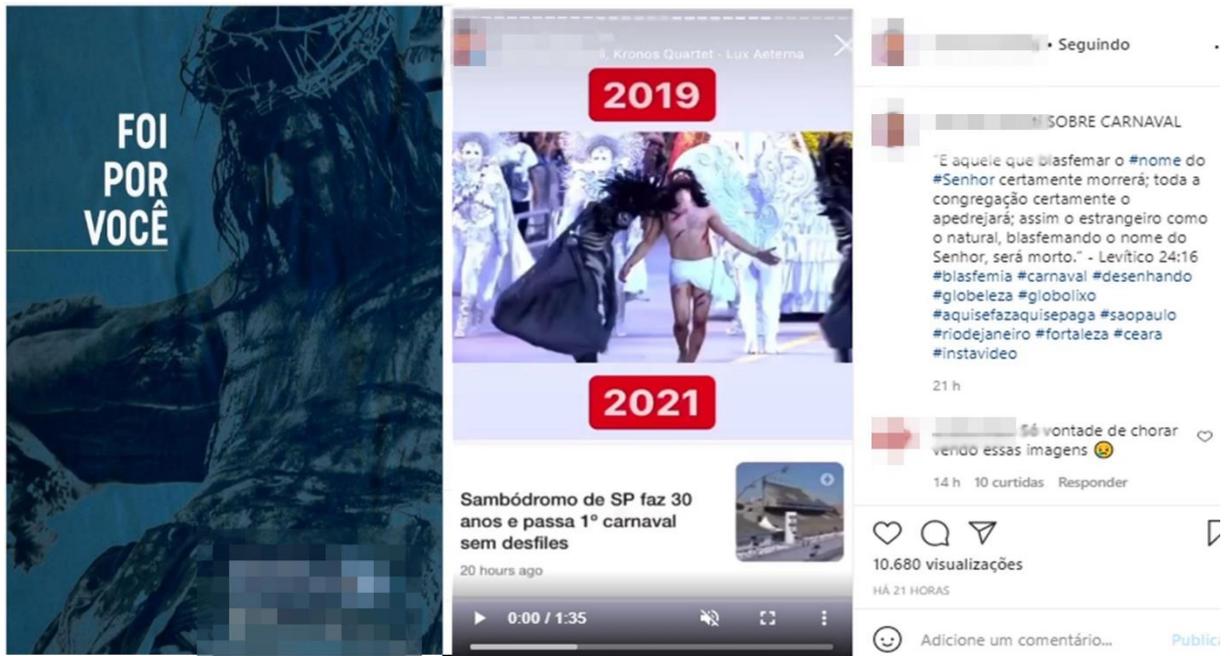
Outro aspecto importante a salientar é a quantidade de postagens que relacionam família, padrões de gênero e sexualidade com religião, revelando as raízes dogmáticas cristãs que organizam as crenças e valores compartilhados nas postagens.

Figura 6 – Postagens que simbolizam a família tradicional e padrões de gênero e sexualidade



Fonte: Instagram, 2021, 2023.

Figura 7 – Postagens de cunho ideológico religioso cristãos



Instagram, 2021

As temáticas “pró-vida” também foram pautadas em postagens que exploravam uma agenda conservadora antiaborto e que procuravam apresentar o movimento feminista como inimigo a ser combatido.

Figura 8 – Postagem que exaltam a agenda antiaborto



Fonte: Instagram, 2021

As postagens de depreciação dos movimentos políticos sobre orientação sexual e identidade de gênero, e feministas foram frequentemente exploradas, no intuito de localizá-los à esquerda do espectro político. Desse modo, é possível engajar gays e lésbicas que não compactuam com as crenças e valores correspondentes ao campo progressista.

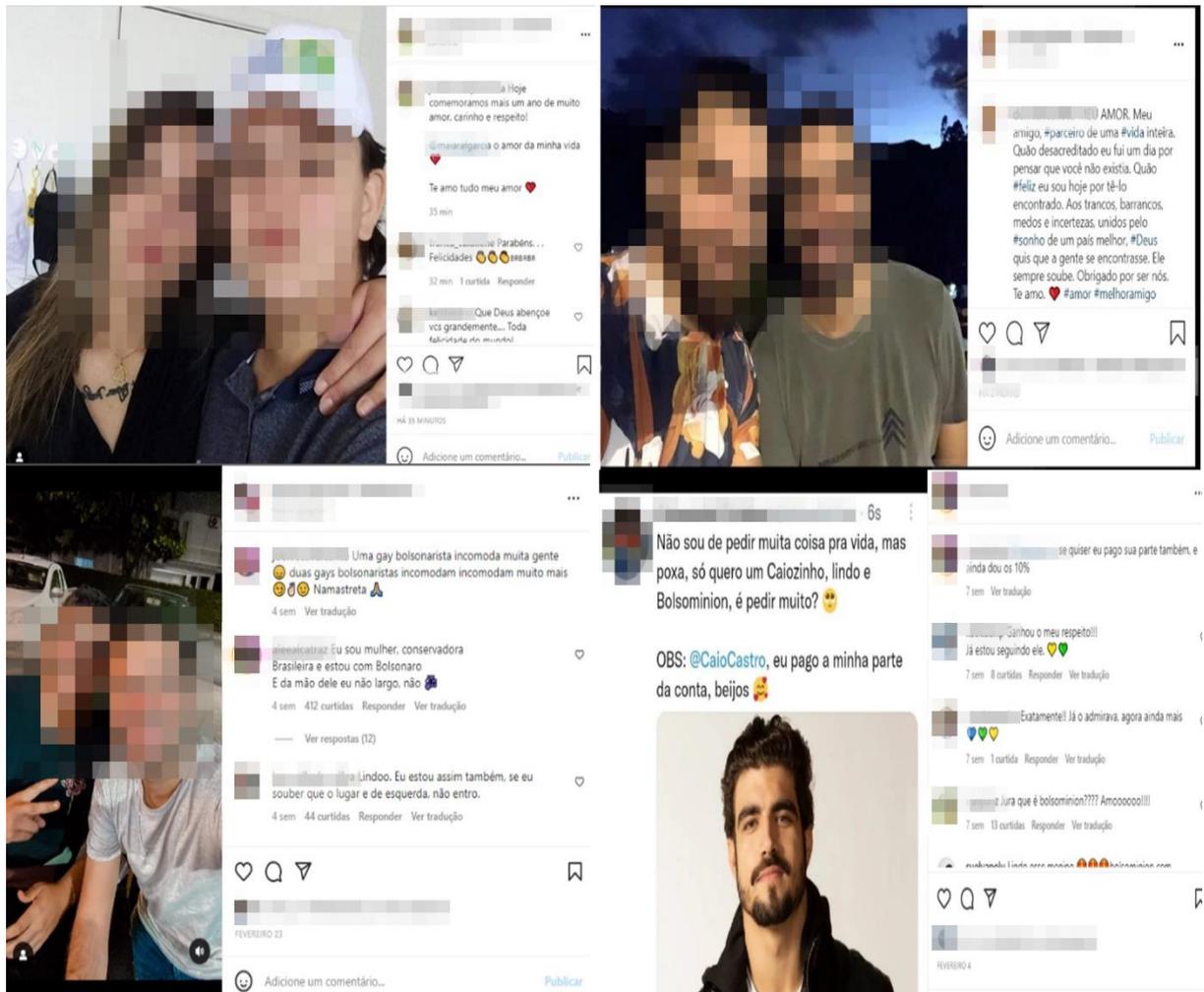
Figura 9 – Postagens de depreciação de movimentos políticos do campo progressista



Fonte: Instagram, 2021.

Entretanto, em todos os perfis observou-se a livre expressão da orientação sexual dos seus moderadores. De maneira geral, os responsáveis pelas páginas compartilhavam com seus seguidores informações de cunho pessoal sobre as vivências da homossexualidade, seja a respeito de seus relacionamentos homoafetivos, seja as preferências e os interesses que revelam suas orientações sexuais de maneira aberta a todos que seguem seus perfis. Portanto, a expressão das vivências das orientações sexuais é feita de modo público, sendo verbalizadas e inclusive valorizadas pelo campo conservador, aspecto evidenciado na quantidade de interações positivas com os seguidores quando temáticas de cunho pessoal são exploradas nas postagens. Tal fato revela a transformação dos perfis que se engajam politicamente no conservadorismo, bem como o abrandamento de crenças e valores no que concerne ao gênero e à sexualidade na agenda política conservadora para abarcar estes representantes políticos, antes explorados somente no campo progressista.

Figura 10 – Postagens de cunho pessoal associadas às vivências da homossexualidade



Fonte: Instagram, 2021, 2023.

Finalizando a dimensão *crenças e valores sociais*, as imagens com os temas “Obscurantismo e Negacionismo na Covid” e “Extinção do STF” delineiam o recorte temporal da coleta de materiais desta pesquisa. A politização da pandemia do Covid-19 atravessou o âmbito da política institucional e encontrou nas redes sociais os recursos para disputas políticas radicalizadas imersas em teorias conspiratórias, obscurantismos, anti-intelectualismos e anticientificismos (CESARINO, 2022). Neste cenário, o poder jurídico se personificou efetivamente na figura do inimigo que necessitava ser derrotado, pois estava intervindo e impedindo as ações políticas extremistas de instaurarem suas agendas. Para tanto, o compartilhamento de postagens com crenças e valores que expressassem definições de liberdade e ataques a ela foi altamente explorado, bem como a personificação daquele(s) que a estivessem cerceando, caso do Supremo Tribunal Federal (STF).

Figura 11 - Postagens com temáticas sobre a Covid-19 e ataques ao STF



Fonte: Instagram, 2021.

As postagens selecionadas para exemplificar as dimensões da *identidade coletiva e interesses coletivos* do modelo de consciência política auxiliam a compreender o enquadramento das identificações que mobilizam afetivamente tanto os responsáveis pelos perfis observados quanto seus seguidores. O sentimento de pertencimento a um grupo que antes era invisibilizado e menosprezado se torna potência para agir coletivamente (outra dimensão do modelo). Através da identificação, constroem-se os laços sociais, antes distantes ou inexistentes, bem com desenham-se marcadores, estéticas, linguagens e expressões que conectam aqueles que já pertencem ao grupo, da mesma forma que os desconhecidos podem se tornar novos membros, por congregarem com as referências que organizam aquela identidade grupal.

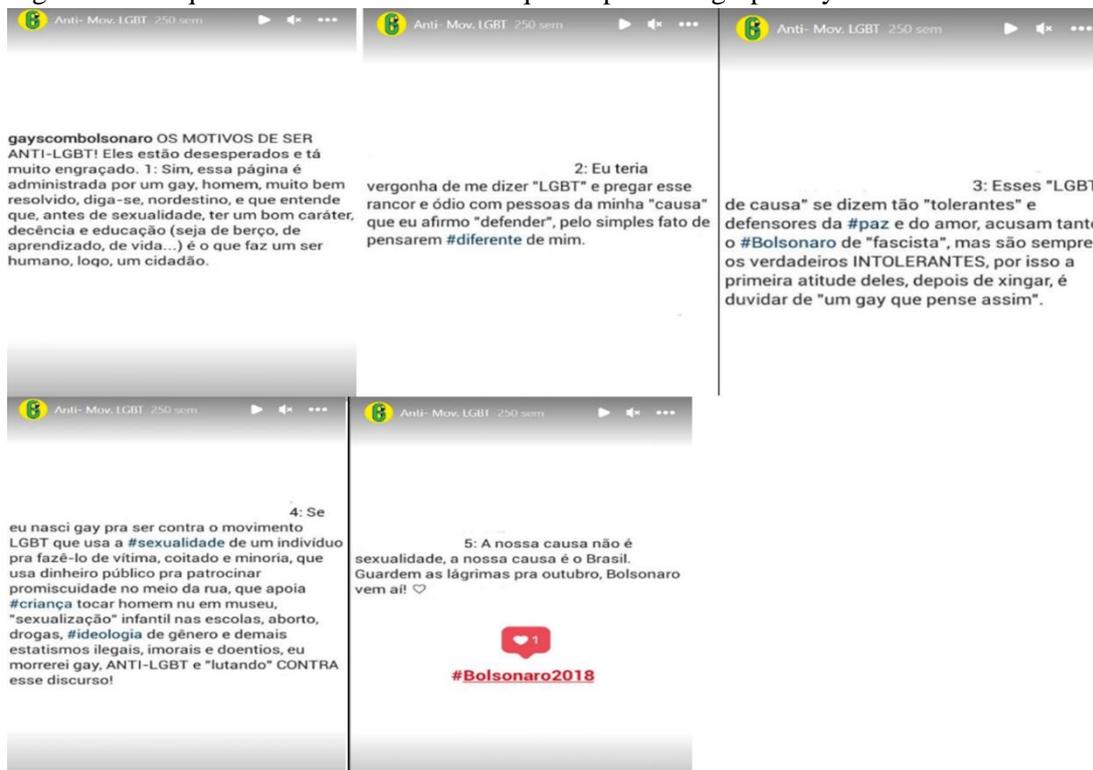
As figuras 12 e 13, logo abaixo, exemplificam a necessidade de expressar a Identidade Política de gays conservadores de maneira didática e literal:

Figura 12 – Postagem que esclarece a identidade visual do movimento Gays de Direita Brasil



Fonte: Instagram, 2021

Figura 13 – Sequências de stories em destaque no perfil do grupo Gays com Bolsonaro



Fonte: Instagram, 2018

Combinações que fazem alusões da identidade conservadora somadas a elementos tradicionalmente usados pela comunidade homossexual são constantemente exploradas nas postagens. Por exemplo, é comum encontrar numa mesma imagem ou foto a *prideflag* e suas cores do arco-íris, cores da bandeira nacional e camisetas de lideranças conservadoras. Ademais, ao longo das observações, constatou-se a mudança do nome e do logotipo de um dos perfis de grupo para agregar estéticas mais próximas aos valores do conservadorismo.

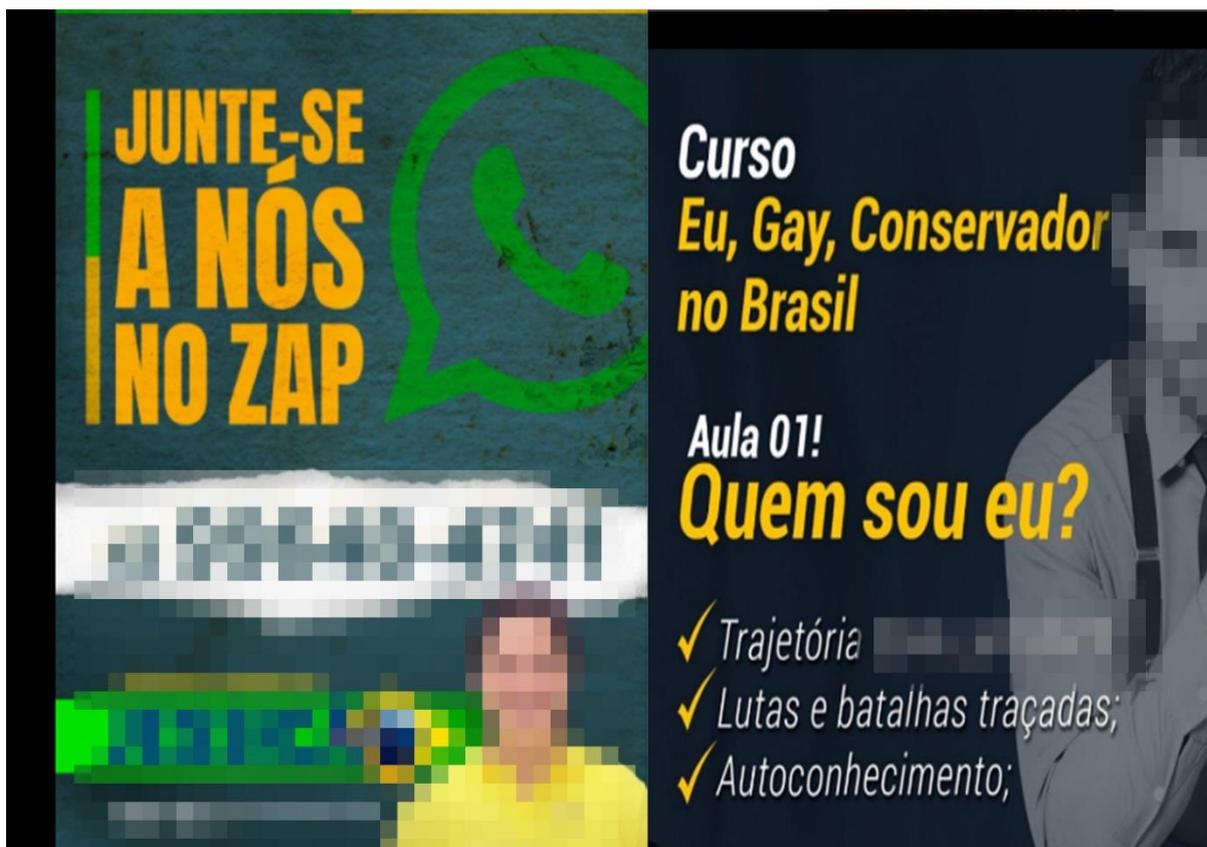
Figura 14 – Postagens que combinam símbolos conservadores e de luta homossexual



Fonte: Instagram, 2021, 2022, 2023

Nas postagens que remetem aos *interesses coletivos*, é possível observar o incentivo de ações e mobilizações de afetos, principalmente aqueles que promovem o sentimento de pertença. Chamadas de canais de comunicação e afirmação de pautas caras ao movimento, elas são frequentes nas temáticas das postagens. Veiculá-las permite o estreitamento do laço grupal, gera identificações com o coletivo, e pode motivar para agir coletivamente.

Figura 15 – Postagens de interesses coletivos e mobilizadoras de laços sociais



Fonte: Instagram, 2021.

Outro elemento corriqueiro explorado nas dimensões de *interesses coletivos e identidade coletiva* é a identificação dos fenômenos sociais a serem combatidos. Nomear os inimigos e explicar as razões pelas quais precisam ser eliminados, favorece a ascensão e manutenção da identidade grupal, além de dar contorno à disputa que caracteriza o campo político. No caso dos gays conservadores, há uma disputa intensa com a narrativa hegemônica dos movimentos progressistas sobre a orientação sexual e identidade de gênero. Nesse sentido, a identidade coletiva e seus interesses nestas temáticas só serão preservados mediante a personificação do inimigo que fragiliza e ameaça os interesses grupais.

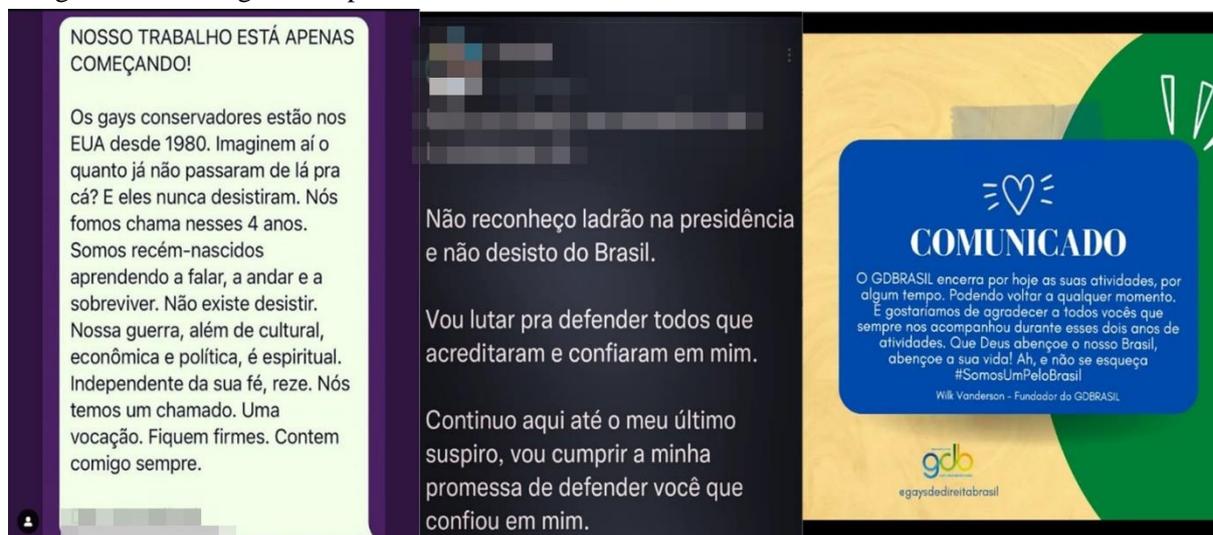
Figura 16 – Postagens identificando os adversários que ameaçam a identidade e os interesses coletivos



Fonte: Instagram, 2021, 2022.

Tendo em vista a conjuntura eleitoral, que ocorria paralelamente ao acompanhamento dos perfis, é importante considerar as influências dos temas em disputa sobre as postagens durante e após a corrida eleitoral. Nesse sentido, para além da derrota do candidato apoiado pelo campo conservador ter sido um tema explorado principalmente através de questionamento dos resultados das urnas, as postagens buscavam trazer mensagens de união e apoio aos seguidores, visando manter os laços da identidade grupal.

Figura 17 – Postagens de apoio e união diante da derrota do candidato conservador



Fonte: Instagram, 2023.

Os materiais levantados sobre a dimensão *sentimento em relação aos adversários* dialogam diretamente com a identidade grupal. São inúmeras as tentativas de mobilizar as percepções dos seguidores no que diz respeito aos interesses antagônicos em relação àqueles que são de interesses coletivos e da identidade do grupo conservador. As temáticas se transformam rapidamente conforme o contexto, facilitadas pelos recursos disponíveis nas plataformas digitais.

Vale ressaltar que o mapeamento das postagens ocorreu na pandemia e a personificação dos adversários sofreu fortes influências das problemáticas associadas a este contexto. Ainda assim, diversas situações do cotidiano serviram de base para construir a representação do inimigo, sempre num movimento comparativo entre os elementos caros ao conservadorismo e aqueles antagônicos a ele, dando a característica dinâmica à formação e expressão da consciência política.

Figura 18 – Postagens de identificação dos adversários associados ao contexto pandêmico



Fonte: Instagram, 2021.

Outro aspecto relevante a se considerar nesta dimensão é a disputa pela identidade gay. Usar a depreciação e o desprezo por tudo aquilo que foge ao conservadorismo tem como intuito o poder de nomear um dado fenômeno social. Produzir associações negativas com os movimentos progressistas sobre orientação sexual e identidade de gênero abre questionamentos que geram espaços para outras formas de nomear a homossexualidade, e, no caso, mais alinhadas com a agenda política conservadora. Nesse sentido, ter homossexuais conservadores autodeclarados como representantes que disputam a hegemonia da identidade gay é estratégico para a execução das pautas contemporâneas na agenda conservadora.

Ademais, a mobilização dos afetos, principalmente diante do ressentimento daqueles homossexuais que não se sentem contemplados pela agenda progressista, é bastante explorada, instigando sentimentos associados a uma suposta traição dos movimentos de gênero e sexualidade do campo progressista para com seus próprios integrantes.

As postagens a seguir expressam esta disputa, identificando os movimentos do campo progressista sobre orientação sexual e identidade de gênero como adversários a serem combatidos por aqueles que se identificam como homossexuais conservadores.

Figura 19 – Postagens de críticas aos movimentos do campo progressista



Fonte: Instagram, 2022, 2023.

Nas postagens que remetem as dimensões *metas e repertórios de ações e eficácia política*, observam-se os efeitos materiais mobilizados ideologicamente em forma de agências organizadoras de ações políticas. As estratégias para mudança são expostas e aferidas, enlaçando os apoiadores através de constatações reais e mobilização de sentimentos que fortalecem os vínculos para manutenção das identidades grupais.

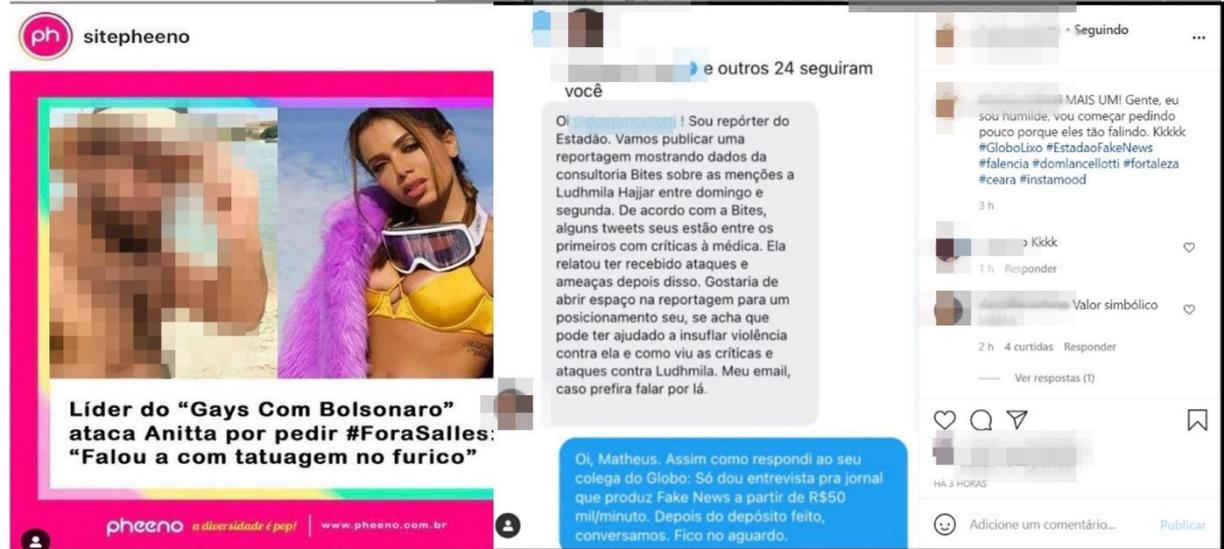
Outro aspecto a salientar é a especificidade de ações que caracteriza cada perfil. Os perfis de influenciadores digitais se dividem na mobilização virtual em postagens que propagandeiam embates com adversários, compartilhando referências de ações de visibilidade bem-sucedidas tanto próprias quanto de outros perfis, ou exemplificando, através de fenômenos sociais, comparações que evidenciem aspectos ideológicos, além dos caminhos mais tradicionais de militância política: as manifestações de rua. É interessante notar a articulação mobilizadora, no campo digital, dos perfis acompanhados e os possíveis efeitos disso para participação política. Além do crescimento gradual no número de seguidores desde 2021, a visibilidade *mainstream* dos perfis foi aumentando, servindo de incentivo para o surgimento de novas páginas com características similares às dos sujeitos acompanhados no enquadramento desta pesquisa.

Já as estratégias de ações veiculadas nas postagens da vereadora apresentam influências do cargo institucional que exerce, propagandeando benfeitorias edificadas através do trabalho legislativo, de reivindicações e proposições de políticas públicas. Também são explorados os embates com os adversários no campo institucional, e, no contexto deste estudo, as temáticas que envolveram a pandemia foram corriqueiras.

Nos perfis de grupos, explorou-se afetivamente as expectativas através de convocatórias tanto para eventos informativos sobre as temáticas ideológicas importantes para o conservadorismo quanto para incentivar a presença nos atos de rua. Dar materialidade, para além do universo cibernético, é uma chave estratégica de estruturação que concretiza a identidade grupal. Ao longo do período estudado, um dos perfis que fez diversas chamadas para eventos e manifestações encerrou suas atividades no início de 2023, os demais permanecem ativos.

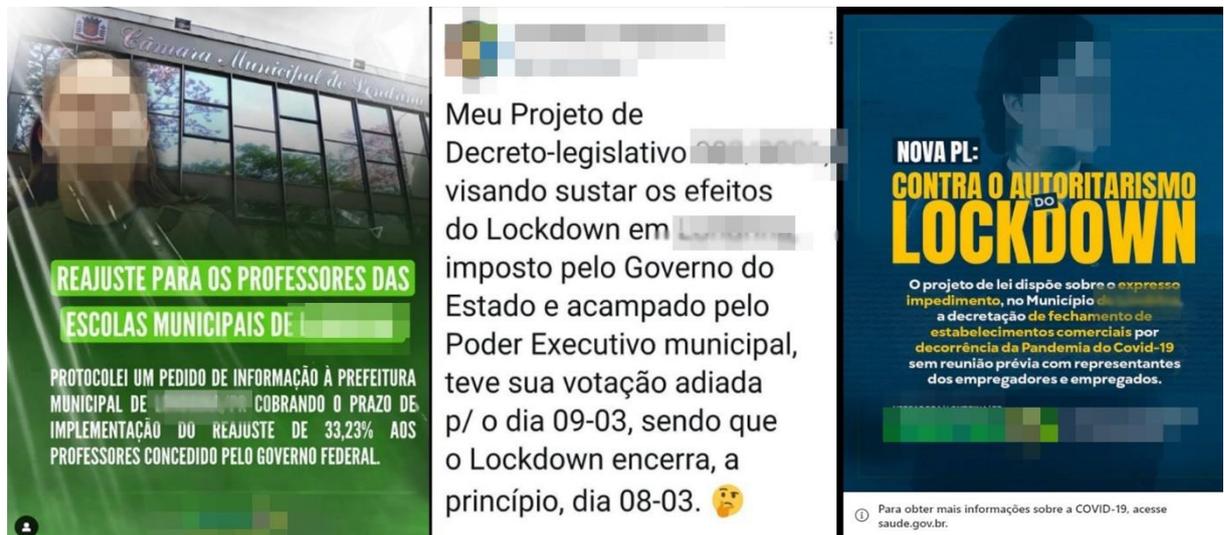
A *eficácia política* se expressa com postagens que demonstravam a reação positiva dos seguidores em relação ao trabalho político desenvolvido pelos perfis, através do compartilhamento de conteúdo da comunicação *mainstream* que porventura visibilizasse a existência da identidade coletiva, e criando estratégias de aproximação dos apoiadores, todos eles visando modular os sentimentos presentes por meio de exemplos de como é possível intervir politicamente e quais as expectativas desta intervenção.

Figura 20 – Postagens que evidenciam estratégias de embate com adversários



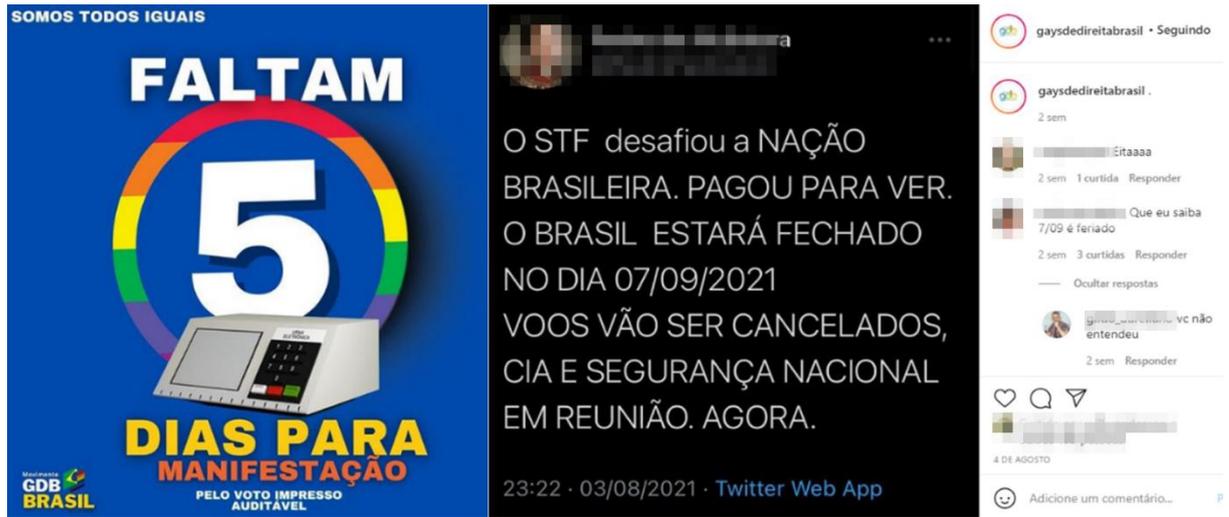
Fonte: Instagram, 2021.

Figura 21 – Veiculações de práticas políticas institucionais



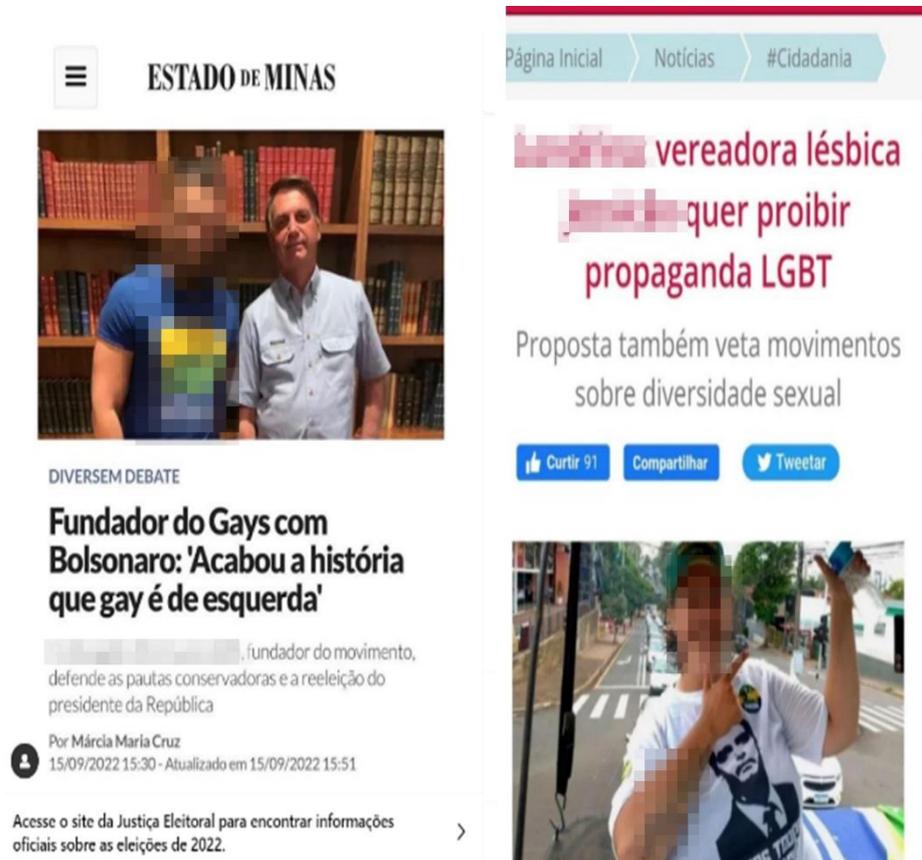
Fonte: Instagram, 2021, 2022.

Figura 22 – Postagens geradoras de expectativas



Fonte: Instagram, 2021.

Figura 23 – Divulgação de reportagens da mídia *mainstream* sobre os perfis⁸



Fonte: Instagram, 2022.

⁸ Fontes de acesso às reportagens: CRUZ, Márcia. Fundador do Gays com Bolsonaro: “Acabou a história que gay é de esquerda”. *Estado de Minas* [online], Minas Gerais, 15 set. 2022. Disponível em: <https://www.em.com.br/pp/noticia/diversidade/2022/09/15/noticia-diversidade,1391357/fundador-do-gays-com-bolsonaro-acabou-a-historia-que-gay-e-de-esquerda.shtml>. Acesso em: 20 dez. 2022; “Vereadora lésbica quer proibir propaganda LGBT”. *Metrópolis*, São Paulo, 24 set. 2021. Guia Gay São Paulo. Disponível em: https://www.guiaaysaopaulo.com.br/noticias/cidadania/****-vereadora-lesbica-****-quer-proibir-propaganda-lgbt. Acesso em: 20 dez. 2021.

Figura 24 – Depoimentos de seguidores divulgado por postagem



Fonte: Instagram, 2022.

Vale ressaltar a multiplicidade de temas organizados pelos perfis para agenciar ações no campo político conservador e a desenvoltura em utilizar os recursos das plataformas digitais como estratégia para instigar sentimentos e, deles, impulsionar ações. A interação das dimensões *metas e repertórios de ações* e *eficácia política* impulsiona para a tomada da decisão de agir (ou não) coletivamente. A efetivação destas ações é tanto utilizada como referências para construção de novas metas quanto para dimensionar os resultados atingidos, influenciando na disponibilidade afetiva para se engajar (ou não) em novas ações. Por exemplo, usar depoimentos positivos de seguidores ou veicular reportagens que dão visibilidade ao fenômeno de gays conservadores na mídia *mainstream* é uma estratégia pertinente para influenciar na avaliação da eficácia política, pois mobiliza sentimentos de pertença associados à identidade coletiva, que antes ficavam restritos à experiência no nível individual ou, no máximo, à bolha de contatos de seguidores dos perfis.

As postagens que remetem a dimensão *vontade de agir coletivamente* são majoritariamente vinculadas às necessidades da conjuntura política que reverberava no campo conservador naquele momento. Salienta-se que o período de observação dos perfis foi concomitante à pandemia e ao pleito eleitoral para presidência, governos de estado, senado e congresso nacional. Tais circunstância balizaram as agendas das mobilizações, determinando temas prioritários para ações. Nesse sentido, por diversas vezes, as principais temáticas do

conservadorismo foram mais protagonistas se comparadas às demais que pudessem também ser referência para organização da identidade do grupo. No caso, a reeleição do então presidente, Jair Messias Bolsonaro, era o foco principal das ações mobilizadas pelos perfis. A participação em atos de rua a favor do presidente, ou com temáticas por ele defendidas (urna auditável, por exemplo), são registros frequentes nas postagens.

Figura 25 – Postagens com registro de presença em manifestações de apoio ao presidente



Fonte: Instagram, 2021, 2022.

Figura 26 – Postagens com chamadas para manifestações



Fonte: Instagram, 2021, 2022.

No entanto, paralelamente às ações que convocavam para manifestações alinhadas com as principais pautas do campo conservador, os perfis observados também exploravam ações que tivessem por objetivo aproximar seus seguidores das temáticas específicas da identidade grupal. Convites para eventos, virtuais e presenciais, relacionando homossexualidade ao conservadorismo, eram frequentes nas postagens. Porém, no nível da ação coletiva, apenas os perfis de grupos divulgaram postagens chamando para atividades organizadas restritas às temáticas que relacionavam conservadorismo e homossexualidade. Ademais, um deles apresentava uma quantidade expressiva de postagens com chamada para agir coletivamente e, coincidentemente, este mesmo grupo comunicou o encerramento de suas atividades no início de 2023, apagando todos os registros de postagens anteriores a este ano.

Figura 27 – Postagens com divulgação de eventos e atividades coletivas



Fonte: Instagram, 2021, 2022.

Por fim, é importante destacar a dinamicidade dos perfis acompanhados e suas transformações durante todo período de observação. O mapeamento buscou registrar tais mudanças, apresentando as nuances das movimentações no comportamento político dos perfis estudados. O desenvolvimento desta fase do campo de pesquisa viabilizou a realização das entrevistas semiestruturadas, que apresentaremos detalhadamente no tópico a seguir.

7.2 Dinâmicas das entrevistas

Durante o mapeamento das postagens no Instagram, pude acompanhar o engajamento e a mobilização dos perfis encontrados no ambiente virtual dentro da plataforma, mas também fora dela, como em jornais e revistas online, dos mais restritos aos *mainstream*. Após alguns meses, constatada a permanência e a rotina de postagens, iniciei os primeiros contatos diretos com os moderadores dos perfis observados até aquele momento. Utilizando o envio de mensagens pelo próprio Instagram, escrevi um texto com uma breve apresentação minha e acerca da pesquisa, finalizando com um convite para participação na entrevista.

De maneira geral, obtive retorno positivo para diálogos e esclarecimentos de todos os contatos. Apenas as conversas iniciais com a vereadora não se efetivaram em entrevista – como já relatado anteriormente. Por este motivo, inseri alguns trechos de entrevistas retirados de reportagens feitas com ela em revistas *online*. Os demais contatos, após um período de negociação e esclarecimentos sobre a pesquisa, aceitaram participar.

Além do ambiente virtual, os acompanhamentos das manifestações ocorridos nos anos de 2021 e 2022 possibilitaram o encontro presencial com os integrantes de um dos perfis observados, bem como o conhecimento de um sujeito ainda inédito nas minhas observações virtuais, que, após abordado e convidado, aceitou realizar uma entrevista para pesquisa.

As perguntas previamente estruturadas buscaram explorar cada uma das dimensões do modelo de consciência política desenvolvido por Sandoval (2001, 2016). Todos os entrevistados assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, devidamente autorizado e aprovado pela comissão de ética e pesquisa da universidade via Plataforma Brasil⁹. Para os fins da pesquisa, seus nomes foram alterados visando a garantia do sigilo e anonimato dos participantes.

A seguir, detalharei os relatos das entrevistas, organizados conforme as dimensões do modelo de consciência política desenvolvido por Sandoval (2001, 2016).

Em todas as entrevistas, comecei reforçando as informações sobre o objetivo da pesquisa, agradecendo a disponibilidade e salientando os aspectos éticos previstos no TCLE.

Ao perguntar sobre o início de suas trajetórias na política e sobre experiências anteriores a ela, começaram a surgir as primeiras referências relativas à dimensão *crenças e valores sociais* com referências conservadoras. Renato comentou que:

⁹ Parecer consubstanciado de aprovação na Plataforma Brasil sob número: 6.025.761

Coisas que a gente estudava, pelo menos eu estudava, sei lá, com 12, 13, 14 anos, que eram tidas como conspiração, hoje em 2022 já não são mais conspirações, já é fato, já é coisa real, né. E aí eu lembro que quando o Trump surgiu... Primeiro tudo surge com a ideia, a possibilidade do Trump vim a ser presidente dos Estados Unidos... E eu já acompanhava o Trump, ou aquele lado dele de empresário, aquela coisa toda de “América é o país da liberdade, na América você prospera”.

A ideia de liberdade vinculada à prosperidade econômica, numa experiência individual e com poucas interferências do Estado revelam ideais conservadores que motivaram Renato a se engajar politicamente. Seguindo este ponto de reflexão, José confirmou que o conservadorismo é a referência ideológica principal para mobilização do grupo político que liderava:

Os grupos são formados por pessoas, né, além de apoiar o presidente Bolsonaro. Mas a nossa pauta maior é o conservadorismo, né, o tradicional mesmo. O fato de a gente ser de direita... porque futuramente o presidente pode não estar... como é que se diz... na presidência, então... futuramente ele não vai ficar para sempre, mas a gente vai continuar com as mesmas pautas de ser de direita, por isso que o nosso movimento já chama “Gays de Direita Brasil”, então independente do... se o presidente tá ou não, nós não queremos que a esquerda volte a governar o país, né.

Já Fernando constatou que seus princípios pessoais não estavam próximos dos que os movimentos políticos sobre orientação sexual e identidade de gênero tradicionais compartilhavam. Segundo ele, esta foi a razão pela qual se aproximou de grupos conservadores nas suas primeiras experiências orgânicas de atuação política:

O Fernando [ele responde à pergunta falando de si na terceira pessoa] é basicamente um cara que viu como as coisas estavam se encaminhando aqui, principalmente quanto aos homossexuais no Brasil, e que ficou bem indignado com muitas coisas. Eu simplesmente observei algumas coisas que não condizem com a minha vida e com grande maioria das pessoas que me cercam... Isso em relação à religião, em relação à família, com relação à vida, com relação à política brasileira, e eu simplesmente decidi que chegou um momento em que a gente tem que se unir, e mostrar força, entende? [...] Nunca tinha ido para Brasília, não conhecia nada sobre política, não sabia direita e esquerda, a única coisa que eu conseguia

entender é que eu tinha meus princípios e aqueles princípios iriam me guiar para o lado onde eu deveria estar.

Mariana comentou, em matéria da *Revista Exato*¹⁰, que suas primeiras experiências no campo político começaram no trabalho, pois atuava como segurança privada de um político da cidade onde morava. Sua atuação profissional resultou em um convite para atuar como assessora do então vereador. Todavia, ela identificou que o início efetivo do seu interesse pela política ocorreu...

[...] durante as manifestações do “Fora Dilma”. Confesso que antes, quando mais jovem, eu não me envolvia diretamente em questões políticas, mas neste momento acabei percebendo que precisava me posicionar e ajudar meu país de alguma forma.

Sendo assim, todos os sujeitos acompanhados para pesquisa relataram ter se aproximado da participação política pelo alinhamento com os valores e crenças sociais conservadores, dado o desinteresse e não aderência aos valores defendidos pela pauta progressista. Os valores defendidos pelo conservadorismo tinham mais importância para estes sujeitos que os debates sobre a luta por garantia de direitos de pessoas com orientação sexual e identidades de gênero não hegemônicas, historicamente germinadas dentro campo político progressista, e é nesse sentido que se justifica o interesse em engajar-se politicamente no âmbito do conservadorismo.

No que diz respeito à construção de suas identidades políticas e interesses grupais, Renato comentou sobre sua aproximação pela internet, que se deu durante a campanha do então candidato a presidência dos Estados Unidos, Donald Trump. Seu contato com homossexuais de direita estadunidenses, naquele período, o incentivou a criar o grupo de gays conservadores que modera atualmente:

E foi dentro desses fóruns também que muitos homossexuais começaram a se mobilizar pró-Trump, né. E aí eu comecei a ver esse movimento todo, aquela coisa toda, comecei a acompanhar de perto muitos amigos... hoje, são meus amigos, né, lá nos Estados Unidos que são homossexuais e que também fizeram campanha para o Trump, muitos deles fizeram

¹⁰ Fontes de acesso às reportagens: VICTORELLO, Thais Partamian. Vereadora ***** “Desistir de lutar pelo melhor do meu país, e por nossas futuras gerações, não é uma opção”. *Revista Exato* [online], ano 3, edição 34, abril de 2022. Disponível em: https://issuu.com/revistaexato/docs/revista_exato_-_edi_o_34_-_abril_2022. Acesso em: 20 dez. 2022

campanha por Bush filho, né, antigamente na eleição do Bush filho. Essa galera..., eu comecei a me inspirar nessa galera, né. [...] aí eu comecei a acompanhar os meus amigos LGBTs lá, né, homossexuais, apoiando o Trump e comecei a ver que eles estavam tendo realmente êxito naquilo que eles estavam fazendo, né. Tanto que muitos se encontraram com Trump, apoiaram realmente a candidatura do Trump. O Trump teve uma eleição, sei lá, histórica, principalmente no meio, entre os homossexuais, né. E aí eu comecei a pensar “poxa, já pensou uma coisa dessa no Brasil?”

Em uma reportagem no jornal *Estado de Minas*¹¹, Renato asseverou os interesses que mobilizam a identidade coletiva dos gays conservadores, apontando para ausência de visibilidade desta pauta política na grande mídia:

Nós do Gays com Bolsonaro não queremos destruir nada, queremos fazer parte do debate, por isso a gente acha muito importante uma jornalista do Estado de Minas, vocês são considerados grande mídia, dê esse espaço para gente falar uma coisa dessa. Quando você me procurou querendo entrevista eu não acreditei, a grande mídia querendo entrevistar, dar espaço para gente, é muito importante, a gente quer fazer parte do debate. Antes, no Brasil, só tinha o debate de um único viés, a esquerda debatendo com a esquerda. Com o presidente Bolsonaro isso foi rompido e acabou essa história 'todo gay é de esquerda', gay do PSOL, gay em cima do trio elétrico, simulando Jesus Cristo nu, Nossa Senhora nua, isso acabou.

Durante a entrevista para pesquisa, Renato também reafirmou as intenções do grupo, agregando os valores conservadores que unificam a identidade grupal:

[...] “Ai, Gays com Bolsonaro quer acabar com o movimento LGBT”. Poxa, eu não quero acabar com nada, eu só quero o quê? Participar do debate. Debate é a gente o quê? Nós, homossexuais, que somos cristãos, que tememos a Deus, que defendemos a família, que defendemos as crianças, principalmente as crianças do movimento LGBT, de sexualização, dessas pautas identitárias que não leva ninguém a nada, porcaria nenhuma, né...

¹¹ CRUZ, Márcia. Fundador do Gays com Bolsonaro: “Acabou a história que gay é de esquerda”. *Estado de Minas* [online], Minas Gerais, 15 set. 2022. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2022/09/15/noticia-diversidade,1391357/fundador-do-gays-com-bolsonaro-acabou-a-historia-que-gay-e-de-esquerda.shtml>. Acesso em: 20 dez. 2022

E salientou os perfis dos apoiadores alinhados ao campo conservador e à ideologia cristã:

Eles têm os mesmo princípios que os meus, que são contra a sexualização de crianças, que estão na igreja, que não se afastam da igreja, que não brigam com a família por causa de sexualidade. Então são pessoas que se aceitam antes de qualquer outra coisa, entendeu? [...] Não tem um perfil específico. Só que a diferença é que o quê? Na questão da sexualidade, eles não se fazem coitados.

É importante ressaltar a questão do ressentimento como disposição afetiva que mobiliza a identidade coletiva na afirmação trazida por Renato. Fazer parte do debate revela tanto um sentimento diante do aviltamento de gays conservadores na produção da identidade política de homossexuais, até então, quanto o interesse do campo conservador em agregar novos representantes defensores de sua agenda política.

Na mesma reflexão sobre identidade e interesses grupais, José e os demais integrantes do grupo Gays de Direita Brasil relataram ser o laço social entre os participantes do grupo que os encorajou a participar nas ações coletivas, tendo em vista o receio de se contrapor a uma suposta hegemonia do campo progressista na identidade política sobre orientações sexuais e identidade de gênero não-hegemônicas. Tal afirmação circunda a importância da relação entre os apoiadores para manutenção da identidade coletiva e execução dos interesses do grupo.

E o engraçado é que a gente, assim..., nas nossas redes sociais, tantas pessoas que eram próximas da gente, que a gente sabia que era homossexual, mas que a gente não sabia o posicionamento político, entendeu? E eles, assim... o José, os meninos... cara e agora eu me vejo em vocês, agora eu tenho coragem de me expor, eu pensei que eu tava sozinho, eu pensei que eu pensava sozinho em relação a isso...

[...] E uma coisa que a gente também costuma falar no movimento é que a gente tem que sair do armário duas vezes, né. Porque a gente saiu do armário para os nossos pais... e a gente tem que sair do armário por ser bolsonarista, por ser de direita.

A solidariedade entre os apoiadores em relação aos dilemas da sexualidade é um tema explorado por Renato, que comentou sobre o suporte para acolher seguidores do grupo. Nesse sentido, é importante ressaltar o laço social como espaço de apoio entre os integrantes, não só

como identificação e pertença no campo político, mas como suporte emocional, formador de referências e, no caso de Renato, como liderança política.

“E minha mãe está falando não sei o quê sobre a minha sexualidade”, eu vou conversar: “olha, com a minha família foi assim, falei pra minha mãe assim, conversei com meu pai assim, com os meus amigos foi assim”. Todo mundo é 100% feliz? Não é. Todo mundo está 100% realizado com a sexualidade? Não está. Mas pelo menos na questão política, a gente consegue alinhar 100% todo mundo no mesmo caminho, entendeu? Às vezes até brinco com os meninos, “gente, eu não sou psicólogo, mas se eu puder ajudar com as experiências que eu já passei, a gente está aqui pra conversar” [...] Por isso que eu sempre brinco com o pessoal, o pessoal vem chorando, o pessoal vem falando de família. Eu digo: “gente, eu não sou psicólogo, talvez um dia eu vou fazer psicologia só pra atender vocês, mas eu não sou”. Se puderem me ver como um amigo, né, se puderem me ver... ah, pelo menos na parte política, como um líder político, me vejam assim, mas eu não sou psicólogo, não passo remédio pra ninguém, eu não saio por aí fazendo receita pra ninguém. Eu conto pelo que aconteceu comigo. Se vocês querem seguir o exemplo... Pra mim foi fácil? Pelo contrário, jamais. Sofri pra caramba e ainda mais numa época que não... Era sozinho, né, não tinha esse negócio de conversar com ninguém.

Fernando também reafirmou esse processo de identificação entre gays conservadores, experienciado no campo político, via mobilização surgida no grupo moderado por Renato...

[...] e eu falei “Cara, eu só tô aqui hoje por causa de você”. Eu falei “o Fernando só existe por causa do Renato”, porque o Renato, ele iniciou a questão dos Gays com Bolsonaro no Brasil e isso tem trazido muita confortabilidade para o homossexual de direita a dar opinião, sabe? [...] Eu recebi muitas mensagens de homossexuais de direita, parabenizando, agradecendo por a gente estar à frente disso, por estar dando essa força, por estar trazendo confortabilidade para as pessoas conseguirem falar sobre o que elas acreditam, então eu acho muito importante mesmo, assim, demais, demais.

No que diz respeito à relação entre vivências da sexualidade e cumprimento da agenda conservadora, Fernando relatou o processo de se assumir homossexual estando no campo político conservador e como os gays conservadores foram construindo espaços políticos dentro da agenda do conservadorismo...

[...] eu tinha muito medo de me assumir, eu tinha muito medo de chegar e falar quem eu era, o porquê, quem eu sou, quem eu quero ser, e com o tempo eu fui jogando umas sementinhas, até que eu falei "ah mano, se forem me odiar, só vou confirmar tudo o que eu já ouvi", né. E se forem me aceitar, vão simplesmente abrir um espaço pra mim que eu acho que poucas pessoas têm a chance de ter, sabe? [...] Então eu me assumi... No começo, assim, eu vi uma certa mudança de comportamento de algumas pessoas, mas não só pelo fato de eu estar nesse meio, mas pelo fato de eu ter escondido isso durante muito tempo.

Então eu acho que a direita começou a ter uma visão diferente quando começaram a surgir pessoas como eu, como o Renato, começaram a falar coisas que fizeram eles entender "cara, não são todos os gays que são dessa forma". Inclusive, uma das coisas que eu mais leio em comentários nas redes sociais é isso, tipo "ah cara, nossa, vocês tem feito mudar minha visão sobre os gays", "você fez mudar minha visão que eu tinha do LGBT", "você tá me fazendo entender mais sobre o que é você, o que você é, o que quer falar". [...] Hoje eu fico impressionado com a quantidade de homossexual de direita tá crescendo. [...] é muito impressionante a quantidade de pessoas que tá surgindo.

Ressalta-se, portanto, que a identidade coletiva dos gays conservadores se alinha com os interesses desta agenda ideológica, tornando-os apoiadores e aliados. A identidade coletiva encontra tanto espaço para a solidariedade entre aqueles que com ela se identificam quanto aproxima interesses que, mobilizados pelo afeto, se unificam, gerando o sentimento de pertença para manutenção da identidade grupal em um ambiente que, olhando de modo desatento, se entenderia como aversivo para a própria existência das homossexualidades.

Uma outra estratégia de engajamento explorada por Renato na identidade do grupo que preside foi, inicialmente, o uso da *prideflag* no símbolo do grupo...

Quando o Gays com Bolsonaro surgiu, nesse histórico todo que eu já te contei e sabendo o sentimento que eu te disse que eu tinha quando eu criei o Gays com Bolsonaro, eu não poderia ter a petulância de achar que ia lançar uma coisa do nada e que todo mundo ia querer. Lembra que eu já disse que eu jamais imaginei que o pessoal ia abraçar o Gays com Bolsonaro, né. A pride flag, né, que é a bandeira do movimento LGBT, que é o arco-íris, aquela coisa e tal, ela é um símbolo de identificação homossexual, inegável, né. Quando eles criaram a pride flag, sei lá, 1960, naquela coisa toda, eles criaram com esse intuito. Olha, todo mundo que tiver o arco-íris, que pregar um adesivo do arco-íris ou que botar uma bandeira do arco-íris vai se

identificar e ali eu vou saber. “Ah, ali é gay friendly, ali a galera gosta dos gays, ali nós somos bem recebidos. É uma identificação, né. Eu não poderia criar o Gays com Bolsonaro do zero, do nada, sem identificação nenhuma, achando que o mundo ia abraçar de uma vez, né. E aí o que eu fiz? Cara, eu vou... eu tive a... digamos... nem sorte, mas eu tive uma boa ideia de colocar aquilo ali pra gerar uma identificação para os homossexuais, né. A galera ia ver gays, ia ver a pride flag, ia “caraca, gays que apoiam o Bolsonaro?”, “ah, será que eu me identifico? Será que não?”. E aí foi, né, e aí aconteceu o histórico todo do Gays com Bolsonaro, aquela coisa toda. Confesso que eu achava que a galera não... eu já te disse, não ia querer de uma vez. Só que naquele exato momento, a pride flag era só uma isca, né. Falando de marketing agora, era uma isca. Era uma isca pra galera, pros homossexuais se identificarem e tal.

Por outro lado, a expressão das vivências da sexualidade é contida pelos interesses conservadores. Nesse sentido, Renato comentou sobre as transformações do logotipo para referências estéticas mais conservadoras...

Só que chegou um momento que não cabia mais a pride flag na nossa logo, por quê? A galera já sabia quem era o Gays com Bolsonaro, já sabia o que a gente defendia, já sabia nossos princípios, já sabia muita coisa sobre a gente, então chegou o momento de mudar, né. E aí aproveitando todo aquele rebuliço do momento do 7 de setembro, que foi nosso... foi histórico aquele momento de 7 de setembro, a gente foi e criou uma alternativa, né... A gente já vinha conversando sobre isso... criou uma alternativa ao nossa logo, né. Deixamos o B do presidente e colocamos a bandeira do Brasil, ou não é nem a bandeira do Brasil, se você olhar direitinho é a pride flag, né, só que num foco na bandeira do Brasil, nas cores da bandeira do Brasil, né.

A necessidade de dar preferência e visibilidade às crenças e valores que compõem a identidade conservadora também perpassa no campo da vida pessoal. Sobre isso, Mariana relata como trata sobre a sua relação homoafetiva no dia a dia em reportagem da revista *Esmeril*¹².

Bem...eu e minha esposa, a gente evita qualquer tipo de exposição. Ninguém precisa saber nossa intimidade. Por isso, construímos nossa família. Ela já tinha sua filha, e a gente

¹² Fontes de acesso às reportagens: DIRANI, Cláudio ***** só pensa em lutar pela família”. *Revista Esmeril* [online], 3 de fevereiro de 2021. Disponível em: https://revistaesmeril.com.br/entrevista%e4%b8%a8*****-*****-so-pensa-em-lutar-pela-familia/. Acesso em: 20 dez. 2021

respeita muito a tradição da família. Eu, para a filha dela, sou a tia nova que chegou e o pai sempre será o pai. Sempre mantive essa conduta. A filha dela tem pai e mãe.

Desse modo, há um limite definido pelos valores conservadores no uso da homossexualidade como representação da identidade coletiva. Ainda que os direitos civis desta população sejam reconhecidos, eles não se sobressaem à valorização da agenda conservadora. E, aqueles que fogem à regra, serão localizados como ameaça à identidade grupal. Fernando e Renato apresentaram reflexões sobre este assunto:

[...] eu acho que essa questão do casamento tem que ser aceita mesmo, respeitada, porque todo mundo tem o direito de ser feliz, né? Eu lembro que na época, o que teve bastante aversão em relação ao casamento gay, é porque surgiu alguns militantes que queriam obrigar a igreja a aceitar um casamento gay na igreja. Cara, não tem como, porque são duas coisas que vão completamente de desencontro, né, o mesmo cara que quer acabar com a igreja é o mesmo que quer ir lá casar dentro dela, pra quê, entende?

Nas questões de direitos civis, o que é a equiparação da união estável entre dois homens ou união homoafetiva fez? Equiparou na questão de direitos dois homens a um casal hétero. Por que o que acontecia? Muitas vezes, sei lá, um casal... o cara estava lá 30 anos com o cara, o outro morria, quando o outro morria, a família do que morreu não dava direitos ao cara que construiu junto com outro companheiro, né. Então espera lá, nessa questão eu já concordo. Por quê? É uma questão de direitos, né? Se o cara construiu a vida com outro, a família... não tem nada a ver a família dizer que o cara não tem direito. Isso eu já concordo, são direitos civis, né. O cara construiu a vida ao lado do outro companheiro e é óbvio que ele vai ter direito e eu acho correto essa equiparação. Uma questão de direitos. Mas quando a gente entra nessa questão de Constituição, de direito constitucional, legislativo, é tudo questão de nomenclatura, que a esquerda faz questão de quê? De fazer uma confusão.

No que concerne aos sentimentos em relação aos adversários, o combate à narrativa construída pelo campo político progressista sobre orientações sexuais e identidades de gênero é um foco explorado. Renato comentou sobre o assunto em reportagem do jornal *Estado de Minas*.

O que afasta a família dos homossexuais é o movimento LGBT. O movimento LGBT quer pessoas fracas, pessoas que brigam com as famílias, quer pessoas afastadas dos pais,

afastadas de Deus, quer pessoas que não se aceitam para que seja mais fácil dominar essas pessoas. Não é impondo aceitação que ninguém vai te aceitar. No mínimo ter respeito pelas pessoas, é uma questão de educação, é uma questão de caráter, não é de imposição. Não é o presidente dizendo esse tipo de coisa que vai afastar as famílias. Não vai. Assim como meu pai, o presidente é um homem de 68 anos que foi criado numa outra época. Então é compreensível que a opinião dele seja sempre contrária à militância LGBT. Até mesmo nós do Gays por Bolsonaro somos contrários à militância LGBT, porque a gente expõe o que eles falam, a gente expõe a verdadeira face do movimento LGBT que é realmente o movimento mais preconceituoso, mais segregacionista. Tem muito racismo e muita transfobia no movimento LGBT.

Um elemento essencial para construir a representação do adversário de homossexuais conservadores diz respeito a disputa de narrativa sobre o preconceito vivenciado pela sua comunidade, e uma suposta institucionalidade “progressista” que a temática tomou ao longo da última década. Durante a entrevista para pesquisa, Renato argumentou sobre como a esquerda usou a definição de homofobia para atacar os conservadores, articulada com o STF.

E nessa questão de homofobia, principalmente a esquerda, ela sabe como ninguém usar as instituições e nós não, né. Porque esse golpe da homofobia no STF, foi um golpe da esquerda. Do PPS, que é o Cidadania hoje em dia, com a Associação Brasileira das Trans, que ninguém sabe o que é homofobia, né, e conseguiram chegar no STF pra conseguir aprovar homofobia como racismo. Gay não é raça. Pelo amor de Deus, né... Pra você ter noção, essa associação que é uma das autoras do projeto da homofobia, eles recebem dinheiro internacional de globalistas. O PPS, que hoje virou Cidadania, é um partido que faz parte do Foro de São Paulo, criado por Lula e Fidel Castro. Então não se passou pelo parlamento pra saber dessas coisas. A esquerda aprendeu como ninguém, isso é inegável. A esquerda pega uma ONG lá no quintal não sei das quantas na Bahia, CNPJ, arranja um advogado, o cara judicializa. Ele chega no STF, sem nem... Ele não passa pela justiça comum, ele vai pro STF. E aí lá aqueles 11 lá que não foram eleitos por ninguém decidem que agora a homofobia é igual a racismo. Isso é inadmissível. Então como que o governo deve agir? O Brasil deve agir diante desses temas? No parlamento.

No que tange a relação com o campo progressista, José e outro integrante do grupo Gays de Direita Brasil comentaram haver uma perseguição aos homossexuais conservadores.

E outra, tem muito homossexual que é de direita, eles têm medo de se expor, de se expressar, até com medo do preconceito... Porque na verdade a esquerda criou isso, né, que todo homossexual tem que ser de esquerda, não pode ser de direita.

[...tipo assim... ser gay de esquerda é obrigatório e anormal é ser gay de direita, entendeu? Então, tipo assim, como nós somos gays e temos esse pensamento, resolvemos criar isso para quem quiser se sentir à vontade no nosso movimento, né, se expor.

O que acontece, há tipo uma opressão por parte do movimento LGBT...

Eu costumo falar que é um monopólio, né. Monopólio, eles querem homogeneizar a coisa toda. E eles falam que são contra a homogeneização, mas eles querem que todos pensem igual a eles, você pensa um pouquinho fora, aí você já tá todo errado, você já é fascista, você é homofóbico, você...

Ainda que haja reconhecimento dos resultados advindos dos movimentos sociais que historicamente lutaram por direitos desta população, os relatos revelam sentimentos advindos da impossibilidade de pertença a estes movimentos, dada a importância das crenças e valores conservadores na vida dos entrevistados. Desse modo, o grupo que a princípio seria referência de acolhimento e engajamento político destes sujeitos, se tornou inimigo a ser combatido. José e outros integrantes comentaram a respeito.

Mas é isso que acontece, entendeu? Os movimentos geralmente, eles nascem com uma pauta séria, entendeu, exigindo o seu lugar. Depois que se cresce, a esquerda se infiltra dentro e estraga... É os antifas, é um movimento que nasceu lá na Itália para combater o fascismo, mas depois de um tempo virou essa bagunça aqui que é hoje, entendeu? É a mesma coisa dos gays, que nasceu o Orgulho Gay, depois virou GLS... Agora é GLBTI blá blá blá blá...

Só que o Orgulho Gay nasceu por isso, com intuito de respeito, de dar respeito às pessoas gays, lésbicas, né... e pessoas que mudaram de gênero e tal no início. Hoje em dia a pauta deles já é outra, entendeu? Já é colocar ideologia de gênero, linguagem neutra, sexualização das crianças...

Portanto, a mobilização dos homossexuais conservadores ocorre na identificação dos interesses antagônicos aos compartilhados no campo progressista. O ressentimento se torna potência de ação para disputar a narrativa da identidade homossexual e desenha o movimentos de gênero e sexualidade do campo progressista como inimigo a ser combatido. Fernando relatou

sobre as dificuldades e ameaças enfrentadas por homossexuais conservadores que se posicionam publicamente.

[...] porque é difícil você se posicionar, é difícil, não é fácil. Essa represália que a gente sofre por ter um pensamento completamente contrário a tudo que a pauta LGBT tem trazido, a gente é muito perseguido, a gente é muito aprisionado. É aquele negócio de a democracia, e não sei o que, aplaude uma carta pela democracia, mas ao mesmo tempo quando uma pessoa tem uma opinião completamente diferente da minha essa pessoa merece ser linchada, merece ser ignorada, merece ser rejeitada, merece ser xingada, né, esse é o método que eles trabalham, então isso acaba amedrontando muito os homossexuais que pensam como eu, por exemplo.

Tem uma postagem mesmo no meu Instagram onde eu tenho várias e várias ameaças que eu recebi de pessoas de esquerda, de homossexuais de esquerda, dizendo que eu merecia homofobia, dizendo que se me encontrassem na rua ia me atropelar, que eu sou gay que deveria ser queimado. São coisas que apesar de eu saber que podiam nunca acontecer, são coisas horríveis de se ler. Então, durante um tempo, essas coisas começaram a mexer muito comigo, psicologicamente falando.

Mariana também comentou sobre problemáticas similares às de Fernando, expressando suas desavenças com as demais comunidades.

[...] uma vez, eu e minha esposa fomos a um bar LGBTQ e a dona do estabelecimento veio até a mim e me convidou a me retirar, dizendo “que eu não era bem-vinda porque eu incomodava os clientes.” Por isso, é muito mais complicado quando você é de direita, conservadora. O preconceito para mim é maior.

O combate à ideologia de gênero e à linguagem neutra são referidos com frequência nos relatos dos entrevistados. Em entrevista dada à revista *Esmeril* e na reportagem realizada pela revista *Metrópolis*¹³, Mariana salientou seu engajamento político no combate a estas temáticas tradicionalmente localizadas como inimigas do campo conservador.

¹³ “Vereadora lésbica quer proibir propaganda LGBT”. *Metrópolis*, São Paulo, 24 set. 2021. Guia Gay São Paulo. Disponível em: https://www.guiagaysaopaulo.com.br/noticias/cidadania/*****-vereadora-lesbica-*****-quer-proibir-propaganda-lgbt. Acesso em: 20 dez. 2021.

[...] Minhas principais brigas na cidade são contra a ideologia de gênero, porque eles querem desconstruir e fazer a família do jeito que eles imaginam, e não como ela realmente é. Acredito que esses militantes sejam pessoas revoltadas com as próprias famílias. Ou, às vezes, atuem mesmo por rebeldia, ou dificuldades que tiveram com os pais. A partir daí, eles tentam destruir o conservadorismo e isso é totalmente errado.

[...] A linguagem neutra desconstrói a identidade do indivíduo, é mais uma manobra coordenada pela esquerda, utilizada como uma chave para abrir portas para a ideologia de gênero.

Nos relatos que referenciam *eficácia política e metas e repertórios de ações*, ressaltam-se os interesses em adentrar na arena política institucional como estratégia para efetivar os planos da agenda conservadora. Renato, durante a entrevista, argumentou sobre o assunto.

Então, muita gente pensa que quatro anos dá pra gente fazer tudo, né? E nós do Gays com Bolsonaro, nós não temos ninguém com cargo político. [...] Então eu sempre costumo alinhar muito com os meninos de outros diretórios do Gays com Bolsonaro. O nosso momento hoje é político. Tudo que a gente tentar, tudo que a gente conseguir, tudo é político. Nós estamos aparecendo, né. É o introducing do Gays com Bolsonaro. Nós estamos aparecendo, as pessoas estão agora, neste momento, tendo a ideia de que existem gays conservadores, de que existem gays de direita, de que existem gays cristãos, de que existem gays que defendem a família, que defendem a criança. O nosso momento, hoje, nesse primeiro mandato do presidente Jair Bolsonaro, é político. Todos os resultados que a gente alcançou nesses quatro anos foi de reconhecimento, de ter voz, de sair na mídia, de dar entrevista, de aparecer, né.

Mesmo não tendo representantes do grupo figurando entre políticos institucionais, a *eficácia política* do grupo que Renato preside é argumentada por ele pelo aumento gradual de reconhecimento dentro de grupos conservadores. Ele afirmou que tal feito é um resultado importante e expressa uma mudança de paradigma da agenda política conservadora contemporânea.

[...] confesso que fui bem receoso nesse começo, mas aí eu comecei a receber convite pra estar em evento, pra ir à casa de alguém, pra conversar com alguém. “Ah, vem aqui”, reunião e aquela coisa toda. Menina, quando a gente, nossa primeira viagem assim, essa foto é até emblemática..., nossa primeira viagem como grupo, como membros do grupo Gays com

Bolsonaro à Brasília, a gente parou ali a Esplanada, a gente não conseguia nem andar, o pessoal, “ai, quero fazer foto, não sei o quê”. Foi ali que comecei a perceber: “poxa, realmente a galera abraçou, né, a galera entendeu a nossa proposta.” Preconceito, preconceito dentro da direita, eu não lembro de ter sofrido um preconceito.

Nosso resultado é o movimento ser reconhecido. Eu gosto de uma palavra, eu acho muito interessante uma palavra que é autoridade, né. A gente criou, está no processo de criar uma autoridade. Nós já temos uma certa autoridade dentro do movimento conservador de direita brasileiro.

Isso que a gente faz é uma vocação. Nós temos uma vocação de quê? De mostrar nesse exato momento para o Brasil, para os conservadores, pra mídia seja lá quem for, qual mídia que seja, que nós existimos. Sim, existe gay de direita no Brasil, não só existe gay de PSOL, não só existe gay de PCdoB, não só existe gay que defende o movimento LGBT.

No entanto, Renato ponderou acerca de sua liderança, considerando ser importante um trabalho coletivo para articulação do grupo no que diz respeito a *metas e repertórios de ações*, bem como a relevância de um engajamento para ações à longo prazo.

Eu fico sempre dizendo “não entrem em debates se forem pra passar vergonha, se for pra passar vergonha eu removo vocês, vocês vão ser excluídos do movimento”, porque eu não quero movimentação vergonhosa. Querem participar de debate? que geralmente agora, desde 2018, fica acontecendo, né, tem Fórum Municipal Conservador, Fórum de Direito no interior não sei de quê e aí os meninos querem participar. Quer participar? Pois estudem, porque esse é o momento que a gente tem. A gente está aparecendo, “ah, se for pra dar entrevista é o Renato que vai”. Gente, eu não vou estar 100% disponível sempre não. Alguém vai ter que dar uma entrevista, alguém vai ter que aparecer. E se eu não puder? E aí? O movimento não é meu, ok? Eu falo isso desde 2018. Pra você ter noção, até jornal italiano fala da gente, né. É uma surpresa pra mim.

[...] E eu sempre falo, olha, nos Estados Unidos, os caras lá estão lutando desde 1970, o primeiro movimento registrado de gays conservador nos Estados Unidos foi 1970, 80... De verdade, 90. Então os caras estão lá há muitos anos. Nós estamos a quatro, quase quatro, vamos fazer quatro agora em abril. Mas é isso, nós temos uma expectativa.

Além disso, Renato comentou sobre desavenças entre os grupos conservadores que ocorrem dentro da política institucional por disputas de poder, e qual é o posicionamento do grupo que modera diante destas problemáticas.

[...] isso vai não vai deixar de existir, é política, né. Tem que ser obrigada a seguir meu candidato, o meu vereador, não existe isso, né. Aí o que acontece? Tem gente hoje dentro da direita, e eu digo isso com muita tranquilidade, que é pra direita, mas queria um cargo e não consegui. E aí deixaram de apoiar o presidente, deixaram de apoiar, de fazer campanha, digamos assim. Por quê? Porque acharam, tinham a expectativa de um cargo político, não conseguiram. Só que a gente do Gays com Bolsonaro, a gente nunca esperou esse cargo político de ninguém, né. Eu tentei ser vereador pra quê? Pra mudar o município de Fortaleza.

No campo da política institucional, Mariana falou de suas metas de atuação como vereadora, enquadradas nas pautas da agenda conservadora, em reportagem da revista *Exato*.

[...] o maior desafio desde que comecei a me envolver com política é a defesa das nossas crianças contra a ideologia de gênero e a erotização infantil. Acho isso tudo abominável, com criança não se mexe!

É importante ressaltar, acerca do recorte temporal em que as entrevistas foram realizadas, que as pautas da campanha eleitoral para presidente eram mais urgentes. Nesse sentido, Renato esclareceu sobre os objetivos que norteavam a ação do grupo naquele momento.

Esse primeiro momento do Gays com Bolsonaro é político, esse primeiro momento a gente veio pra primeiro eleger o presidente e agora pra reeleger o presidente, né. Em o presidente sendo reeleito, a gente vai começar agora a partir mais pra ação realmente, sair do lado da política diária.

[...] É um momento de transformação do Brasil, muita coisa acontecendo ao mesmo tempo, né. Em o presidente Bolsonaro sendo reeleito, que eu tenho certeza de que ele vai ser, embora difícil, mas vai ser... aí a gente vai começar a partir realmente pra ação. Nós temos muitos projetos que, infelizmente, com a pandemia, né... já era pra gente ter feito muita coisa no ano passado, nesses últimos dois anos de pandemia, só que infelizmente não teve como.

A necessidade de articular ações com o foco na campanha do candidato põe as lideranças do movimento em evidência pública, provocando o reconhecimento por parte de representantes políticos conservadores diante do coletivo. José relatou sobre a proximidade do grupo que preside com o então candidato à presidência e outros chefes de Estado atuantes naquele período.

[...] ano passado, fiquei 3 meses acampado nos “300”, então eu já tive encontro com o presidente, não foi uma nem duas vezes... Então eu já conheço a ministra Damares pessoalmente. [...] Igual mesmo o dia que o presidente foi em Vitória, ele me reconheceu na hora no meio daquela muvuca. Todo mundo louco, eu nem fiquei em fila nem nada para ficar ali, né, mas tipo assim, na hora que o presidente... que eu fui andando, que eu tava com a máscara “Gays”, aí ele já me reconheceu e ele foi e tirou uma foto comigo. Então tipo, dá esse espaço para gente, porque a gente tá... A gente é um movimento diferente para as pessoas, você tá entendendo? Porque igual eu falo para os meninos, a gente tem o movimento “Direita de não sei de quê”, “Direita do Paraná”, “Direita Minas”, mas movimento gay é um, dois, três... Então por isso que eles abrem esse espaço.

A gente vai para Brasília ter esse encontro com o presidente, [...] é de muita valia para gente, sabe, ter essa voz, mostrar o que realmente somos. A gente, como eu disse, a gente não está aqui para se expor e falar que nós somos gays não, a gente está aqui para defender coisas e pautas. Claro que nós somos um movimento diferente que todo mundo... O nosso é diferente. Hoje nós estamos conseguindo um pouco mais... vamos dizer, de privilégio e viabilidade, né, por causa de sermos gays e ser novo para própria direita.

Ademais, José e outros integrantes relataram esta proximidade como estratégia para disputar narrativas sobre diversas temáticas com o campo progressista que envolvam debates acerca das identidades sexuais e de gênero.

A gente vai continuar divulgando a direita, principalmente os gays de direita, entendeu? A gente está aqui para, tipo... vamos supor, ter voz em certas coisas que a esquerda faz. Igual mesmo, lá em Cariacica mesmo, no Espírito Santo, a prefeitura vai destinar tal verba para um evento LGBT...

É absurdo isso.

Sendo que a saúde tá... Com o registro agora do movimento a gente vai poder interferir nisso e falar “não”, entendeu? “Nós não queremos, é isso, é isso, vamos desviar essa verba para a saúde e tudo”. Não ser contra para criar inimizade com essa turma, mas tipo...

Outro fator relevante é o reconhecimento dos seguidores pelo engajamento político dos entrevistados. Fernando relatou sobre comentários positivos dos apoiadores no seu perfil, evidenciando os resultados a partir dos afetos mobilizados pela sua atuação na internet. Nesse sentido, tal feito revela que a resposta das interações na plataforma são mensuradores de validade da *eficácia política*. Além disso, demonstra a dinâmica de um engajamento a nível individual que se prolifera coletivamente, facilitado pelos recursos disponíveis nas plataformas digitais.

Eu recebi muitas mensagens de homossexuais de direita parabenizando, agradecendo por a gente estar à frente disso, sabe, por estar dando essa força, por estar trazendo conforto para as pessoas conseguirem falar sobre o que elas acreditam, então eu acho muito importante mesmo, assim, demais, demais. É isso.

Fico alimentando minhas redes sociais com pensamentos, eu trabalho justamente com isso, porque eu não tenho muita especialidade em mexer com vídeos, essas coisas, então eu... particularmente, a minha forma de alimentar minhas redes sociais são com meus próprios pensamentos.

Ainda sobre evidências da *eficácia política*, Fernando argumentou acerca da homossexualidade ter conquistado mais visibilidade dentro do campo político conservador, ao contrário do estranhamento e estigmatização atribuído aos gays conservadores pelo campo progressista.

Então, óbvio que a minha sexualidade tem uma relevância muito grande no engajamento do meu trabalho, isso é fato, tanto é que eu comecei na internet assim, né, comecei a falar sobre política já como um gay de direita, porque hoje em dia gay de direita é uma coisa absurda pra esquerda e muito bem-vinda pra direita, sabe.

No que diz respeito a *vontade de agir coletivamente*, os entrevistados relataram sobre os momentos de ações coletivas como potencializadores para expressão da identidade grupal, e uma forma de representar seu posicionamento político, individual e coletivamente. Ademais, todos os entrevistados comentaram ter participado de manifestações e atos de rua nos últimos anos. Neste assunto, Fernando falou sobre a presença de gays conservadores nas manifestações convocadas pelo então candidato à presidência no dia 7 de setembro de 2022.

Eu fiquei no mesmo trio que eu tava ali em 2021, né, na primeira manifestação do 7 de setembro que teve ali. Cara, eu me vi sozinho naquele lugar. Completamente sozinho. O Renato tava em Brasília, eu tava ali no trio, eu tava sozinho, não tinha outro homossexual ali, pelo menos eu não identifiquei. [...] Mas dessa vez foi engraçado, porque quando o Renato tava discursando, tinha um menino com a bandeira LGBT lá embaixo, ele inclusive ergueu a bandeira, tinha algumas coisas escritas na bandeira, tinha mais um casal de homossexual que me segue, que tava mandando mensagem e queria encontrar a gente, tinha mais um homossexual lá em baixo, perto do trio, que tava ali perto, então tipo assim, eu vi vários gays e vários outros gays que me marcaram debaixo do caminhão.

José comentou sobre a importância das participações nos atos convocados pelo campo conservador, revelando a intensidade dos afetos que mobilizavam o grupo para agir coletivamente. Neste relato, ficam evidentes os sentimentos de medo (caso a esquerda volte), esperança e desconfiança (caso o então presidente não fosse reeleito).

E a gente vai estar com ele. A gente não quer que a esquerda volte em si, entendeu? A gente tá aqui hoje, o nosso presidente é de direita, a gente tá aqui apoiando e defendendo ele. Mas a gente não sabe o ano que vem ou futuramente se vai ser ele, a gente não quer que a esquerda volte. E sabe o que que acontece? Igual eu falei para os meninos... Ontem eu conversei até com o meu patrão... [...] eu falei “ô, Marcelo, eu tô indo para São Paulo, mas eu não sei se eu vou voltar, eu sei que se eu morrer eu vou morrer lutando pelo meu país que eu amo tanto”, entendeu? [...] Só para você ter uma noção, eu tava... Ontem mesmo, a gente veio de avião, parece que é tanta coisa que vem na nossa cabeça, que eu sonhei que o avião tinha caído duas vezes, entendeu? Então a gente tem que estar preparado para tudo nessa vida.

A ação coletiva é relatada por Mariana como uma forma de expressar seu posicionamento político, que marca e enquadra a identidade política do indivíduo. Sobre o assunto, ela comentou como foi o início do seu interesse por política.

Durantes as manifestações do 'Fora Dilma' – confesso que antes, quando era mais jovem, eu não me envolvia diretamente em questões políticas, mas neste momento acabei percebendo que precisava me posicionar e ajudar meu país de alguma forma.

Já as ações dentro das plataformas digitais também são um campo de disputa e de agenciamento político. Fernando relatou¹⁴ sobre sua atuação como criador de conteúdos digitais usados para alimentar o seu perfil e perfil dos demais grupos conservadores, inclusive os que foram acompanhados nesta pesquisa.

[...] além do Gays de Direita Brasil e Gays Com Bolsonaro, eu tô no GDO, que é o famoso GDO, [...] é, então, o gabinete do ódio. Eu também tô nesse grupo. Então, eu sou ativo neles todos, mais no GDO, inclusive, agora. Mas os meus pensamentos são utilizados em todos eles, até que eu tive uma foto minha que eu postei esses dias, com a bandeira LGBT, e 'Bolsonaro 2022', e o GDO postou essa foto. [...] Acabaram me pedindo pra entrar no grupo, eu entrei, e enfim, eu sou ativo ali também. Mas voltando à questão do grupo, é isso, o meu apoio ao grupo, na verdade, é mais a minha imagem, digamos, não que eu seja o cara, né? Mas o pouco de influência que eu tenho na internet, eu posso ajudar tanto um quanto outro, sabe? Um cara chega aqui e te diz "ah eu sou do grupo tal, do movimento tal", eu sou aquele que vai ajudar aquele que precisa e que tem objetivos iguais aos meus, digamos. Entende? Então é isso, assim.

Os agenciamentos políticos que existem nas plataformas digitais serviram de referência para criação do grupo que Renato modera. Nesse sentido, ele revelou suas inspirações para criar o grupo e seu alcance político atual, em entrevista para o jornal *Estado de Minas*.

O Movimento Gays com Bolsonaro é um movimento político, inspirado pelo Movimento Gays For Trump nos EUA. Gays for Trump ajudou a eleição do Trump em 2016, formado por gays, lésbicas e simpatizantes que não se identificam com o voto à esquerda, não se identificam com os ideais progressistas. São mais para conservadores, contrários ao aborto, defensores da família, contrários à sexualização das crianças. O Log Cabin Republic, gays conservadores do partido Republicano nos EUA, estão no ativismo desde os anos 1970, 80 e 90, defensores das pautas propriedade privada, liberdades individuais, liberdades de expressão, liberdade religiosa. Gays por Bolsonaro é um movimento político que surgiu quando Jair Bolsonaro decidiu ser candidato em 2018. Temos um movimento inspirado em todos esses valores e

¹⁴ Semanas depois de realizada a entrevista, Fernando entrou em contato comigo para retificar o que havia dito sobre sua participação no grupo Gays de Direita Brasil. Segundo ele, por conta de questões sérias, que teve conhecimento após nosso encontro e, em decorrência disto, solicitou aos responsáveis que retirassem seu conteúdo do perfil do grupo. No entanto, Fernando concordou que eu poderia mencionar seu apoio ao grupo até o momento em que solicitou o desligamento.

inspirados no movimento dos Estados Unidos. Temos membros no Brasil inteiro. Agora o nosso foco é a reeleição de Bolsonaro.

O uso das manifestações como estratégia para possíveis transformações na identidade grupal revela a articulação entre as ações coletivas e os efeitos que elas podem propagar. Sobre isso, Renato comentou acerca da mudança no logotipo do Gays com Bolsonaro durante as manifestações do 7 de setembro.

Mas aí veio nessa nesse momento de transformação, né, e ficou bem assim... ficou bem marcante, porque teve um porquê, né. A logo de movimento mudou no 7 de setembro, quando milhões de pessoas foram às ruas, né, em defesa das suas liberdades, em defesa do presidente Bolsonaro e todos os princípios que a gente carrega também.

De maneira geral, todos os entrevistados apresentaram narrativas contendo dilemas e conquistas experienciados nas vivências do campo político. Durante as entrevistas, chamou atenção a diversidade de repertórios e ancoragens que viabilizaram a formação e a expressão da consciência política destes sujeitos, individual e coletivamente. Para finalizar o este capítulo, apresento a seguir alguns relatos do diário de pesquisa elaborado a partir das minhas participações em manifestações de rua.

7.3 Dinâmicas nas manifestações de rua

Desde o início das observações dos perfis no Instagram, em fevereiro de 2021, para além dos aspectos que diziam respeito às características dos homossexuais conservadores, comecei a me deparar com uma série de agendas políticas que convocavam seus apoiadores para participar de atos e manifestações de rua. Havia um dilema enorme em desenvolver esta parte do campo, tendo em vista que estávamos vivendo o período mais drástico da pandemia da Covid-19, quando se contabilizou mais de 4 mil mortos pelo vírus, em um dia, no Brasil¹⁵.

O campo político no país estava em ebulição diante destes números. Já os perfis acompanhados faziam sua parte como representantes da agenda conservadora da situação,

¹⁵ “Brasil tem segundo dia com mais de 4 mil mortes por covid-19 em 24 horas”. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/saude/brasil-tem-segundo-dia-com-mais-de-4-mil-mortes-por-covid-19-em-24-horas/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

defendendo as ações do então presidente e veiculando suas posições sobre a pandemia: apoiavam o tratamento precoce; traziam dúvidas quanto a eficácia das vacinas; questionavam as medidas de isolamento social; e repudiavam a obrigatoriedade da vacinação para acesso a estabelecimentos.

O cumprimento da cobertura vacinal começou no início de 2021, entretanto a execução do seu cronograma perdurou ao longo de todo ano até que todas as faixas etárias fossem contempladas no calendário de vacinação. Eu, por exemplo, consegui me vacinar com as duas doses somente em agosto de 2021. Tais circunstâncias eram imponderáveis e inviabilizavam minha participação segura no campo. Ainda assim, consegui acompanhar duas manifestações de rua naquele período, compartilhadas nos perfis observados: uma em 15 de maio de 2021 e outra em 1º de agosto de 2021. E após ter me vacinado com todas as doses, participei de mais três atos: nos de comemoração da Independência do Brasil em 2021 e 2022, e na manifestação convocada para o Dia do Trabalho, em 1º de maio de 2022.

O primeiro ato que acompanhei chamava "Marcha da Família Cristã Pela Liberdade" e declarava apoio explícito ao então presidente da república. Realizado na Avenida Paulista, o ato se concentrou com uma pequena aglomeração de pessoas, boa parte delas fazendo uso de máscaras, em frente ao prédio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Logo ao chegar à manifestação, observei um homem branco entregando panfletos de um coletivo. Ele tentou entregar a jovens que, visivelmente, não estavam participando da manifestação. Estes jovens então, pediram para tirar uma "selfie" com o homem dos panfletos. Após conseguirem a foto, eles foram embora, rindo, e ouvi seus comentários ao final da conversa: "Vou fazer uma figurinha de gado", fazendo alusão aos apoiadores do presidente.

Outra cena que observei durante o ato aconteceu logo que estacionei próximo a concentração de pessoas. Um guardador de carros me perguntou: "Vai na manifestação, moça"? Eu respondi que sim, e ele comentou ter notado que "*estavam tentando juntar gente desde às 12h30, mas já era 15h e ainda tinham poucas pessoas*". No mesmo momento, chamou minha atenção um carro estacionado com pessoas apertadas dentro dele em meio a "produtos verde amarelos". Já no epicentro da manifestação, reencontrei estas pessoas, mas agora vendendo os produtos como bandeiras do Brasil, e outros artefatos que faziam alusão de apoio ao presidente.

Permaneci por uma hora na calçada em frente ao prédio da FIESP, onde o carro de som estava estacionado e havia por volta de 100 participantes. Ao longo do ato, os manifestantes não pareceram estar muito atentos às falas dos integrantes do carro de som, que gritavam palavras de ordem, faziam orações, pediam apoio ao presidente e cantavam o Hino Nacional.

Embaixo do carro de som, havia uma aglomeração de pessoas chamando para filiação ao grupo Aliança Jovem Conservadora. Abaixo, segue algumas imagens com registros do ato.

Figura 28 – Fotos tiradas durante as manifestações "Marcha da Família Cristã Pela Liberdade"



Fonte: arquivo pessoal.

Já na segunda manifestação que acompanhei, novamente na Avenida Paulista, logo ao chegar, pude constatar uma quantidade muito superior de participantes que o ato anterior. Havia dois carros de som fechando a Paulista na vertical: um na Rua Pamplona (próximo a FIESP), e outro, de menor tamanho, na Alameda Casa Branca (esquina com o MASP). Constatei uma

aglomeração intensa próximo aos carros de som, e mesmo ao me afastar deles, a quantidade de pessoas era expressiva, mesmo sendo menor.

De maneira geral, os participantes faziam uso de roupas com cores da bandeira nacional, ou mesmo usavam a bandeira como capa sobre as costas. Alguns deles seguravam banners e placas com frases como "Comunistas de toga. Inimigos do povo"; "Pesquisa data povo Lula na cadeia"; "Voto impresso e auditável com contagem pública dos povos"; "Guarulhos juntos com Bolsonaro"; "Ministro Barroso: todo poder emana do povo".

A maioria dos presentes eram pessoas mais velhas e brancas. Havia também um número maior de vendedores que se aglomeravam para vender uma enorme variedade de produtos: camisetas, bonés, bandeiras, pulseiras e toalhas, todos com símbolos e estética que faziam alusão ao patriotismo, nacionalismo e frases de apoio ao então presidente da república, com suas pautas defendidas, como o “voto auditável”. Alguns dizeres e imagens das camisetas e das bandeiras traziam fotos do presidente em corpos musculosos, de super-heróis e filmes de guerra. Outras traziam frases como "Meu partido é o Brasil" e "Globo Lixo". Além disso, em meio aos “verdes e amarelos” de pessoas e suvenires, observei a venda uma bandeira de Israel.

Ao andar pela manifestação, fui identificando uma série de coletivos e grupos divulgados em banners, placas e bandeiras: Boinas negras (veteranos da Ronda Ostensiva Tobias de Aguiar - ROTA); #NasRuas (antigamente ligado ao Movimento Brasil Livre - MBL); Movimento Amor pelo Brasil Guarulhos; Marcha da Família Cristã pela Liberdade; Movimento Família Brasileira (MFB); Ordem dos Advogados Conservadores do Brasil (OACB).

É importante ressaltar que, aos domingos, a Avenida Paulista fica fechada para lazer. Portanto, foi possível diferenciar os vendedores e transeuntes que habitualmente estão no local neste dia e a interação deles (ou não) com a manifestação. Em decorrência disto, pude observar uma cena peculiar: um jovem ouvia uma música com volume muito alto, parecia ser estilo heavy metal, ao mesmo tempo em que um homem tocava violão e cantava um pagode dos anos 1990. Ambos destoavam completamente do contexto da manifestação ainda que estivessem no centro das aglomerações, dando a sensação de que não havia ato para eles, e estavam ali como em um domingo qualquer.

Figura 29 – Fotos tiradas durante manifestação realizada em 01 de agosto de 2021.



Fonte: arquivo pessoal.

A terceira manifestação que acompanhei aconteceu no feriado do Dia da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 2021, e, dentre todas nas quais estive presente, esta foi a que apresentou o maior número de participantes¹⁶.

Para além da observação, tal qual feita nos atos anteriores, foi neste dia que realizei a primeira entrevista semiestruturada da pesquisa com José e outros integrantes do grupo Gays de Direita Brasil. Eles estavam em São Paulo para participar da manifestação e conversamos poucas horas antes do início do ato, em um restaurante próximo ao hotel onde estavam hospedados.

Cheguei no horário marcado com José, às dez horas da manhã. Parei a poucos metros do local combinado e, ao caminhar em direção ao local, o avistei junto com outros integrantes do grupo, do outro lado da rua. Entretanto, antes de cumprimentá-los presencialmente, observei da outra esquina, bem próxima ao local onde eles se encontravam, o momento em que o grupo de José era hostilizado por outras pessoas que passavam de carro na rua. Um carro chegou a parar e um passageiro desceu, se aproximou de José e do grupo, e visivelmente começou a discutir com eles, mas poucos minutos depois o passageiro entrou no carro novamente e foi embora.

Após esta cena, atravessei a rua e me apresentei a ele e aos demais. José pediu para que entrássemos no restaurante e nos sentamos em uma mesa nos fundos do estabelecimento. Ao todo cinco integrantes do grupo Gays de Direita Brasil participaram da entrevista. Os demais presentes participaram da conversa, mas não quiseram assinar o termo.

Desde o início dos primeiros contatos, José se mostrou receptivo à entrevista e o mesmo acolhimento foi identificado nos demais integrantes do grupo. Ao nos sentarmos à mesa para a realização da entrevista, um dos integrantes desligou a televisão do restaurante e outro foi buscar café, água e pão de queijo para todos, já que ainda não haviam tomado café da manhã.

Todos estavam de camisetas com cores verde e amarela, bandeiras do Brasil Império, e outros adornos característicos que já havia identificado nas manifestações anteriores, além de estarem sem máscara (eu também, ainda que com receio de me infectar). Porém, foi curioso perceber a diversidade de posicionamentos sobre a vacina, pois todos eles, menos José, tinham se vacinado. Dentre os integrantes, havia apenas uma mulher, que pediu para não ser identificada durante a entrevista.

¹⁶ “Manifestações em SP: PM estima 125 mil na Paulista e 15 mil no Anhangabaú”. *O Tempo*, 7 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/manifestacoes-em-sp-pm-estima-125-mil-na-paulista-e-15-mil-no-anhangabau-1.2538485>. Acesso em: 18 dez. 2022

Ficamos conversando por cerca de uma hora e meia, e, de maneira geral, todos interagiram, trazendo relatos e comentários sobre sua participação do GDB, os laços estabelecidos pela política, bem como experiências por serem homossexuais de direita. Aquilo que, no início, era para ser uma entrevista com José, virou uma conversa grupal.

Passadas quase 2 horas, nos despedimos. Eles subiram a pé para Paulista, e eu fui de moto. Ao chegar numa rua quase na esquina com a avenida encontrei com um grupo de pessoas pedindo autógrafos e ovacionando o então ministro do meio ambiente, Ricardo Salles. Os bares estavam cheios e fazia muito sol, pois já era por volta de meio dia.

A ideia inicial era encontrar com o grupo de José na Paulista, mas tornou-se inviável pois a quantidade de participantes e carros de som era enorme. Milhares de pessoas de verde e amarelo e mais de dez carros de som estacionados na Paulista davam um ar de “parque temático”. Era possível ver soldados da reserva fardados desfilando com viaturas antigas, senhoras de meia idade carregando dizeres contra o STF, e outras expressões já familiares nas manifestações que acompanhei anteriormente. Porém, observei um clima mais descontraído e amistoso em comparação com as outras, com pessoas bebendo cerveja nos bares e rindo quando começava uma música com letras chacoteando o governador de São Paulo ou ovacionando o então presidente Jair Bolsonaro, além da presença expressiva de crianças e famílias durante a manifestação. Observei também algumas aglomerações espontâneas, quando os participantes identificavam uma personalidade famosa das redes sociais, que faziam vídeos ao vivo direto da manifestação para gerar engajamento nos seus perfis da internet.

Outro fenômeno interessante que constatei foi um número expressivo de cartazes com dizeres em outras línguas, como inglês, alemão e espanhol. Havia ainda uma variedade de temáticas de carros de som, que aparentemente se dividiam por setores, tais como: entretenimento, religiosos e organizações civis. Todos estavam com um volume excessivamente alto, intercalando músicas de apoio ao presidente, falas de personalidades e Hino Nacional.

Consigo com dificuldades transitar por uma hora pela Avenida Paulista e o calor só tornava pior o volume dos carros de som. Retornei pela Alameda Santos por causa do excesso de aglomeração na Paulista. Ainda assim, havia um fluxo intenso de participantes da manifestação usando a rua lateral para conseguir transitar de um quarteirão para o outro.

Figura 30 – Foto dos integrantes do grupo Gays de Direita Brasil após entrevista



Fonte: arquivo pessoal

Figura 31 – Fotos tiradas durante manifestação realizada em 07 de agosto de 2021



Fonte: arquivo pessoal.

Observar a manifestação ocorrida no feriado do Dia do Trabalho, em 1º de maio de 2022, foi bem cansativo, pois estava um pouco indisposta fisicamente naquele dia. Ainda assim, consegui chegar ao ato no início. Havia um número de participantes semelhante à segunda manifestação da qual participei, em agosto de 2021, porém, sem alcançar os milhares de pessoas que estavam presentes no ato do dia da Independência do Brasil, em setembro de 2021.

Para além dos elementos similares, pude constatar um certo manejo diferente por parte da polícia militar ao acompanhar o ato. Os carros de som estavam atravessados na Avenida Paulista, do mesmo modo como estavam nas outras manifestações, mas ouvi comentários sobre a ausência de autorização prévia para fechamento da rua e para realizar a manifestação. Um clima de hostilidade inédito se iniciou entre organizadores do ato e os policiais. O helicóptero águia voou baixo sobre a Paulista por diversas vezes, até os organizadores desistirem de resistir e aceitarem o pedido da polícia para manobramos os carros. Quando isso aconteceu, um locutor começou a orientar as pessoas para que se afastassem dos carros de som, e reclamou dizendo se tratar de “*uma retaliação do governador de São Paulo, que não apoiava Bolsonaro*”.

Depois de quase meia hora, alguns carros permaneceram, mas outros foram retirados da Paulista por não terem autorização. Diante da abordagem dos policiais, era nítido o descontentamento dos participantes, bem como dos jornalistas da Jovem Pan que se agrupavam próximos de uma enorme tela na qual o então presidente em exercício falaria aos manifestantes.

Também identifiquei que alguns transeuntes vibravam com o ocorrido. Uma mulher se deitou no chão e começou a gritar “*Fora Bolsonaro!*”. Ao me afastar da pequena multidão que permanecia em volta dos carros, notei pessoas que comentavam estar surpresas com a manifestação e com a abordagem da polícia militar.

Figura 32 – Fotos tiradas durante manifestação realizada em 1º de maio de 2022



Fonte: arquivo pessoal.

Figura 33 – Fotos tiradas durante manifestação realizada em 1º de maio de 2022.



Fonte: arquivo pessoal.

A última manifestação que acompanhei aconteceu no feriado da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 2022. O clima para o ato era bem diferente do ano anterior, por ser às vésperas das eleições presidenciais. O presidente em exercício e candidato à reeleição fez diversas convocações para mobilizar seu apoiadores a participarem desta manifestação.

Cheguei ao ato por volta do meio-dia. Como no ano anterior, parei numa travessa da Avenida Paulista. Entretanto, o clima era frio e chuvoso. Muitas pessoas usavam capa e guarda-chuva, além de buscarem abrigo sob toldos e marquises quando a garoa se intensificava. Visivelmente, havia menos pessoas que no ano anterior, ainda assim a quantidade era expressiva.

Ao caminhar pelas ruas, deparei-me símbolos e reivindicações já conhecidas, comuns aos grupos de apoiadores do então presidente: camisetas verdes e amarelas e da seleção brasileira de futebol, bandeiras do Brasil, toalhas com os dizeres "Meu partido é o Brasil", "Bolsonaro presidente", e faixas com pedidos de intervenção militar, fechamento do STF e questionamentos sobre as urnas eletrônicas.

Já na Avenida Paulista, a movimentação de ambulantes era grande, vendendo produtos com referências a Bolsonaro e suas pautas comuns. Além disso, uma quantidade considerável de pessoas transitava pela Avenida, mas, de modo geral, as aglomerações se concentravam

sempre próximas dos carros de som estacionados em toda extensão da Paulista, num total de 13 trios elétricos.

Como das vezes anteriores, fui vestida com uma camiseta verde lisa, sem estampas nem dizeres. Minha sensação inicial era sempre de muita ansiedade, já que o medo era um sentimento constante. Frases de ódio foram rapidamente identificadas no trajeto: "Fascista é teu cu" ou "Fora STF, inútil"

Desta vez, posicionei-me no carro organizado pelo movimento Avança Brasil. Em sua página do Facebook, o movimento se descreve como o maior movimento conservador do Brasil. O som era excessivamente alto e na identificação do carro estavam escritas as seguintes palavras: Liberdade, Estabilidade e Prosperidade.

Logo que cheguei, o locutor do carro falava sobre as personalidades que fariam suas falas ao longo do dia, dentre elas, o Renato, do Gays com Bolsonaro.

Antes de sair, já tinha entrado em contato com Renato, perguntando se estaria na Paulista. Ele apenas me respondeu que sim, mas não demonstrou abertura para acompanhá-lo no dia. Também entrei em contato com José, do Gays de Direita Brasil, mas ele estaria em Brasília e me deixou o contato de outro integrante, representante do grupo que viria para São Paulo. Ao entrar em contato, ele me disse que havia ficado doente, e que por isso não estaria presente no ato. Então decidi permanecer em frente ao carro até que Renato aparecesse. Durante a espera, algumas personalidades da mídia e do entretenimento conservador fizeram suas falas, como Antônia Fontenelle, atores do Canal Hipócritas, e uma comentarista cubana da Jovem Pan, Zoe Martinez.

Entre os diversos discursos com pautas já conhecidas, houve um momento em que um dos locutores do carro de som apresentou um homem jovem de camiseta preta com o rosto de Bolsonaro e uma bandeira do arco-íris nas costas, chamado Fernando. A fala durou pouco mais de três minutos e meio, trazendo definições sobre liberdade:

[...] não importa se você é preto, pobre, homossexual etc., pois a liberdade diz respeito a sermos quem somos de verdade.

Neste momento, ele abraçou o Fernando e continuou:

[...] por isso a esquerda odeia a direita. Porque ela fala, olha se você é homossexual, o hetero não gosta de você. Se você é preto, o branco não gosta de você. E se você é pobre, o rico quer pisar em você. Isso não importa! Isso é o cerceamento da liberdade. Isso é retirar a

liberdade. A liberdade é isso aqui! Estar aqui expressando essa liberdade, expressando a vontade própria de cada um. Todos pela liberdade! E isso que a direita pede e nós exigimos. E agora me diz, onde está na nossa constituição, que eu como hetero, não posso estar junto do homossexual, e abraçado com ele? Em nenhum lugar! Isso que é a liberdade! E queremos que isso seja seguido à risca. E não criando leis que não existem, não criando fatos fictícios, onde querem simplesmente tirar esta liberdade. Fernando, é uma honra estar do seu lado e todo pessoal do movimento LGBT, desde que ele tenha a liberdade dele.

Após esta fala, Fernando abraçou o homem, e, logo em seguida, colocou a bandeira do arco-íris apoiada no carro junto com outras bandeiras de grupos conservadores.

Era a primeira vez, em todas as manifestações, que constatava o reconhecimento literal e positivo de homossexuais conservadores por outros parceiros do mesmo espectro político. Fiquei intrigada com Fernando. Nunca o tinha visto nas redes sociais. Além disso, notei uma repercussão positiva dos apoiadores, com falas de aprovações sobre ele e também sobre Renato.

Aliás, outro ponto interessante foi a reação dos apoiadores reconhecendo as "personalidades" que falariam no carro. Muitas pessoas gritavam, como se ali estivessem pessoas famosas e midiáticas. Só eu não conseguia esboçar surpresa, provavelmente por não conhecer essas famosas referências públicas no campo conservador.

Saí um pouco de perto do carro de som para observar o movimento em outras partes da Avenida. O som estava muito alto e minha cabeça começou a doer. Observei clareiras entre os carros, onde era possível circular com mais tranquilidade. Ambulantes vendiam camisetas, bandeiras e bonés. Havia alguns produtos com alusões às mulheres, como uma camiseta com os escritos "Todas as mulheres nascem iguais, mas as melhores apoiam Bolsonaro", além de outras estampas com o #Elenão com uma mão com quatro dedos, fazendo alusão ao candidato à presidência do campo progressista. Nenhum ambulante vendia produtos com a cor do arco-íris ou com menções ao movimentos políticos de gênero e sexualidade.

Ao voltar para o carro, percebo que Fernando estava na rua, no cercado que separa o carro de som dos demais participantes. Fui até ele, apresentei-me e perguntei sobre a presença de Renato. Fernando respondeu que ele ainda não havia chegado, mas que com certeza viria. Relatou também que fazia parte dos dois grupos (Gays com Bolsonaro e Gays de Direita Brasil) e que tinha um perfil no Instagram. Aproveitei a oportunidade para explicar a proposta da minha pesquisa e perguntei se poderia entrar em contato com ele para marcarmos uma entrevista. Ele responde que sim e me despedi.

Pouco tempo depois, encontrei Renato e seu esposo entrando no carro de som. Cumprimentei os dois e perguntei ao Renato se ele iria fazer alguma fala no carro. Ele respondeu: “*Espero que sim, né*”, enquanto outros conhecidos o abordavam, além do próprio Fernando. Em seguida, pedi para tirar uma foto dos três.

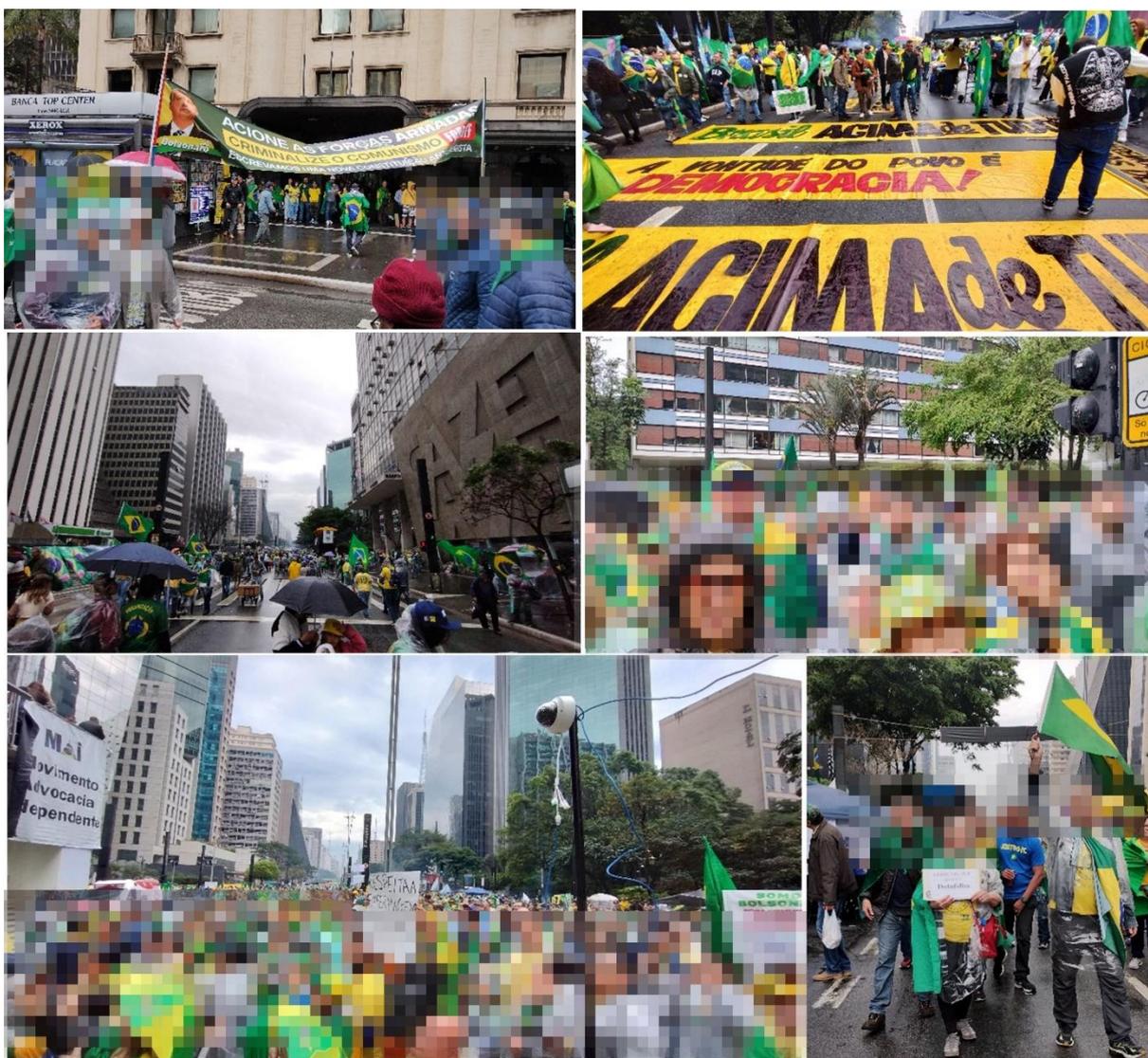
Tentei ficar até a fala de Renato, mas já estava há quase quatro horas na manifestação.... Meus ouvidos doíam muito e estava sem almoçar. Parei para comer uma batata frita, no intuito de minimizar a dor.... o som era muito alto.... Enquanto comia, observei os apoiadores ovacionarem Zoe Martinez, a comentarista cubana da Jovem Pan. Ela falou sobre a ditadura cubana e a insegurança alimentar em Cuba, apresentou um cartão que dizia ser o controle de alimentos do Estado Comunista. Após sua fala, estendeu uma bandeira cubana no trio elétrico.

Figura 34 – Fotos de Fernando em cima do carro de som, e de Renato e seu marido durante as manifestações de 7 de setembro de 2022



Fonte: arquivo pessoal.

Figura 35 – Fotos tiradas durante a manifestação realizada no dia 7 de setembro de 2022



Fonte: arquivo pessoal.

Acompanhar as manifestações de rua foi fundamental para o desenvolvimento do trabalho. Por diversas vezes, deparei-me com discursos duvidosos diante da capacidade de mobilização das ruas por parte do campo conservador. Por exemplo, ao retornar de uma das manifestações da qual participei, por coincidência encontrei com um colega. Após ouvir meus relatos sobre a potência de engajamento e mobilização que tinha acabado de presenciar, ele comentou com dúvidas sobre meu depoimento, dizendo não ser possível toda essa articulação de rua vinda do campo político da direita. Não era a primeira vez que ouvia reflexões sobre as mobilizações de rua serem, supostamente, um fenômeno exclusivo do campo progressista. Porém, constatei *in loco* este equívoco ao ver uma rua disputada acirradamente pelo campo conservador, e como sinônimo de força e poder por aqueles que a ocupam.

As três movimentações articuladas para realizar a parte prática desta pesquisa possibilitaram desvelar o cotidiano de comportamentos e mobilizações políticas dos perfis acompanhados nas plataformas digitais e seus grupos. A partir das linguagens características de cada campo, buscou-se explorar os elementos de formação da consciência política, seus engajamentos e expressões, norteadores da identidade política de homossexuais conservadores.

O modelo de consciência política foi crucial para estruturação das entrevistas e como estratégia para organização das informações colhidas durante o campo. Ademais, seu uso serviu como facilitador para aproximação do fenômeno, pois a compreensão por dimensões trazia a multiplicidade de elementos da consciência política a serem compreendidos como um mosaico em um caleidoscópio em constante transformação com o passar do tempo. Foi preciso “girar” o caleidoscópio inúmeras vezes para compreender cada parte deste mosaico que compõe a consciência política dos perfis observados, e se, em algumas situações, estes movimentos me trouxeram mal-estar, ansiedade e medo, as experiências do campo foram essenciais para novos olhares sobre o fenômeno estudado. Portanto, para além do seu aporte teórico-metodológico, o modelo serviu como ponto de equilíbrio do meu olhar nas experiências do campo, possibilitando análises e reflexões importantes, a serem exploradas no capítulo a seguir.

8 ANÁLISE DO ENGAJAMENTO POLÍTICO DE HOMOSSEXUAIS DE DIREITA

A compreensão de fenômenos políticos exige daqueles que observam disposição frequente para mudar o local onde se posicionam para observá-los melhor. Nesse sentido, foi preciso uma imersão profunda no cotidiano dos perfis acompanhados, fazendo uso de diversos caminhos: redes sociais, entrevistas e manifestações, para começar a assimilar o engajamento político dos homossexuais de direita. Diversas e frequentes também foram as oscilações dos meus sentidos diante do que via: de medo e angústia a interesse e entusiasmo.

No decorrer do processo de organização por dimensões, alguns aspectos inéditos foram sendo esclarecidos. Ao contrário do que se supunha, sobre a mobilização política deste público ser pouco expressiva quando comparada a outros movimentos sociais parecidos, evidenciou-se um engajamento político articulado, com uma formação e expressão da consciência política potente e capilar, rigorosamente alinhados à conjuntura política do Brasil no governo institucional vigente no momento da pesquisa.

Foram definidos, então, três caminhos de reflexão para organização da análise. O fenômeno social, trazendo leituras no que concerne o comportamento grupal e sua relação e impacto no contexto social. O segundo lança um olhar sobre os perfis individuais, apresentando reflexões acerca de elementos subjetivos relevantes para construção e manutenção da consciência política individual e coletiva. Por último, o caminho de análise se aprofunda na atividade de militância, oferecendo considerações quanto a articulação para ação política e disponibilidade para agir coletivamente.

Sendo assim, o objetivo deste capítulo é apresentar reflexões sobre o campo considerando estas três frentes analíticas: como fenômeno social; a partir de cada um dos perfis individuais; e como militância política – todas elas à luz do modelo de consciência política desenvolvido por Sandoval (2001, 2016).

8.1 O fenômeno

O primeiro caminho que escolhi como estratégia para desenvolvimento da análise foi a partir do fenômeno que me motivou como tema desta tese: a mobilização política de homossexuais de direita, entendido como fenômeno social discrepante em relação aos demais movimentos políticos de gênero e sexualidade em evidência nos últimos cinquenta anos no Brasil e em outros países. De modo geral, a ascensão dos direitos civis, representatividade e transformação no âmbito social, no tocante ao gênero e à sexualidade, foi encabeçada por

movimentos sociais do campo progressista. Salvo algumas experiências nos Estados Unidos de grupos políticos inseridos no partido republicano, como o antigo Log Cabin Republicans, iniciado no final dos anos 70, e os mais recentes, como Gays for Trump ou LGBTrump, que surgiram durante a primeira campanha eleitoral do candidato republicano, Donald Trump, a hegemonia do campo progressista nesta agenda é, inclusive, ponto de disputa e combate apresentado com frequência pelos homossexuais de direita acompanhados durante esta pesquisa.

No que concerne às crenças e aos valores sociais, homossexuais de direita basicamente se alinham aos valores do conservadorismo, porém, com ênfase na ideia de liberdade econômica irrestrita e como representantes das pautas de costumes de uma heterossexualidade hegemônica a ser preservada no âmbito público, sobrando o espaço privado para as outras formas de vivência de gênero e sexualidade. Nesse sentido, essa liberdade arraigada num pensamento econômico ultraliberal seria suficiente para as expressões de gênero e sexualidade não hegemônicas existirem em harmonia com a heterossexualidade, respeitando-a como norma universal e de predominância social.

O apego a estas duas crenças, liberdade e heteronormatividade, viabilizam a existência e representatividade dos homossexuais de direita no campo conservador; tornam-se referências contemporâneas importantes para articulações políticas, tendo em vista as mudanças de valores e crenças sociais sobre gênero e sexualidade ocorridas nas últimas décadas. Isso explica a ascensão dessas personagens para além de alinhamentos políticos figurados individualmente na agenda conservadora, mobilizando o surgimento de grupos e agenciando pessoas para agir coletivamente.

Vale ressaltar que os sentimentos e emoções oriundos dos simbolismos ideológicos conservadores, que estruturam estas crenças e valores, foram se radicalizando diante das oscilações de conjuntura política que aconteciam durante as observações. Por exemplo, conforme a campanha eleitoral foi se aproximando e as pesquisas eleitorais eram divulgadas, os perfis acompanhados durante a pesquisa se engajavam em mobilizações de questionamento do sistema eleitoral, reivindicando o fechamento do congresso nacional através de uma intervenção militar, apoiando discursos reacionários sobre grupos minoritários, revelando uma agenda conservadora radicalizada, agenciada por narrativas de cunhos antidemocráticas.

Nessa situação, as mobilizações políticas dos homossexuais de direita demonstraram estar mais implicadas em defender as pautas conservadoras radicalizadas do que pautas identitárias de gênero e sexualidade. Para explicar esta discrepância, as matrizes discursivas do bolsonarismo apresentadas por Nunes (2022) são elucidativas. Segundo o autor, existem as

matrizes que pertencem a um determinado grupo ou classe; as que são largamente disseminadas, mas que se mantêm sem interferências de grupos ou classes; e as que também são compartilhadas, porém apresentam sentidos distintos, vinculados ao lugar que se ocupa dentro das camadas sociais. O fenômeno do engajamento político de homossexuais de direita se encontra nesta terceira matriz, pois se colocam como estratégicos e inovadores na ação de mediar a tradicional agenda conservadora diante das mudanças na estrutura social sobre marcadores de gênero e sexualidade. Entretanto, partilham amplamente das pautas principais do conservadorismo, uniformizando seus discursos para que elas estejam sempre em evidência

Portanto, para compreender as crenças e valores que envolvem o engajamento político de homossexuais de direita foi necessário localizar suas condições macrossociais, seus dilemas na ação política e como ajustam os sentimentos e emoções conforme a necessidade do cenário político. Isso porque são as conjunturas sociais que sedimentam as crenças e os valores no cotidiano destes sujeitos, tornando-os foco de disputa e pilares importantes para formação da consciência política. (SANDOVAL; SILVA, 2016).

Vale ressaltar que as crenças e os valores sociais formadores da consciência política desta população estão ligados às crenças e aos valores que participam da cultura política brasileira: aquelas cujas raízes são colonizadoras e escravocratas. Facilitados pelas plataformas digitais, os homossexuais de direita encontraram nas redes sociais espaço de encontro e diálogo para expressão desta consciência política deslegitimada e excluída do fazer político tradicional após a redemocratização do país, seja dentro dos partidos, seja nos movimentos sociais ou institucionalmente. Entretanto, os valores e as crenças destes grupos ficaram restritos àqueles entregues pelas próprias plataformas e, portanto, sem possibilidade de ideias dissonantes em relação às já compartilhadas por eles. Tal característica explica as expressões que flertam com instituições autoritárias, além de pensamentos e comportamentos antidemocráticos, ainda que a liberdade econômica seja um ponto alto na narrativa dos perfis observados para argumentar um viés supostamente democrático de suas consciências políticas, e que o uso da palavra “democracia” seja frequentemente associado, por eles, à “liberdade de expressão” entendida como um dizer o que se quer e como quer.

Outro aspecto importante a ser ressaltado sobre o engajamento político de homossexuais de direita diz respeito aos sentimentos advindos da relação com os movimentos sociais de gênero e sexualidade pioneiros e hegemônicos das últimas décadas. Vinculados ao campo progressista, estes movimentos conquistaram mudanças sociais tão significativas e capilares que, no senso comum, os ideários políticos de esquerda se tornaram quase unânimes como associados à homossexualidade.

A formação e expressão da consciência política no interior destes movimentos sociais têm fortes influências do período de redemocratização brasileira ocorrida nos anos 1980. De modo geral, a visibilidade dos movimentos sociais identitários cresceu exponencialmente¹⁷, paralela ao fortalecimento de partidos alinhados à esquerda do espectro político, que, naquele momento, começaram lentamente a absorver tais reivindicações para além da luta de classes. (MACRAE, 2018).

Por outro lado, a ascensão do campo da esquerda uniformizou as temáticas de gênero e sexualidade segundo os interesses de sua agenda, de tal modo que provocou o silenciamento e a invisibilidade na participação política daqueles indivíduos que não concordassem integralmente com suas pautas. Paralelamente, esta hegemonia do pensamento também culminou num esquecimento, por parte dos grupos sociais do campo progressista, no que concerne à possibilidade de expressão e até mesmo existência de grupos políticos cujos integrantes não se enquadram como cis heterossexuais e se localizam como opositores das pautas hegemônicas da esquerda sobre os marcadores de gênero e sexualidade. Não raro, são os argumentos que minimizam e questionam a capacidade de articulação destes grupos, ou até mesmo se de fato seria um fenômeno político real e legítimo. Tal compreensão foi uma das razões mais importantes para a construção e a execução desta tese.

Não obstante, é fundamental considerar que a visibilidade deste fenômeno se acentuou após as eleições de 2018, com a vitória do candidato do campo conservador da extrema direita. Apesar de, após o processo de redemocratização, termos experienciado pouco mais de uma década de gestões ligadas a partidos de direita, a tomada de poder por vias democráticas por uma direita radicalizada proporcionou a ascensão de uma série de fenômenos grupais que antes tinham menos evidência. Na onda do crescimento de fenômenos coletivos extremistas, como grupos fascistas e antidemocráticos, e conservadores mais moderados, surge também o engajamento político dos homossexuais de direita.

O fenômeno político desta população se evidencia pela capacidade de articulação e impacto dos grupos acompanhados. Em tempos de redes sociais, os engajamentos que surgem a partir de postagens, vídeos e imagens compartilhadas nas plataformas, materializam os ideários políticos e mobilizam apoiadores a se engajarem politicamente, num ciclo de comportamentos políticos que se retroalimentam (CESARINO, 2022). Além disso, sugere-se

¹⁷ No capítulo intitulado “Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da ‘Abertura’”, no livro *História do Movimento LGBT no Brasil*, MacRae (2018) apresenta uma linha do tempo que contextualiza a trajetória dos movimentos LGBT no Brasil, antes e durante o processo de redemocratização, nos anos 1980, apresentando as articulações e ações dos grupos em relação às pautas para garantia de direitos e proteção da população LGBT naquele período.

que o aumento dos recursos advindos das relações diretas com figuras civis midiáticas ou políticos institucionais também seja um fator que explica a ascensão e visibilidade dos homossexuais de direita. Conforme observado nos perfis acompanhados na pesquisa, era comum marcar personalidades conhecidas do campo político conservador, ou mesmo compartilhar registros de fotos e postagens ao lado delas, como estratégia para gerar engajamento nos seguidores da página. Tal funcionamento também se expressou em todas as entrevistas com os participantes da pesquisa, quando mencionavam suas proximidades com personagens políticos importantes do meio conservador.

O aumento no número de seguidores das páginas é um fator importante a ser considerado como fenômeno político, pela capilaridade e capacidade de ressonância dos valores e crenças compartilhados pelos perfis observados. Por exemplo, no início de 2021, o perfil de Mariana tinha pouco mais de 25 mil seguidores, já no início de 2023, a vereadora possuía mais de 180 mil seguidores. Fernando e Renato também apresentaram crescimentos significativos, sendo que apenas José e seu grupo tiveram queda de seguidores, em razão de desarticulação do coletivo no início de 2023. Mesmo após a derrota no pleito eleitoral, estes perfis ajustaram suas metas permanecendo ativos e articulados no campo conservador, agora como opositores do governo, mas ascendendo tanto na mobilização de antigos apoiadores quanto como inspiração para novos engajadores. Este feito mantém vivo o sentimento de pertencimento do grupo, reorganizando a identidade individual e coletiva para os novos interesses e cenários políticos, bem como para mobilização da vontade de agir coletivamente.

Sobre as ações coletivas, ressalta-se que, para além das mobilizações virtuais, no que concerne aos atos de rua, a representatividade de homossexuais de direita ocorreu efetivamente somente em 2022, durante as campanhas eleitorais, com ações em apoio ao então candidato do campo conservador. Entretanto, as mobilizações virtuais foram sendo alimentadas por conteúdos produzidos ao longo de todas as manifestações, alcançando seu ápice na manifestação antes do primeiro turno das eleições, no dia 7 de setembro de 2022. Neste dia, foi possível identificar estes personagens para além do ciberespaço, agindo politicamente e sendo reconhecido por seus pares nesta ação.

Por fim, chamo atenção para a importância de considerar o ineditismo do engajamento político de homossexuais de direita. Estes grupos se tornaram um fenômeno político que apresentou ascensão considerável, concomitante ao crescimento da extrema direita no Brasil. Ainda que os resultados de suas ações políticas sejam iniciais, os homossexuais de direita geraram, na dimensão social, ao menos duas transformações relevantes para a cena política brasileira. Para o campo conservador, foram absorvidos e agenciados como representantes de

suas agendas. Já para o campo progressista, estes sujeitos agem no questionamento de sua hegemonia, outrora ausente de opositores com perfis tão familiares.

A seguir, analiso os aspectos individuais dos perfis observados, visando explorar suas especificidades identitárias e afetivas como pilares que materializam o engajamento político de homossexuais de direita.

8.2 Perfis individuais

As reflexões sobre os aspectos subjetivos na produção de sentidos que compõem a consciência política de homossexuais de direita, debruçaram-se principalmente sobre as movimentações das entrevistas realizadas para pesquisa. Os relatos dos participantes apontaram para sentimentos e emoções vivenciadas na experiência do campo político. Ademais, as explicações nortearam sobre as disposições afetivas dos perfis acompanhados sobre compactuar com os valores e crenças sociais e os interesses coletivos da direita, que edificam suas identidades individuais a nível grupal, produzindo sentimentos de pertença relevantes para mobilizar a ação coletiva.

Ressalta-se que a leitura dos aspectos subjetivos formadores da consciência política dos sujeitos da pesquisa perpassa pressupostos psicossociais, levando em consideração que o desenvolvimento de suas individualidades é marcado pelos padrões normativos do meio social no qual estão inseridos. Para uma análise psicopolítica dos perfis individuais dos entrevistados, mergulhei nos elementos que expressam a capacidade de pensamento sobre os significados que produzem acerca da realidade que vivenciam, e que determinam seus comportamentos políticos na sociedade (SANDOVAL, 2001).

De modo geral, todos os homossexuais de direita acompanhados nesta pesquisa apresentaram Valores e Crenças Sociais alinhados com os compartilhados pelo campo conservador. Tanto no Instagram quanto nas entrevistas, os perfis expressavam defesas nas agendas de costumes como: antiaborto, combate à sexualização na infância, à ideologia de gênero, além das pautas econômicas ultraliberais (que sedimentam o conceito de liberdade para outros campos), pró-armamentistas e anticorrupção. A partir delas, se articularam as materializações para as demais dimensões da consciência política.

A Identidade Coletiva e os Interesses Coletivos variaram de acordo com a trajetória política de cada perfil. Fernando relata suas primeiras experiências no campo político associadas a uma reverberação da internet que ele iniciou em 2014. Aqui é interessante associar tais experiências ao cenário político do período, principalmente no que concerne aos

desdobramentos políticos após as manifestações de junho de 2013, uma vez que, como assevera Alonso (2023), houve um crescimento exponencial da articulação da direita após os atos de 2013. Ainda que o fenômeno dos protestos daquele período seja debatido amplamente, a autora aponta para a ascensão de grupos de oposição ao governo, cujo alcance digital era significativo antes das manifestações, e que eclodem no ciclo de manifestações de rua ocorridos em 2013. Fernando relatou ter sido convidado por políticos conservador a participar das audiências públicas, em Brasília, sobre o Estatuto da Família, dado o alcance digital que seu grupo do Facebook atingiu. O fato ocorrido com Fernando demonstra que sua ação política a nível individual foi potencializada pela plataforma digital, e a mobilização dos sentimentos mobilizados para sua ação adveio, conforme ele mesmo diz na entrevista, *“dos seus princípios [...] que não se encaixavam com as ideias da esquerda”*.

Neste sentido, o dilema entre “princípios” e “sexualidade” é um ponto de reflexão para a consciência política. Edificar a identidade individual a nível de coletividade necessita de pares que compartilhem os mesmos “princípios”. Fernando encontrou caminhos digitais para expressar sua identidade política, porém, ainda no âmbito individual. A potência de transformação para uma identidade coletiva se dá na produção de sentimentos de pertencimento e na formação de uma rede de solidariedade entre aqueles que dispõem dos mesmos princípios. Quando o perfil virtual de Fernando foi reconhecido, abriu-se o caminho para gerar sentidos de pertencimento para os demais sujeitos que, como Fernando, tinham suas identidades políticas restritas a produções individuais.

Neste ponto, questiona-se: por que Fernando relatou não conhecer nada sobre política, se o estopim para o seu comportamento político foi a dissonância entre seus princípios e os propagados pelo espectro da esquerda política?

Para responder esta pergunta, é preciso considerar a importância dos afetos na organização da identidade e da consciência política, além de compreender alguns pressupostos para a participação política nos movimentos de gênero e sexualidade do campo progressista.

As influências do campo progressista nos movimentos de gênero e sexualidade são marcas incontestáveis até pelos próprios homossexuais de direita, bem como o reconhecimento dos louros conquistados pelas reivindicações e lutas políticas destes movimentos. Entretanto, o ressentimento e o rancor, frutos da experiência de uma inviabilidade de participação política por não se identificarem com o ideário compartilhado pelo campo progressista, foram sentimentos argumentados de forma unânime pelos perfis observados. Renato, por exemplo, é enfático quando afirma que o objetivo principal da atuação política de seu grupo é “fazer parte

do debate”, para assim questionar a hegemonia da esquerda em relação a homossexualidade e sobre o ideário de uma unilateralidade na identidade política de homossexuais.

Nesse sentido, salienta-se a potência dos afetos na construção da identidade política destes sujeitos, tanto para expressar individualmente seus descontentamentos quanto às pautas do campo progressista quanto para promover aproximações que edificam a identidade política dos homossexuais de direita no nível coletivo. Para os perfis entrevistados, os valores e crenças que porventura venham a cercear as vivências de suas identidades sexuais não são um fator central a ser combatido. A relevância, para a construção de suas identidades políticas, está em outra cadeia de valores e crenças (no caso deles, as conservadoras), que são com frequência alvo de críticas por parte do campo progressista. Nunes (2022) aponta esta dissonância quando afirma que, para uma parcela significativa da população, a orientação política não é um fator relevante na constituição da identidade política. Para Fernando, o início da sua participação política não ocorre a partir de uma escolha entre direita e esquerda, mas, sim, quando observa as transformações sociais que possam ameaçar os seus princípios (conservadores). Sendo assim, a experiência de acolhimento durante as vivências de ação política descrita, de modo geral, pelos entrevistados revela a potência dos afetos para edificar a identidade política, mobilizar sentimentos de pertencimento e incentivar os homossexuais de direita a agirem coletivamente, afastando suas sensações de desamparo diante de ameaças aos princípios conservadores.

Aqui, o sentimento em face de uma suposta transformação dos valores e crenças conservadores é vivenciado como afeto mais potente para a ação política do que, por exemplo, a inviabilidade de expressarem suas identidades sexuais. Nesse sentido, o movimento mobilizado pelo campo da direita de ampliar seus representantes produziu novos lugares para os homossexuais de direita materializarem a localização de suas identidades políticas. A facilidade de produção de conteúdo e transmissão de informações pela internet tornou esse processo ágil, canalizando os afetos estagnados durante o tempo de ostracismo e desamparo destes sujeitos para a ação política individual e coletiva.

Ressalta-se que a experiência do desamparo foi um sentimento de suma importância para o engajamento político de homossexuais de direita. Em todos os perfis acompanhados, observa-se que as primeiras tentativas para nomear e lidar com o desamparo se iniciam na ação política individual. Porém, com o auxílio das plataformas digitais, a potência de ação individual se tornou catalizadora, aproximando as narrativas de pessoas que se encontravam desamparadas. Este processo é crucial para a formação da consciência política dos homossexuais de direita, pois percebem que o desamparo advém da repulsa daqueles que,

supostamente, promoveriam seu acolhimento e os mobilizariam para a ação política por pertencerem ao mesmo segmento identitário.

Portanto, não há como refletir sobre as identidades políticas dos perfis observados se buscarmos por generalizações, nascidas nos ideais progressistas, de uma pressuposta coerência entre identidade política e identidade sexual. Seria um equívoco falar de dissonância entre valores e crenças e identidade política deste público, por seus valores e crenças serem conservadores. Sugiro que compreendamos este fenômeno como uma expressão contemporânea do conservadorismo e da extrema direita. As mudanças culturais sobre gênero e sexualidade foram absorvidas por este campo político, culminando na abertura de agenda para tais temáticas, mas sem assumirem um protagonismo expressivo. Os valores e crenças em evidência permanecem fiéis ao conservadorismo, porém atualizados com os ajustes necessários para que novos atores possam representá-los.

Os depoimentos de José e seu grupo são pontos de reflexão pertinentes sobre este aspecto. Por exemplo, eles comentaram ser contra o direcionamento de recursos para Parada do Orgulho – organizada tradicionalmente pelos movimentos políticos de gênero e sexualidade do campo progressista – na região onde moram, argumentando que estes valores deveriam ser repassados para o setor da saúde pública. A reivindicação apresentada por eles tem dupla funcionalidade: o enfrentamento e o combate à ascensão social de identidades sexuais não-hegemônicas (pois deslegitima uma ação pública que tem por objetivo visibilizar pautas desta população) e, indiretamente, a manutenção da hegemonia da heterossexualidade como identidade sexual.

O exemplo anterior auxilia no entendimento do modo como as afetações sobre a cadeia de valores e crenças dos perfis acompanhados são absorvidas por eles para se transformar em ação política. A potência de ação não se localiza na identidade sexual, e sim na dimensão de princípios que flertam com o conservadorismo e, por vezes, com o autoritarismo. Sobre este último, é importante salientar a oscilação de sentimentos, que ora demonstram aproximação com comportamentos autoritários, ora se afastam deles. Em diversos momentos das entrevistas evidenciou-se que quanto mais se mobiliza os afetos para uma percepção de que os valores e crenças estão em risco, mais se legitima a radicalidade nas ações políticas para sua defesa.

Nesse sentido, pânico e medo são sentimentos altamente explorados sem necessidade de checagem das informações que os propulsiona, pois isso diminuiria sua potência para a ação política, mudando a expressão da consciência política. Como exemplo desta variação, temos o relato de José, onde ele afirma estar pronto para morrer lutando pelo país (quando menciona sobre sua participação em uma das manifestações do dia 7 de Setembro), e as argumentações

de Renato sobre as influências da esquerda no debate de gênero e sexualidade, que, segundo ele, se trata de um plano global de dominação política do campo progressista. Ambas as argumentações são fundadas em ideias que mobilizam o medo, dando aval para a busca constante de proteção da condição humana (BENTO, 2018). A potência do pânico e do medo habilita as ações políticas reacionárias para proteger e conservar os valores e crenças de possíveis transformações que possam afetá-los.

Cabe ressaltar, aqui, que a experiência do desamparo abre um campo fértil para o medo e o pânico. A impossibilidade de vivenciar a participação política no âmbito da identidade sexual (por conta da dominância do campo progressista), mistura-se com outras falências de representatividade que se camuflam no bojo das transformações sociais. A normatização das condições de consumo, o punitivismo, a concorrência e o individualismo enquadram a condição de desamparo, produzindo afetos com sentidos limitados para manter esta condição. Nunes (2022) afirma que tal situação resulta em sentimentos difusos, em que os sujeitos têm a sensação de que as coisas não podem ser de outro modo, mas que pedem por mudança. Esta indefinição gera o desamparo, que abre um terreno fértil para a atuação e a propagação de sentimentos como medo e insegurança, ainda que, segundo Safatle (2015), o desamparo seja um fenômeno potente para gerar novos repertórios no desenvolvimento da subjetividade humana. Entretanto, a experiência do desamparo permeada pelo medo é o que edifica a potência de ação para os homossexuais de direita entrevistados construir suas identidades políticas, individuais e coletivas, mobilizando para o agir coletivo.

É preciso, por conseguinte, atentar para o fato de que a formação e a expressão da consciência política de homossexuais de direita têm raízes na experiência do desamparo e da dissonância para com os valores e crenças construídos e atribuídos hegemonicamente pelo campo progressista para suas identidades políticas. No entanto, equivocam-se as abordagens que atribuem, por conta destas raízes, uma suposta “ausência” de consciência e articulação política coletiva por parte desta população. A seguir, aprofundo as reflexões sobre os formatos das ações coletivas que caracterizam a militância dos homossexuais de direita.

8.3 A militância

Entendo que pensar na articulação política de homossexuais de direita requer as reflexões trazidas nos tópicos anteriores. Isto porque era preciso ampliar os olhares sobre o fenômeno, localizando-o na arena política contemporânea, bem como apontar para legitimidade

dos comportamentos políticos e da consciência política dos perfis individuais acompanhados durante a pesquisa.

Antes de mais nada, saliento a importância de reconhecer a existência de um trabalho de militância por parte dos sujeitos e grupos acompanhados ao longo desta tese. Durante a pesquisa de campo, identificou-se que o termo militância, como substantivo e/ou verbo, era utilizado na referência ao trabalho político em ambos os espectros políticos. Seja pelo reconhecimento da importância na atuação política de homossexuais conservadores pela militância da direita, seja na definição do inimigo ameaçador que precisa ser combatido (militância da esquerda), esta palavra fez parte do vocabulário dos perfis acompanhados servindo como conectivo para boa parte dos elementos que compõe a consciência política desses sujeitos, individual e coletivamente.

Partindo deste consenso, proponho pensar numa linha do tempo do trabalho de militância dos homossexuais de direita, que apresenta duas partes: individual e coletiva. Os relatos de Renato e Fernando expressam bem a fase individual. Nas duas trajetórias, estes sujeitos contam sobre “incômodos solitários” que os mobilizaram a edificar e a expressar seus valores e crenças, materializando suas identidades políticas por meio da internet. Facilitados pelos mecanismos das plataformas digitais, suas ideias reverberaram e mobilizaram outros sujeitos com elas identificados. A partir daí, pode-se evidenciar o trabalho de militância tradicional apresentado por Valverde (1986), Figueiredo (1993) e Sales (2021), com estratégias operacionais e táticas tanto para multiplicação de apoiadores quanto de combate às ameaças que possam minar a existência da identidade política. Além disso, esta identidade política deixou de ser referenciada somente no nível individual, e se materializou nos grupos de militância de homossexuais de direita acompanhados durante a pesquisa.

Outro ponto relevante trata da articulação dos afetos para gerar o engajamento coletivo. Na última manifestação em que estive presente, Fernando foi referenciado por um locutor do carro de som em que estava durante o ato. Em seu discurso, o locutor falou para os ouvintes refletirem sobre como a esquerda instiga uma suposta discórdia entre as pessoas na sociedade a partir da afirmação das diferenças. Aqui, é interessante observar a mobilização das emoções destes apoiadores, que ocasionalmente possam ter se sentido injustiçados em alguma situação social onde foram chamados de homofóbicos, por exemplo. A presença de Fernando, um homem gay, sacramentava nestes ouvintes o sentimento de injustiça que sedimenta este ressentimento, similar ao que afirma Scherer (2007) sobre a inversão de valores no homem comum. Após sua fala, Fernando e o locutor foram ovacionados pelo público.

Na situação apresentada, o ato público que reconhece os homossexuais de direita como parceiros na militância política de direita, abriu um campo promissor para o engajamento coletivo deste público. No mesmo evento, Renato fez uma fala de pouco mais de dois minutos de duração em nome do grupo que presidia, apresentando aos ouvintes todas as pautas do coletivo, fielmente alinhadas com as crenças e valores do campo conservador. Sua aparição pública transformou-se em conteúdo para alimentar seus perfis e de outros influenciadores nas plataformas digitais. Nesta cena, se evidenciou a eficácia política de propagar a identidade política de homossexuais de direita, ocupando lugares e construindo narrativas antes inexistentes ou poucos expressivas no campo da direita política.

Uma das características que delinea a militância política dos homossexuais de direita tangencia o combate a uma identidade política de homossexuais cristalizada pelo campo progressista. Em diversos momentos das observações, os perfis acompanhados referenciaram o falecido deputado Clodovil como uma figura política que os representava, dada as suas características: um homem gay que valoriza a discrição da sua sexualidade e a defesa do conservadorismo. Paira, portanto, a nostalgia de um passado idealizado, como afirma Rolnik (2014) sobre a subjetividade militante, onde as vivências da homossexualidade se restringiam ao âmbito privado, num período em que elas não ameaçavam os valores heteronormativos da esfera pública e seus costumes.

Além disso, majoritariamente, os perfis acompanhados enalteceram atributos de uma masculinidade hegemônica para localizar sua atuação política. Mesmo a vereadora, uma mulher cisgênero, lésbica e de direita, tem parte da sua referência e respeitabilidade no trabalho de militância pelos seus pares políticos atreladas aos atributos de masculinidade expressos por ela em sua identidade sexual. Questiona-se: caso ela não expressasse tais características, seu reconhecimento como lésbica de direita seria o mesmo no campo conservador? Aqui, sugere-se que a expressão e a defesa da masculinidade hegemônica seja um fator crucial para viabilizar a participação política de homossexuais de direita. Portanto, não é uma coincidência que a maioria dos perfis de homossexuais de direita se autodeclararem homens, gays e cisgêneros, e explorem este valor na atuação militante. Tal como definem Connell e Messerschmidt (2013) sobre masculinidade hegemônica, ela se expressa nas identidades destes sujeitos e é defendida como valor.

Passando para os aspectos operacionais que organizam o trabalho de militância dos homossexuais de direita, observa-se que a articulação de ações coletivas, dentro e fora das plataformas digitais, são formas de estimular a participação política dos seguidores, ampliando a disponibilidade afetiva para as experiências da militância. No ambiente digital, foi possível

constatar uma infinidade interações por meio de postagens de vídeos e imagens, *lives*, comentários, sempre abordando as características da identidade política de homossexuais de direita, as quais, por vezes, parecem ser repetitivas para quem acompanha à distância. Entretanto, conforme Figueiredo (1993) observa, o trabalho de militância envolve uma rotina de ações cotidianas que reforcem seus princípios e ideias. Isto explica, por exemplo, a identificação de diversas postagens repetidas ou muito parecidas esteticamente, em alguns perfis acompanhados.

Ressalta-se ainda que estas interações entre os seguidores, ainda que no ambiente virtual, mobilizaram o sentimento de pertença, bem como uma rede de solidariedade e apoio entre seus pares. Como efeito, alargou-se a disponibilidade afetiva destes sujeitos para participação política, para além das plataformas digitais, e viabilizou-se novos personagens para compor as atividades das articulações políticas do trabalho de militância dos homossexuais de direita.

Cabe salientar a conjuntura política em que a ascendência da militância de homossexuais de direita acontece. Renato comentou ter se inspirado na experiência do grupo *Gays for Trump* para criar o *Gays com Bolsonaro*. José, por sua vez, era um ex-integrante do grupo de Renato que se juntou a outros dissidentes para formar o *Gays de Direita Brasil*. Todos estes grupos começaram a surgir num momento de forte crescimento e valorização do campo da direita e extrema direita, tanto no Brasil como em outros países. A vitória do pleito eleitoral de 2018 pelo candidato do campo conservador pavimentou a possibilidade de ascendência e visibilidade política destes grupos. Durante as observações e entrevistas, todos eles expressaram proximidades com políticos de direita, seja prestando serviços a políticos institucionais no assessoramento sobre temáticas de gênero e sexualidade, como mencionado por Renato, ou mesmo em eventos públicos onde registraram fotos e vídeos ao lado de personalidades conhecidas do campo político conservador, que servem de conteúdo para alimentar seus perfis no ambiente virtual.

O âmbito da política institucional também se mostrou um importante espaço de disputa para homossexuais de direita. Fernando e Mariana foram os únicos sujeitos da pesquisa que apresentaram experiências neste campo, mas Renato e José também expressaram a relevância de ocupar cargos públicos para a representatividade e a articulação da militância de seus grupos. Sugere-se que a ascensão institucional da direita, sacramentada nas eleições de 2018, deu materialidade para estes objetivos dos homossexuais de direita com a construção da candidatura para vereador de Renato e Mariana nas eleições municipais de 2020. Porém, diferente de outros políticos homossexuais de direita, ambos os candidatos autodeclararam suas orientações

sexuais durante a campanha, concomitantemente ao trabalho de militância em defesa da agenda conservadora.

Outro ponto importante a ressaltar é o encerramento das atividades coletivas de um dos grupos acompanhados: o Gays de Direita Brasil. O grupo foi ativo durante um ano e meio, divulgando eventos de grande porte (que nunca aconteceram), cresceu significativamente ao longo desse tempo, e, após a derrota na reeleição do candidato conservador em 2022, o grupo finalizou suas atividades. A entrevista realizada com José e outros membros do grupo, em 2021 ocorreu no início da ascendência do coletivo. Na época, José relatou que o grupo tinha por volta de 80 filiados que articulavam suas ações coletivas num grupo de *Whatsapp*. Um ano depois, Fernando pediu para que fosse colocada como adendo na entrevista concedida por ele sua desfiliação do Gays de Direita Brasil, sem dar maiores detalhes sobre o que ocasionou sua saída, apenas dizendo que aconteceram condutas que escapavam aos seus princípios.

Nesta situação, nota-se as idas e vindas da construção do trabalho de militância destes grupos, bem como as mudanças de tática e estratégia ocorridas com o passar do tempo. Como afirmam Jasper (2006) e Sales (2021), é preciso compreender as articulações estratégicas das ações coletivas levando em conta tanto aspectos contextuais quanto modos de sentir, pensar e agir dos sujeitos que compõem o coletivo. José e Renato argumentaram que um dos objetivos principais dos seus grupos era combater a volta da esquerda para o governo. No entanto, Renato manteve o nome Gays com Bolsonaro até o término das eleições. Já José e seus membros optaram por não utilizar o sobrenome do candidato conservador como referência do Gays de Direita Brasil, argumentando, durante a entrevista, que, no futuro, o atual presidente poderia não estar mais presente na política institucional. Ainda que tivessem objetivos iguais, os grupos optaram por estratégias de ação diferentes e com resultados diferentes. Até o final desta tese, o grupo de José encerrou suas atividades, e o grupo de Renato mudou o seu nome para Gays Conservadores do Brasil. Portanto, os sujeitos de cada grupo tomaram decisões para agir coletivamente conforme análises da conjuntura política brasileira, mas também balizados por aspectos singulares como disponibilidades materiais e afetivas que impactaram na continuidade e manutenção do trabalho de militância dos respectivos grupos.

O fenômeno do engajamento político de homossexuais de direita nos convocou a olhar interseccionalmente para suas nuances individuais e coletivas. Conforme ressaltado nesta análise, sua ascensão ganhou proporções significativas nos últimos anos, as quais refletiram diretamente na complexidade de suas táticas e estratégias de ação política. Deriva daí que o reconhecimento e a visibilidade destas personagens e seus grupos ocuparam lugares tanto de *referência* no campo político conservador, trazendo novos representantes para defesa da agenda

política da direita e extrema direita do país, quanto de *resistência* diante de uma narrativa sobre identidade política tida como hegemônica pelo campo político progressista, cujas ressonâncias são pouco ou quase nada exploradas por este mesmo campo.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os primeiros movimentos para esboçar estas últimas considerações, deparei-me com a seguinte reportagem: “Jean Wyllys chama Eduardo Leite de ‘gay com homofobia’ e governador rebate: ‘deprimente’”¹⁸. Os desdobramentos da situação culminaram em uma representação endereçada ao Ministério Público por parte de Eduardo Leite contra Jean Wyllys por homofobia¹⁹, e o pedido da entidade para que Jean Wyllys retirasse a postagem em que chamou o governador do Rio Grande do Sul de “gay com homofobia internalizada” das suas redes sociais²⁰.

Jean Wyllys, um homem cisgênero homossexual, é uma figura política conhecida do campo progressista. Em suas redes sociais, ele se valeu, pejorativamente, do termo “gay homofóbico” para depreciar a identidade política de Eduardo Leite, um homem cisgênero homossexual e atual governador do Rio Grande do Sul, diante da sua decisão em manter o modelo de escolas cívico-militares no Estado. Nesta cena, considero importante salientar o uso da identidade sexual (gay) como parte da tentativa de desqualificar a identidade do governador. De modo geral, a relação entre homossexualidade e homofobia, numa mesma identidade política, é uma combinação considerada nefasta (e quase inexistente) pelo campo progressista. Por outro lado, o uso pejorativo da orientação sexual para menosprezar a identidade política do adversário, ainda que combinada com a homofobia, revela uma inabilidade do representante político do campo progressista em perceber a variedade de posições nas identidades políticas de homossexuais, abrindo espaço para perigosas interpretações de que gays homofóbicos supostamente seriam desequilibrados, ou até perversos, por motivo de homofobia internalizada. Ao mesmo tempo, demonstra indiferença, nos seus comentários, em relação a outros governadores heterossexuais que tiveram a mesma conduta política de Eduardo Leite em relação à manutenção das escolas cívico-militares.

Ler a primeira reportagem e os desdobramentos do confronto entre Jean Wyllys e Eduardo Leite, remeteu-me aos relatos dos perfis acompanhados nesta pesquisa. Uma das frases

¹⁸PANHO, Isabella Alonso. Jean Wyllys chama Eduardo Leite de ‘gay com homofobia’ e governador rebate: ‘deprimente’. Estado de São Paulo [online], São Paulo, 14 jul. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/jean-wyllys-eduardo-leite-discussao-twitter-gay-homofobia-deprimente-nprp/>

¹⁹GUERRA, Rayanderson. Eduardo Leite apresenta representação ao Ministério Público contra Jean Wyllys por homofobia. Estado de São Paulo [online], São Paulo, 20 jul. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/governador-rio-grande-do-sul-eduardo-leite-representacao-ministerio-publico-jean-wyllys-homofobia-nprp/>

²⁰SANTOS, Natália. MP pede remoção de post em que Jean Wyllys chamou Eduardo Leite de ‘gay com homofobia’. Estado de São Paulo [online], São Paulo, 22 jul. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/ministerio-publico-rs-jean-wyllys-remocao-post-governador-eduardo-leite-homofobia-nprp/>

mais impactantes que escutei, e que reverberava nas minhas reflexões, foi: “Queremos fazer parte do debate!”, dita por Renato durante sua entrevista. Um olhar superficial compreenderia que tal afirmação remete somente ao desejo de participar politicamente da construção e reconhecimento da identidade política de homossexuais. Entretanto, o uso do modelo de consciência política possibilitou observar o fenômeno de formação e expressão da consciência política destes sujeitos de diversos prismas. Assim é que, por meio das dimensões Crenças e Valores Societais e Identidade Coletiva, foi possível entender os elementos da consciência política que têm aderência no campo conservador contemporâneo no país.

De maneira geral, os sujeitos e grupos estudados nesta tese fazem parte dos personagens políticos que tiveram ascensão e visibilidade considerável na experiência do governo do então presidente, Jair Messias Bolsonaro, entre os anos de 2018 e 2022. O movimento social conhecido como “bolsonarismo” é representado por grupos e indivíduos que se identificam dentro do espectro político da “extrema direita” brasileira atual. Porém, há uma ampla diversidade de comportamentos políticos vinculados a esta agenda que nem sempre são consensuais.

Nesse sentido, as crenças e valores que circundam a identidade política de homossexuais de direita variam e apresentam ambivalências quando comparadas entre elas. Temáticas como, por exemplo, “padrões de família” geraram argumentos controversos e muitas vezes dissonantes, já que todos os perfis acompanhados afirmavam publicamente suas orientações sexuais e suas relações homoafetivas. Entretanto, isso não dificultava as articulações políticas e nem afastava os apoiadores do campo político da direita. Pelo contrário, era legitimado e reconhecido por eles de maneira positiva e pública. Portanto, constatou-se uma mudança significativa na agenda conservadora brasileira para agregar os homossexuais de direita como apoiadores e representantes de suas pautas. Ainda que possa haver limitações, a presença destes sujeitos e grupos transformou a identidade política da direita brasileira com novos personagens políticos, legitimando seus discursos e propostas para fazerem “parte do debate político”.

Os sentimentos em relação aos adversários dos homossexuais de direita têm personagens claros e familiares. A partir do combate aos movimentos de gênero e sexualidade encabeçados pelo campo progressista, os homossexuais de direita disputam a identidade política deste público, constituída e conquistada hegemonicamente pelo espectro da esquerda ao longo das últimas décadas. Entretanto, ainda paira certa indiferença por parte do campo progressista no reconhecimento e compreensão da potência de ação de sujeitos e grupos de homossexuais de direita na arena política. A suposta hegemonia na identidade política de

homossexuais é uma ideia falaciosa e superficial, limitando a constatação de transformações e atenção às dinâmicas psicossociais relevantes na formação e expressão da consciência política.

As dimensões do modelo que abordam os modos de operacionalizar táticas e ações políticas dos homossexuais de direita, bem como a eficácia de seus resultados, auxiliaram a ideias preconceituosas sobre a capacidade de articulação política desta população. Do engajamento e mobilização nas plataformas digitais, passando pela atuação em cargos político-institucionais, até as participações em manifestações de rua, sujeitos e grupos de homossexuais de direita vêm demonstrando seus comportamentos políticos de maneira articulada e coletiva.

Outro ponto importante a se refletir é sobre os aspectos da consciência política de homossexuais de direita que expressam ideias e comportamentos antidemocráticos. A radicalidade nos pensamentos e ações políticas no campo conservador brasileiro se materializaram e intensificaram nos últimos anos e, portanto, seus representantes ajustaram as narrativas para se enquadrar numa arena política que convocava à polarização e radicalização como *modus operandi* para a participação política. Vale notar que, quando os extremistas ganham espaço na política, tendem a adotar uma retórica violenta e incentivam seus seguidores a agirem de forma agressiva contra seus oponentes. Isso pode levar a um aumento da violência política, com agressões físicas, ameaças e intimidações se tornando cada vez mais comuns (HUR; SABUCEDO, 2020).

Mesmo os perfis acompanhados sendo menos radicais, se comparados a outros personagens políticos da extrema direita atual, os flertes com ideias autoritárias aparecem em meio a argumentações sobre o conceito de liberdade restrito à lógica econômica. Ainda assim, generalizar todos os comportamentos políticos dos perfis acompanhados como extremistas inviabilizaria uma análise mais profunda sobre suas consciências políticas, impossibilitando acompanhar as transformações e nuances da dinâmica que envolve a formação e expressão da consciência política de homossexuais de direita, individual e coletivamente. Para além de somente impedir comportamentos políticos autoritários, acredito que identificar os comportamentos políticos fora da zona de extremismo e atuar estrategicamente sobre eles é um dos caminhos possíveis para limitar os impactos nos processos democráticos na arena política atual.

Porém, vale lembrar que os comportamentos autoritários não são exclusividade de um lado do espectro político, e que o autoritarismo é um recurso historicamente eficaz para executar ideias políticas radicalizadas. Segundo Adorno (1950), a agressão àqueles que não se adequam ao convencionalismo é uma das características identificadas no perfil autoritário. Todos os perfis acompanhados durante a pesquisa depreciam o que nomeiam de ideologia de gênero

propagada pela esquerda, convencendo que as ideias de padrões de gênero e sexualidade heteronormativas são intocáveis e imutáveis. Assim, quando Jean Willys deprecia Eduardo Leite usando o argumento de uma suposta incongruência entre orientação sexual e comportamento político, ele se baseia num convencionalismo sobre a identidade política de homossexuais.

Nesse sentido, é preciso repensar as estratégias de militância que se ancoram exclusivamente em comportamentos autoritários pela sua eficiência em produzir transformações rápidas no cenário político. Faz parte da dinâmica do jogo democrático identificar adversários, e não inimigos a serem abatidos. Como afirma Tilly (1997), a ‘democracia é um lago’. Sua formação e execução depende de afluentes, água, profundidade, e outros elementos que influenciam na sua existência. Um engajamento político que se constrói limitado a ações autoritárias flerta com extremismos políticos e enrijece a dinâmica de transformação de crenças e valores sociais, criando empecilhos ao processo democrático. Sendo assim, é importante pensar como as táticas de radicalização podem gerar ações políticas significativas sem uso de comportamentos autoritários.

Portanto, o desenvolvimento desta tese se propôs a alertar sobre estas questões, visto a escassez de estudos sobre grupos identitários conservadores. A articulação política de homossexuais de direita como um fenômeno social exposto anteriormente, rompe com os paradigmas predefinidos sobre a identidade política desta população. Os indivíduos e grupos analisados nesta tese são personagens importantes que compõem o campo da direita e extrema direita brasileira atualmente. Negar sua potência de ação e capacidade de articulação política é um equívoco, tendo em vista a persistência da ameaça de esfacelamento dos processos democráticos do país, mas também no mundo.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2019.
- ADORNO, T. W. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2020.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo. Pólen, 2019.
- ALONSO, A. **Treze: a política das ruas de Lula e Dilma**. São Paulo. Companhia das Letras, 2023.
- ALTEMEYER, B. **Enemies of freedom**. São Francisco: Jossey-Bass, 1988.
- ALTEMEYER, B. **Right-wing authoritarianism**. Manitoba: University Press, 1981.
- ALTEMEYER, B. **The authoritarian specter**. Cambridge, MA: Harvard University, 1996.
- ARAGUSUKU, H. A. O percurso histórico da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: uma renovação das direitas nas políticas sexuais. **Agenda Política**, São Carlos, v. 8, n. 1, p. 106–130, 2022. DOI: 10.31990/10.31990/. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/310>.
- B CIULLA, J. Leadership and the power of resentment/ressentiment. **Leadership**, [s.l.], v. 16, ed. 1, p. 25-38, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/1742715019885772>. Acesso em: 4 jul. 2023.
- BALTAZAR, B. Os encontros e desencontros da militância e da vida cotidiana. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 20, p. 183-190, 2004.
- BENTO, B. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu** [online], Campinas, n. 53, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201800530005>. Acesso em: 4 jul. 2023.
- BENTO, B. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. *In*: COLLING, L. **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EdUFBA, 2016. p. 43-68.
- BRITO, P. C. de S. Movimento Passe Livre de Brasília: por uma vida sem Catracas. **Três Pontos**, Belo Horizonte, v. 6, p. 43-50, 2 jul. 2016.
- BORDIN, J. G. V. **Três décadas da nova direita radical na Europa Ocidental: uma revisão da literatura**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- CESARINO, L. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 91-120, fev. 2020.
- CESARINO, L. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital**. São Paulo. Ubu, 2022.

CONNELL, R. W. **Masculinities: knowledge, power and social change**. Berkeley: University of California Press, 1995.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, abr. 2013.

COOPER, M. **Family values: between neoliberalism and the new social conservatism**. New York: Zone Books, 2017.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Trad. NETO, A. G.; COSTA, C. P. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v1

DOMINGUES, J. M. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. **Dados** [online], Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 459-482, 2002. DOI <https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000300005>.

DUCKITT, J. Differential effects of right-wing authoritarianism and social dominance orientation on outgroup attitudes and their mediation by threat from and competitiveness to outgroups. **Personality & social psychology Bulletin**, v. 32, p. 684-96, 2006.

ENGELS, J. **The politics of resentment: a genealogy**. Penn State University Press, 2015.

ESPINOSA, B. **Ética**. Trad. Thomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FIGUEIREDO, L. C. M. A militância como modo de vida: um capítulo na história dos (maus) costumes contemporâneos. **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 205-216, 1993.

FREUD, S. Totem e tabu (1913). Trad. Jayme Salomão. *In*: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do ego (1922). Trad. Jayme Salomão. *In*: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. Mal-estar na civilização (1930). Trad. Jayme Salomão. *In*: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FROMM, E. **Medo da liberdade**. 14. ed. São Paulo: Zahar Editores, 1983.

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. O conservadorismo e as questões sociais [recurso eletrônico]. São Paulo. 2019. Disponível em: <https://conteudo.fundacaotidesetubal.org.br/downloadconservadorismo>

GANZ, M. Resources and Resourcefulness: Strategic Capacity in the Unionization of California Agriculture, 1959-1966. **American Journal of Sociology**, v. 105, n. 4, p. 1003-1062, 2000.

GIROTTI NETO, Â. **A onda conservadora e as eleições de 2018 no Brasil**. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2020.

GOFFMAN, E. **Frame analysis**. Boston: Northeastern University Press, 1986.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HARDT, M. A sociedade mundial de controle. *In*: ALLIEZ, É. **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

HIRSCHMAN, A. O. **A retórica da intransigência – perversidade, futilidade, ameaça**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUNTINGTON, S. P. Conservatism as an Ideology. **The American Political Science Review**, v. 51, n. 2, p. 454-473, 1957.

HUR, D. U., SABUCEDO, J. M. **Psicologia dos extremismos políticos**. São Paulo. Vozes, 2020

JASPER, J. M. A strategic approach to collective action: looking for agency in social movement choices. **Mobilization: An International Quarterly**, v. 9, n. 1, p. 1-16, 2004.

JASPER, J. M. **Getting your way: strategic dilemmas in the real world**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

JASPER, J. M. Emotions, sociology, and protest. *In*: JASPER, J. M. **Collective emotions: perspectives from psychology, philosophy, and sociology**. Oxford: Oxford University, 2014. DOI:10.1093/acprof:oso/9780199659180.003.0023

JASPER, J. The doors that culture opened: parallels between social movement studies and social psychology. **Group Processes & Intergroup Relations**, v. 20, n. 3, p. 285-302, 2017.

JAUME, L.; ROCA, M.; BEN TOVIM, J. Perspectivas psicológicas en el estudio del autoritarismo. **Psocial**, Journal of Research in Social Psychology, Buenos Aires, v. 5, n. 1, p. 44-58, 2019. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/psicologiasocial/article/view/3454/3654>. Acesso em: 24 jan. 2022.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018.

KEHL, M. R. Ressentimento. **A Terra é Redonda**, [S.l.], 28 jul. 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/ressentimento-2/>. Acesso em: 18 dez. 2022.

KIRK, R. **The conservative mind**: from Burke to Eliot. Washington: Regenery Publishing, 2001 [1953]. Kindle.

KLANDERMANS, Bert. The demand and supply of participation: Social psychological correlates of participation in a social movement. **Revista de Psicologia Política**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 83-114. 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/39004611/The_demand_and_supply_of_participation_Social_psychological_correlates_of_participation_in_a_social_movement; Acesso em: 01 mar. 2023.

LACERDA, M. B. **O conservadorismo no Brasil**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.

LEME, A. P. Spinoza: o conatus e a liberdade humana. **Cadernos Espinosanos**, São Paulo, v. 1, n. 28, p. 109-128, 2013. DOI: 10.11606/issn.2447-9012.espinosa.2013.81262. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/espinosanos/article/view/81262>. Acesso em: 13 set. 2022.

LILLA, M. **A mente naufragada**: sobre o espírito reacionário. Rio de Janeiro: Record, 2018.

LYNCH, C.; CASSIMIRO, P. H. **O populismo reacionário**: ascensão e legado do bolsonarismo. São Paulo: Contracorrente, 2022.

MACEDO, E. A.; SILVA, A. J. Militante trotskista: o dissidente por definição. **Anais do IV Congresso Internacional de História**, Maringá/PR: Universidade Estadual de Maringá, 2009. p. 377-387. Disponível em: <https://tinyurl.com/y6e2xzls>. Acesso em: 22 ago 2022.

MACRAE, E. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. In: GREEN, J. et al. (orgs.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 17-62.

MANNHEIM, K. Conservative Thought. In: MANNHEIM, K. **Essays on sociology and social psychology**. London; New York: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1953. p. 47-164.

MATTOS, Amana Rocha. Discursos ultraconservadores e o truque da "ideologia de gênero": gênero e sexualidades em disputa na educação. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 573-586, dez. 2018.

MCCOY, J.; SOMER, M. A crise dos partidos tradicionais: superando a polarização. Tradução Fabio Storino. **Journal of Democracy (Brasil)**, v. 10, n. 1, maio 2021. Disponível em: <https://medium.com/funda%C3%A7%C3%A3o-fhc/a-crise-dos-partidos-tradicionais-superando-a-polariza%C3%A7%C3%A3o-5496fc0d7fc3>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MCNAY, L. **Against recognition**. Cambridge: Polity Press, 2008.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 17, p. 49–66, jun. 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451989000200004>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MERCADANTE, P. **A consciência conservadora no Brasil**. 4. ed. rev. e aum. São Paulo: Topbooks, 2003.

MILGRAM, S. **Obedience to Authority**. New York: Harper Row, 1974.

MOREIRA ALVIM, D.; RIZZI MAÇÃO, I. Destituição viral e legitimação maquínica: polarização e vírus na esfera política brasileira. **Lugar Comum** – Estudos de mídia, cultura e democracia, Rio de Janeiro, v. 1, ed. 58, p. 85-109, 22 ago. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/40277/21943>. Acesso em: 20 nov. 2021.

NOBRE, M. **Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro**. São Paulo. Todavia, 2022

NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral: uma polêmica**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NUNES, R. **Do transe à vertigem: ensaios sobre o bolsonarismo e um mundo em transição**. São Paulo: Ubu ed., 2022.

OLIVEIRA, D. de M.; CRUZ, M. H. S. Sobre a Psicologia de Massas do Fascismo de W. Reich. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 70-76, 2009. DOI: 10.20435/pssa.v1i1.15. Disponível em: <https://pssaucdb.emnuvens.com.br/pssa/article/view/15>. Acesso em: 8 out. 2022.

PARISI, E. R. Definiendo a la psicología política. **Boletín Sociedad de Psicología del Uruguay** [online], Montevideo, n. 46, p. 20-38, maio 2008.

PATEMAN, C. **The sexual contract**. Stanford: Stanford University, 1988.

PRADO, M. A. M.; CORREA, S. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 444-448, dez. 2018.

PRATTO, F.; SIDANIUS, J.; STALWORTH, L. M.; MALLE, B. F. Social dominance orientation: a personality variable predicting social and political attitudes. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 67, p. 741-763, 1994.

RECUERO, R.; ZAGO, G.; SOARES, F. Mídia social e filtros-bolha nas conversações políticas no Twitter. **E-Compós**, São Paulo, v. 24, jun. 2021.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**. Trad. Maria da Graça M. Macedo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RIBEIRO, F. de M.; GUZZO, R. S. Lobo. Consciência de Estudantes Prounistas sobre sua Inserção no Ensino Superior. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online], v. 37, n. 2, p. 418-431, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001472016>. Acesso em: 22 ago 2022.

RODRÍGUEZ KAUTH, A. La Psicología Social y la Psicología Política Latinoamericana: ayer y hoy. **Psicología Política**, São Paulo, n. 22, p. 41-52, 2001. Disponível em: <https://www.uv.es/garzon/psicologia%20politica/N22-2.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2022.

ROKEACH, M. Dogmatism and opinionation on the left and on the right. **American Psychologist**, v. 7, p. 310, 1952.

ROKEACH, M. Generalized mental rigidity as a factor in ethnocentrism. **Journal of Abnormal Social Psychology**, v. 43, p. 259-278, 1948.

ROKEACH, M. **The open and closed mind**. New York: Basic Book Inc., 1960.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**. Transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 2014.

ROSA, L. A. Participação política: diálogos entre consciência política e práxis política. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 15, n. 33, p. 391-403, ago. 2015.

SAFATLE, W. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SALES, A. L. L. F.; FONTES, F. F.; YASUI, S. Para (re)colocar um problema: a militância em questão. **Trends in Psychology** [online], v. 26, n. 2, p. 565-592, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.9788/TP2018.2-02Pt>. Acesso em: 8 out. 2022

SALES, A. L. L. F. **Militância e ativismo**: cinco ensaios sobre ação coletiva e subjetividade. São Paulo: Cultura Acadêmica Digital, 2021.

SALES, A. L. L. F.; SALGADO, F. M. M.; ARAGUSUKU, H. A. As dimensões da consciência política em estudos qualitativos: distintos uso do modelo da consciência política ao longo do tempo. **Revista de Psicologia Política**, (no prelo).

SANDOVAL, S. A. M. Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 61-72, 1989.

SANDOVAL, S. A. M. Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. In: SPINK, Mary J. (Org.). **A cidadania em construção**: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994. P. 59-74.

SANDOVAL, S. A. M. O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: a reaproximação da Sociologia e da Psicologia Social. In: CAMINO, L.; LHULLIER, L.; SANDOVAL, S. (Orgs.). **Estudos sobre comportamento político**: teoria e pesquisa. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997. p. 13-23.

SANDOVAL, S. A. M. The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 173-195, jan. 2001.

SANDOVAL, S. A. M. Emoções nos movimentos sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL, 13., Belo Horizonte. **Anais** [...]. São Paulo: ABPS, 2005.

SANDOVAL, S. A. M.; DANTAS, B. S. A.; ANSARA, S. Considerações históricas sobre a Psicologia Política. *In*: SANDOVAL, S. A. M.; HUR, D. U.; DANTAS, B. S. A. (Eds.). **Psicologia Política: temas atuais de investigação**. Campinas, SP: Alínea, 2014. p. 13-24.

SANDOVAL, S.; SILVA, A. O modelo de análise da consciência política como contribuição para a psicologia política dos movimentos sociais. *In*: HUR, D. U.; LACERDA, F. Jr. (Org.). **Psicologia, política e movimentos sociais**. Petrópolis: Vozes, 2016.

SEGATA, J. A caixa preta da etnografia no ciberespaço. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29., Natal/RN. **Anais [...]**. RBA, 2014. v. 1. Disponível em: http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401633868_ARQUIVO_Artigo.ACaixaPretadaEtnografia.pdf. Acesso em: 8 out. 2022.

SCHELER, M. **Ressentiment**. Wisconsin: Marquette University Press, 2007.

SCHROEDER, R. **Social theory after the Internet**. Londres: UCL Press, 2018.

SHILLS, E. Authoritarianism: right and left. *In*: CHRISTIE, R.; Jahoda, M. M. (Eds.). **Studies in the scope and method of "The authoritarian Personality"**. Glencoe: Free Press, 1954. p. 24-29.

SIDANIUS, J.; PRATTO, F. **Social dominance**. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press, 1999.

SIDANIUS, J.; PRATTO, F. Social Dominance Theory: a new synthesis. *In*: JOST, J. T.; SIDANIUS, J. (Eds.). **Political Psychology: key readings**. Nueva York. NY: Psychology Press, 2004. p. 315-332.

SILVA, J. M. da. **Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SOLANO, E. G. **O ódio como política: a reinvenção das diretas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

STENNER, K. Three kinds of "conservatism". **Psychological Inquiry**, v. 20, p. 2-3, 142-159, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1080/10478400903028615>.

TOURAINÉ, A. **La Conscience Ouvrière**. Paris: Editions du Seuil, 1966.

TRINDADE, A. D. O pensamento conservador e a formação do povo no Brasil. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 25, n. 2, p. 301-314, 1997.

TILLY, C.; STINCHCOMBE, A. L. **Roads from past to future**. Lanham: Rowman & Littlefield, 1997.

TILLY, C. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

TILLY, C. **Contentious Performances**. New York: Cambridge University Press, 2008

VALVERDE, M. E. G. L. **Militância e poder**: balizas para uma genealogia da militância. 1986. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, SP, 1986. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/278998>. Acesso em: 22 fev. 2023.

VAN HIEL, A.; DURIEZ, B.; KOSSOWSKA, M. The presence of left wing authoritarianism in western Europe and its relationship whit conservative ideology. **Political Psychology**, v. 27, p. 769-793, 2006.

WALBY, S. **Theorizing Patriarchy**. Oxford: Blackwell, 1990.